

CAMILA BUENO GREJO

ESCRITA EM AÇÃO:

intelectuais e nação na *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916).

ASSIS

2016

CAMILA BUENO GREJO

ESCRITA EM AÇÃO:

intelectuais e nação na *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916).

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: José Luis Bendicho Beired

Assis

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Grejo, Camila Bueno.
G824s Escrita em ação: intelectuais e nação na Revista de Derecho,
Historia y Letras (1898-1916) / Camila Bueno Grejo. Assis, 2016.
210 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis –
Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. José Luis Bendicho Beired

1. Argentina. 2. Nacionalismo. 3. Zeballos, Estanislao Severo,
1854-1923. 4. Relações internacionais. 5. Migração. 6. Educação. I.
Título.

CDD 982

Às pequenas Alice e Ísis, que fizeram tudo
valer a pena.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria se realizado sem a fundamental participação de algumas pessoas, às quais dirijo meus sinceros agradecimentos.

A meu orientador, Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired, pessoa exemplar, que me acompanha desde a graduação, por meio de um trabalho sério e dedicado, sempre demonstrando seu apoio, me incentivou a seguir em frente quando eu mesma pensava que não seria possível. Sou grata pelo rigor nas correções, pelos empréstimos de livros, pela preocupação com minha vida familiar e pelo apoio a minha atuação docente, mesmo sabendo dos reflexos sobre a pesquisa.

Aos professores Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Áureo Busetto, ambos do Departamento de História da Unesp/Assis, por todo o ensinamento ao longo de minha trajetória acadêmica, pela leitura cuidadosa e pelas importantes críticas durante o Exame de Qualificação.

A Marcelo Garabedian que abriu as portas de seu escritório no Museu Roca e me proporcionou livre acesso à *Revista de Derecho, Historia Y Letras*. Certamente, minha curta estadia em Buenos Aires não teria sido tão proveitosa sem sua colaboração. Estendo, também, meus agradecimentos aos funcionários do Museu.

Ao professor Ernesto Bohoslasky, da Universidad Nacional de General Sarmiento, pelas importantes indicações de bibliografia argentina.

Ao professor Paulo César Gonçalves, da Unesp/Assis e à professora Maria Isilda Matos, da PUC de São Paulo, pela boa acolhida no simpósio realizado durante o XXVIII Simpósio Nacional de História e pelas indicações bibliográficas acerca dos processos imigratórios.

Às professoras Maria Ligia Coelho Prado, Maria Helena Rolim Capelatto, Gabriela Pellegrino Soares, Mary Anne Junqueira e Tânia Costa Garcia, integrantes do projeto temático da Fapesp, Cultura e Política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), pelo aprendizado proporcionado durante minha participação no grupo.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, André Lopes Ferreira, Edméia Ribeiro e Barthon Favatto Jr, com quem compartilho o encantamento pela história da América Latina.

Aos funcionários da Seção e Pós-graduação, em especial à Zélia e ao Marcos que me ajudaram em relação aos procedimentos burocráticos para que este trabalho pudesse ser finalizado.

Aos amigos, de perto e de longe, que se fizeram presentes, cada qual a sua maneira: Thaís Figueiredo, Pedro Carvalho, Camila Kohori, Adriana Tavano, Paula Ramos, Renato Saiani, Fernando Comiran e Iuri Cavlak.

A Tamae Martelli e Maria Helena Mourão, mulheres de fibra que me inspiram duplamente: como mãe e profissional.

À minha família, que manifestou seu apoio durante todo o percurso: minha mãe, Maria Inês, meu pai, Laércio Grejo (*in memoriam*), minha irmã, Carolina, e aos meus irmãos “de coração”, Fábio, Eduardo, Juliana e Bianca. Ao Marcílio e à Izabel, agradeço pelo carinho e dedicação que sempre demonstraram por mim.

Ao Pablo, por ter suportado o stress e vivenciado, ao meu lado, as alegrias desta trajetória; além, é claro, do árduo trabalho na digitalização da revista.

Para agradecer às minhas meninas faltam palavras. Tão pequenas e compreensivas, seu modo simples e mágico de ver o mundo trouxe alegria para meus dias e, certamente, foi o que me motivou a continuar.

Finalmente, estendo meus agradecimentos à Capes pelo suporte material que viabilizou toda a pesquisa.

Scribere est agere.

Estanislao Severo Zeballos

GREJO, Camila Bueno. Escrita em ação: intelectuais e nação na *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916). 2016. 210 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

Resumo:

No final do século XIX, o processo de modernização transformou radicalmente o panorama social, político e econômico argentino, introduzindo novos problemas, preocupações e conflitos. A elite intelectual participava ativamente destas mudanças e via na promoção da imigração, na construção de ferrovias e no crescimento econômico um meio para se construir um Estado-nação moderno. No entanto, estes mesmos intelectuais levantavam dúvidas e incertezas a respeito do novo cenário imposto pela modernidade. Neste trabalho voltaremos especial atenção à *Revista de Derecho, Historia y Letras*, um periódico fundado e dirigido por Estanislao Zeballos entre os anos de 1898 e 1923 e que se apresentou como palco de propostas e debates acerca das inquietações políticas e sociais vividas pela elite intelectual argentina daquele período.

Palavras-chave: *Zeballos*. Argentina. Nacionalismo. *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

GREJO, Camila Bueno. Writing in action: intellectuals and nation in *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916). 2016. 210 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

Abstract:

In the late nineteenth century, the process of modernization radically transformed the social landscape, political and economic Argentina, introducing new issues, concerns and conflicts. The intellectual elite actively participated in these changes and via the promotion of immigration, in railway construction and economic growth a means to build a modern nation-state. However, these same intellectuals raised doubts and uncertainties about the new scenario imposed by modernity. In this work back special attention to the *Revista de Derecho, y Letras* History, a journal founded and directed by Estanislao Zeballos between the years 1898 and 1923 and who introduced himself as the stage of proposals and debates about the political and social unrest experienced by the Argentinean intellectual elite that period.

Keywords: *Zeballos*. Argentina. Nationalism. *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPE – Centro Político de Estrangeiros

FOA – Fundação Operária Argentina

FORA – Federação Operária Regional Argentina

PAN – Partido Autonomista Nacional

PN – Partido Nacional

PR – Partido Republicano

PS – Partido Socialista.

UC – União Cívica

UCR – União Cívica Radical

UGT – União Geral de Trabalhadores

RACP – Revista Argentina de Ciencia Política

RDHL – Revista de Derecho, Historia y Letras

SUMÁRIO

Introdução	14
1- O ambiente político e intelectual argentino do final do século XIX e início do XX	21
1.1- Constituição da unidade política: um breve balanço	21
1.2- Atmosfera intelectual: o pensamento cientificista	27
1.3- A configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa	39
2 – A trajetória política e intelectual de Estanislao Zeballos e a fundação da <i>Revista de Derecho, Historia y Letras</i>	47
2.1 – De Santa Fé para Buenos Aires: a carreira política de Zeballos	47
2.2- O grande projeto intelectual de Zeballos: a <i>Revista de Derecho, Historia y Letras</i>	54
3 – O reformismo liberal: em defesa de uma política moral e de princípios	74
3.1 – A dinâmica dos partidos políticos argentinos	74
3.2 – Partido Autonomista Nacional	75
3.3 – União Cívica	79
3.4 – A “política do acordo”	82
3.5 – Desgoverno e crise moral	87
3.6 – Federalismo ou unitarismo?	90
4 – Nacionalização de estrangeiros e política educacional	105
4.1 – Imigrantes desejados e o desenvolvimento econômico	106
4.2 – <i>La región del trigo</i> : literatura de viagem e ação política	115
4.3 – Zeballos e os novos tempos: a imigração na <i>Revista de Derecho, Historia y Letras</i>	122
4.4 - Educar para nacionalizar	138
4.5 – 1910: o Centenário da Independência e o retorno às origens	146
5 – Em busca de uma identidade internacional	153
5.1- Zeballos chanceler	154
5.2 – <i>Divortia aquarum</i>	157
5.3 – O Brasil e a ameaça aos planos hegemônicos argentinos	169
5.4 – Visitas presidenciais e a reaproximação diplomática	172
5.5 – A lei de armamentos e a reativação das disputas	174
5.6 – Telegrama número 9	185

Conclusões	192
Referências	197
Fonte	197
Bibliografia	200

INTRODUÇÃO

O final do século XIX foi um período emblemático para os países latino-americanos no que diz respeito à afirmação de suas nacionalidades. Na Argentina, o desenvolvimento econômico e o grande contingente imigratório transformaram a questão nacional no tema central das discussões políticas e intelectuais da época, as quais, em grande medida, passaram a ser travadas por meio da imprensa. Consideradas como um instrumento menos efêmero que o jornal, as revistas de caráter histórico, político e intelectual transformaram-se no local onde os intelectuais se expressavam e construía sua notoriedade.

O objetivo central de nosso trabalho de doutoramento é o de compreender as ideias difundidas pelos intelectuais que, no final do século XIX e início do XX, sob a liderança de Estanislao Zeballos, contribuíram para a organização do cenário intelectual argentino a partir da criação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Para tanto, buscaremos situar o lugar ocupado pela publicação no debate intelectual argentino do final do século XIX e início do XX por meio do exame do conteúdo apresentado pelo material e pelo perfil intelectual de alguns de seus autores, sobretudo o de Zeballos. Nesse sentido, temos o intuito de compreender como certas questões percebidas como cruciais foram discutidas ao redor de eixos temáticos de grande importância na publicação, sendo eles: a política interna, o ambiente internacional, a imigração e a educação.

Nosso recorte temporal está balizado entre os anos de 1898 e 1916, marcado pelo surgimento da publicação e pela ascensão do Partido Radical ao poder, simbolizando o rompimento do poder desempenhado pela oligarquia que dominava o cenário político argentino desde a constituição do Estado nacional.

Para nossa proposta de trabalho, a *RDHL* constitui-se numa fonte e, ao mesmo tempo, em um objeto dotado de historicidade. Por isso, ao analisarmos esse material,

não podemos dissociá-lo das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato adotado, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos (LUCA, 2008, p. 118).

Pautamos nossa análise nas discussões propostas pela história intelectual e pela história política renovada. Nesse sentido, seguimos a perspectiva proposta por Sirinelli (1996), a qual afirma que a história intelectual tornou-se, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para ele, uma revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada neta dupla dimensão (*Idem*, p. 248). Tais proposições nos permitem pensar nas relações estabelecidas entre os colaboradores da *Revista de Derecho, Historia y Letras* a partir de sua localização e influência no campo intelectual e político argentino, favorecendo a composição de uma determinada rede de sociabilidade.

De acordo com Maria Helena Capelato (2005), o universo das ideias intelectuais não deve ser meramente entendido como o contexto no qual se situa o trabalho intelectual, pois deve ser relacionado ao mundo social e político no qual ele se insere. Dessa forma, as ideias não são entendidas como algo exterior a esse mundo, mas como substância mesma da tarefa dos intelectuais que se expressam, através das ideias – suas matérias-primas – sobre a realidade vivida, que eles procuram, ao mesmo tempo, traduzir e modificar; perspectiva que nos auxilia a compreender os debates intelectuais, políticos e ideológicos suscitados na revista em questão.

Outra referência reside no conceito de cultura política, tal como proposto por Bernstein (1998). Para este autor, a cultura política revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas previsões para o

futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Nesse sentido, consideramos a Revista como difusora de uma cultura política, pois reunia pessoas que apesar de discordarem em alguns aspectos que suscitavam discussões, compartilhavam dos mesmos ideais, o que lhes conferia uma identidade.

Segundo Winock (2003, pp. 271-294), as ideias políticas devem ser estudadas com o intuito de compreender melhor os “sistemas de representações” das sociedades, o que se torna inviável se não levarmos em consideração os “aparelhos de produção e mediação”. A *Revista de Derecho, Historia y Letras*, neste trabalho, é analisada como uma instituição que permitia aos intelectuais atuarem sobre a sociedade por meio da formalização de problemas e realização de debates.

Contribui igualmente com a proposta desta pesquisa o conceito de representação de Roger Chartier (1990). Para este autor as representações não são discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas sociais e propõe que se tome o conceito de representação “num sentido mais particular e historicamente mais determinado”. Nesse sentido, a representação deve ser entendida como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este” (*Ibidem*, p. 21). Dessa forma, tomamos as ideias, imagens e argumentos contidos na Revista como representações elaboradas por uma parcela da população argentina, os intelectuais, sem nos esquecer quais suas intenções ao formulá-las. Utilizamos, ainda, a perspectiva aberta por Rosanvallon (1996, p. 33), a qual propõe o desenvolvimento da história conceitual do político enquanto compreensão da formação e da evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro; para compreendermos como a história se constitui em política “na medida em que a esfera do político é o local de articulação do social e de sua representação” (*Ibidem*, p. 34). Esta formulação é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa por tratar da articulação social e política promovida por um determinado e circunscrito grupo de intelectuais.

O momento do surgimento da Revista corresponde ao período em que a Argentina despontava como uma promessa econômica dentre os países latino-americanos e buscava se firmar como uma potência regional, mas que ao mesmo tempo,

enfrentava problemas de ordem social e política intensificados, sobretudo, pela chegada de um grande número de imigrantes ao país.

Apesar de se constituírem numa ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico – e, para a elite intelectual, também político e social – do país, os imigrantes davam mostras de ainda se encontrarem bastante ligados às suas origens, e, como agravante, muitos deles passaram a integrar o movimento operário. Dessa forma, o imigrante idealizado, portador do progresso e da civilização, convertia-se em uma ameaça à ordem política e social estabelecida e dificultava a construção de uma identidade nacional argentina convergente com as expectativas dos grupos dirigentes.

Constitui-se, portanto, em nosso objetivo, compreender a forma como a imigração foi abordada em suas páginas, a partir da posição tomada pelos intelectuais diante desse fenômeno. A partir disso, investigaremos as posições apresentadas pela publicação diante das várias nacionalidades de imigrantes recebidas pelo país, quais fatores estariam relacionados à recepção ou repúdio do contingente imigratório, além da forma como este processo era abordado pela Revista. Buscamos, também, desenvolver a hipótese de que a escola pública desempenhou um papel importante no que diz respeito à assimilação das massas imigratórias, pois, conexo à imigração, o ensino laico e obrigatório transformava-se numa questão polêmica em meio às discussões políticas e intelectuais do final do século XIX e início do XX; da mesma forma, os festejos do Centenário de Independência, comemorados em 1910, se constituíram num mecanismo fundamental da elite dirigente para fomentar o espírito nacional nos habitantes do país. Os intelectuais defendiam a concepção de que caberia a eles a função de preparar as massas para o desempenho das atividades políticas, o que somente seria possível por meio da educação de caráter nacional.

Defendemos, ainda, a hipótese de que o surgimento da *RDHL* se deu como uma resposta ao panorama político e social apresentado pela Argentina no final do século XIX e tinha como propósito seguir o princípio enunciado em seu primeiro número: *scribere est agere*, apontando soluções para transformar a política, a cultura e a sociedade argentina de seu tempo. Analisamos, por conseguinte, a forma como a revista debatia as relações diplomáticas da Argentina com os países vizinhos, especialmente o

Brasil e o Chile, buscando compreender em que medida as relações exteriores influenciavam o pensamento político, as políticas públicas e mobilizavam a ação da elite intelectual, levando em consideração a visão expressa pelos colaboradores da Revista e, especialmente de Zeballos, a respeito dos países vizinhos e da ameaça que estes representavam para a posição política e econômica que a Argentina pretendia alcançar enquanto uma liderança na América Latina

A partir do exposto, sustentamos a tese central de que a questão nacional constituía-se no eixo condutor das discussões realizadas nas páginas da RDHL e que ela fora debatida com o intuito de afirmar o Estado argentino, tanto interna quanto externamente, e, ao mesmo tempo, definir uma identidade para o país. Diante do fenômeno migratório e da importância da escola em difundir os valores e princípios pátrios, desenvolvia-se um problema maior: a urgência em consolidar não apenas o Estado, mas, principalmente, a nação argentina, por meio de uma identidade que representasse e abarcasse tanto os nascidos no país quanto os recém-chegados, e que afirmasse a importância das instituições argentinas diante não apenas do contingente migratório, como, também, dos demais países latino-americanos.

Este trabalho está composto de cinco capítulos. O primeiro deles pretende analisar as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que teriam propiciado o surgimento da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, bem como a atuação política de Zeballos e de outros intelectuais envolvidos em seu projeto, problematizando-o a partir da conformação dos campos de leitura no país e das políticas públicas voltadas à cultura das massas.

No segundo capítulo, apresentamos as características propriamente ditas da publicação, abarcando seu aspecto físico, temático e as seções que se apresentam ao leitor numa tentativa de delimitar o campo de atuação política e intelectual por ela aspirado e de inseri-la no debate intelectual do período.

O capítulo subsequente busca discutir os principais assuntos referentes à política interna argentina com o intuito de compreender de que forma a RDHL refletiu o caráter reformista de Zeballos, bem como as reordenações políticas que permitiram o surgimento de novos partidos como a União Cívica e sua cisão que deu origem à União Cívica Radical, o Partido Nacional, o Partido Republicano e, especialmente, o silêncio

da publicação a respeito da atuação do Partido Socialista.

No quarto capítulo buscaremos discutir o empenho da intelectualidade argentina em construir a almejada nação diante do grande afluxo de estrangeiros e quais os instrumentos por ela utilizados, sua implicação na política nacional e a repercussão que encontrou nas páginas da RDHL.

No último capítulo, nos propomos a analisar a forma como a *Revista de Derecho, Historia y Letras* refletiu as relações diplomáticas da Argentina com o Brasil e o Chile, países vizinhos que, em várias situações, foram vistos como uma ameaça a seus interesses hegemônicos. Defendemos, também, a hipótese de que a *Revista* foi utilizada por Zeballos para promover a projeção de seu país enquanto uma potência continental, mesmo quando afastado da chancelaria argentina.

Finalmente, gostaríamos de enfatizar que não pretendemos, com esta pesquisa, esgotar as possibilidades de trabalho a partir da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, pois, sua complexidade e extensão, abrem perspectivas para discussão de outras questões que não foram, por nós, privilegiadas, mas que pretendemos retomar em artigos futuros.

REVISTA
DE
DERECHO, HISTORIA Y LETRAS

DIRIGIDA POR E. S. ZEBALLOS

AÑO I — TOMO I

BUENOS AIRES



BUENOS AIRES

84697 — Imp., LITOGRAFÍA Y ENCUADERNACIÓN DE JACOBO PRUWER

SAN MARTÍN ESQUINA CANGALLO

1898

1- O AMBIENTE POLÍTICO E INTELECTUAL ARGENTINO DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

A fim de que possamos analisar as intenções envolvidas na publicação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, assim como as posições por ela assumidas ou, ainda, silenciadas, julgamos necessário efetuar um recuo no tempo histórico, que nos permitirá compreender as circunstâncias que concorreram para a formação do Estado nacional argentino em fins do século XIX e que permitiram a instauração da república oligárquica.

1.1- Constituição da unidade política: um breve balanço

Na primeira metade do século XIX a Argentina apresentava uma diversificação de atividades¹, o que contribuiu para a existência de diferentes interesses políticos e econômicos. O cenário político nacional era dominado por dois grupos antagônicos: os federalistas, fazendeiros conservadores que detinham o poder regional com o apoio dos *gauchos* e trabalhadores rurais, reivindicando a autonomia das províncias; e os unitários que constituíam a parte burguesa de Buenos Aires, cujos interesses estavam voltados ao comércio exterior e na defesa de um governo forte e centralizado em Buenos Aires, onde estava localizado o porto, eram favoráveis à entrada de capital europeu, à imigração e às ideias ilustradas europeias. Como os principais líderes do movimento de emancipação compunham a elite comercial portenha, seus interesses prevaleceram em

¹ Em 1810, Buenos Aires se destacava em muito das demais cidades argentinas, pois constituía-se na única porta de comunicação do país com o exterior e era a cidade mais populosa, com cerca de 50 mil habitantes; logo atrás estava Córdoba, com tradição administrativa e educacional, que servia como ponto de ligação entre o porto de Buenos Aires e a região mineradora de Potosí (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 36).

relação às demais províncias.

Em 1820, quando chefes políticos do litoral derrubaram a carta constitucional promulgada no ano anterior pelo unitário Martín de Pueyrredón, intensificaram-se as rivalidades entre os dois grupos políticos. Ocorreu o fim da centralização política de Buenos Aires e, como consequência, houve a ampliação da autonomia das outras províncias.

Juan Manuel de Rosas chegou ao poder em 1829, ocupando o cargo de governador da província de Buenos Aires. Ele contava com o apoio das massas populares, porém, representava os interesses dos proprietários de terra e, por ter concentrado em suas mãos o poder de todas as demais províncias, impedia que os liberais consolidassem a unificação nacional com base em um Estado liberal centralizado.

Houve um grupo de intelectuais que representou oposição ao governo Rosas. Conhecido como Geração de 1837, foi responsável pela elaboração de muitos projetos postos em prática no final do século XIX, tendo sido composto por Domingo Faustino Sarmiento, Estebán Echeverría e Juan Bautista Alberdi, estes últimos forçados a buscar exílio no Chile devido à perseguição empreendida pelo regime rosista.

A Revolução de Maio deveria ter sido o momento em que o projeto liberal seria posto em prática, mas, segundo a perspectiva da Geração de 1837, isto não ocorreu devido à política empreendida por Rosas, considerada responsável pelo retrocesso do país. Para Shumway (2008, p. 36), “Rosas restringiu a liberdade de imprensa, se esqueceu da educação, apoiou o clero conservador, reforçou o exército e calou os críticos”, além disso, impunha o acato à federação e utilizava-se de estratégias políticas arbitrárias para garantir o apoio da população pobre.

Sarmiento denunciava o caudilhismo praticado por Rosas como o maior problema da Argentina de seu tempo. Considerava-o sinônimo de barbárie, ignorância, atraso, violência e anarquia, enquanto o unitarismo, nascido nas cidades, remetia-lhe ao progresso e ao saber, isto é, à civilização. Dentre os intelectuais de sua época, foi o que obteve maior destaque político: por diversas ocasiões foi enviado aos Estados Unidos e à Europa para avaliar seu sistema educacional e, quando retornou à Argentina, fundou

dezenas de escolas públicas; atuou como Ministro da Educação, embaixador da Argentina nos Estados Unidos e presidente do país. Em meio a isso, escreveu obras como *Facundo*, na qual expôs seu conceito de civilização e barbárie – amplamente utilizado pelos intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX – com o intuito de caracterizar a Argentina do período pós-independência.

Juan Manuel de Rosas foi vencido após um longo período de luta armada iniciado em 1839 e findado apenas em 1852, sob o comando do governador da província de Entre Rios, Justo José Urquiza. Ao assumir o poder político, Urquiza foi bastante criticado, especialmente pela manutenção de algumas determinações da época rosista como o uso de emblemas na cor vermelha e por sustentar a igualdade de direitos entre as províncias. Seu objetivo era acabar com as rivalidades entre o porto e as províncias, expressando seu ideal federalista.

Para Sarmiento, Urquiza era o “novo Rosas” e não poupou esforços em demonstrar oposição a seu governo. Valendo-se do lema “nem vencedores nem vencidos”, Urquiza nomeou um governo provincial interino buscando a reconciliação e a formação de um comitê composto por dirigentes portenhos, provincianos, federais e unitários a fim de discutir a criação de uma Convenção Constituinte (*Ibidem*, p. 190). Como resultado, em 31 de maio de 1852, surgiu o Pacto de San Nicolás definindo que a Constituição seria redigida por dois representantes de cada província e, posteriormente, seria ratificada pelas legislaturas provinciais.

Dessa forma, o Estado argentino teria elementos de unidade e outros de federação, visando o fim dos conflitos regionais. A nova constituição instaurava um governo representativo, republicano e federal, a divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário, o catolicismo como religião oficial do Estado e, ainda, determinava que a cidade de Buenos Aires fosse transformada na Capital Federal e, sua aduana, nacionalizada (*Ibidem*, p. 191). Essa constituição foi rechaçada pelos portenhos que, liderados por Bartolomé Mitre, saíram em campanha contra o Pacto de San Nicolás. Uma das prerrogativas do pacto garantia a Urquiza plenos poderes para manter a ordem até que fosse estabelecido um governo constitucional, atitude interpretada por Mitre como uma ameaça de ditadura para que se estabelecesse a ordem em meio ao processo de organização nacional. Outro ponto que desagradou aos portenhos estava

relacionado à nacionalização de sua aduana e à federalização da cidade porto.

Buenos Aires separou-se da Confederação e promulgou, em 1854, uma Constituição provincial, isto é, o fez no mesmo momento em que Urquiza foi eleito presidente constitucional da Argentina, estabelecendo como capital federal, ainda que em caráter provisório, Paraná, situada na província de Entre Rios.

Após um período de desentendimentos entre Buenos Aires e a Confederação, Mitre comandou, em 1861, a vitoriosa Batalha de Pavón, tornando-se presidente da república em 1862 com o objetivo de organizar um governo unificado que integrasse a todas as províncias argentinas sob uma única constituição.

Foram realizados vários projetos em âmbito nacional, porém, apesar de o país dar os primeiros passos rumo à unificação nacional, não podemos afirmar ter se tratado de uma definitiva constituição do Estado nacional argentino. De acordo com Botana (1985, pp. 13-14), o período de 1862 a 1880 correspondeu a “uma primeira fase de controle nacional que deve ser vista como um sustentado processo de redução das províncias à unidade do Estado”. Restava, portanto, um clima de divergências políticas internas entre o governo recém-constituído e as províncias, marcado pela ação coercitiva do governo nacional por meio de frequentes estados de sítio aplicados às províncias que ameaçavam realizar levantes autonomistas.

Portanto, desde a Batalha de Pavón, surgiram tentativas de organizar politicamente o novo país, marcadas por disputas entre as províncias e o poder central, durante as presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1880). Ainda não havia unidade política pois, como nos mostra Natalio Botana, algumas províncias produziram movimentos de força que foram controladas pelo poder central, mas a província de Buenos Aires não estava disposta a subordinar-se ao poder político (*Ibidem*, pp. 29-30). A consolidação efetiva do Estado Nacional deu-se apenas em 1880.

O governo de Domingo Faustino Sarmiento ficou marcado pelo impulso dado à educação. Sua maior preocupação era a de desenvolver a educação pública, considerada como suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina a partir dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da

barbárie herdada do período rosista.

Assim como Sarmiento, outros intelectuais liberais de sua geração corroboravam a ideia de que cabia a eles o papel de agentes na preparação das massas para o desempenho das atividades políticas, o que ocorreria por meio da educação (Prado, 1999, p. 82). Portanto, a Geração de 1837 via a sociedade de seu tempo como essencialmente passiva, pois, como argumenta Halperín-Donghi (1997, pp. 12-13), os intelectuais da Geração Romântica consideravam essa sociedade como “la materia em la cual es de responsabilidad de los letrados encarnar las ideas cuya posesión les da por sobre todo el derecho de gobernarla”.

Nicolás Avellaneda, ministro da Instrução Pública do governo de Sarmiento, foi seu sucessor e esteve a frente do poder executivo argentino entre os anos de 1874 e 1880. Avellaneda deu continuidade ao estímulo à educação a partir da fundação de escolas normais em províncias do interior, da implantação de cursos noturnos voltados à alfabetização de adultos e da promulgação da Lei de Educação Comum, em 1875, especificamente para a província de Buenos Aires.

No período posterior a Caseros, três questões fizeram-se presentes: a integridade territorial, a identidade nacional e a organização do regime político. Segundo Botana, a primeira relaciona-se à força coercitiva de que dispõe o poder político para fazer frente a determinados atores que impunham sua pretensão de monopolizar a violência; a segunda se refere aos mecanismos de comunicação entre atores localizados em regiões diferentes, por cuja mediação são criados vínculos de solidariedade mais amplos que os anteriormente existentes. Como um terceiro problema, seguindo a mesma perspectiva, pode ser destacada a necessidade de desenvolver sentimentos de legitimidade compartilhados acerca do valor que merece a estrutura institucional do poder político e as regras de sucessão que regularão a eleição dos governantes (*Ibidem*, p. 30).

A intenção de Buenos Aires de não se subordinar ao poder central deve ser explicada a partir da divisão portenha em dois grupos políticos: os nacionalistas, liderados por Mitre e os autonomistas dirigidos por Adolfo Alsina. Enquanto os primeiros buscavam a nacionalização da província de Buenos Aires e sua subordinação ao poder central, os segundos aliaram-se a grupos federais do interior e manifestaram seu apoio às candidaturas de Sarmiento e Avellaneda com o intuito de impedir a

continuidade de Mitre no poder.

A consolidação do Estado nacional argentino, em 1880, setenta anos após a Revolução de Maio, foi possível apenas quando se estabeleceu um consenso entre as elites argentinas encerrando-se os desentendimentos entre unitários e federalistas, mas, principalmente, a partir da federalização de Buenos Aires. Por isso, afirmamos que, se após o movimento de independência a Argentina passou por um período de lutas internas e desentendimentos políticos, desde a década de 1880, o país passou a ser governado de maneira unificada a partir dos interesses de Buenos Aires, transformada em Distrito Federal naquele mesmo ano.

Sob o lema “Paz y administración”, Julio Argentino Roca assumiu a presidência da república e enfrentou o desafio outrora enunciado por Juan Bautista Alberdi quando da elaboração da Constituição de 1853: organizar um poder central forte para controlar os poderes locais e, ao mesmo tempo, flexível, a fim de incorporar os antigos governadores de província a uma unidade política mais ampla. Nesse sentido, a ideia de federação residia sob um governo consolidado na unidade nacional, mas que permitisse a existência de governos provinciais, os quais seriam limitados pela lei federal da república.²

Desde a consolidação nacional, o governo argentino foi representado pelos liberais que se mantiveram no poder por meio de acordos políticos que garantiam a sucessão presidencial, o que permitia que eles mesmos elegeassem seus sucessores e impedia que os setores oposicionistas chegassem ao poder. Denominado pela historiografia como república oligárquica, nesse sistema de governo os únicos habilitados a participarem eram aqueles que dispusessem de riqueza, educação e prestígio, gerando uma confusão entre os poderes econômico e político. Para Botana (*op. cit.*, p. 73), o conceito de oligarquia qualifica um sistema de hegemonia governamental, o qual se constituía numa forma de controle político cujo objetivo era o de excluir a oposição perigosa que poderia comprometer a manutenção do regime e cooptar por meio de acordo a oposição moderada, com a qual poderia negociar cargos e candidaturas. No período que se estendeu de 1880 a 1890, o processo político argentino

² Devoto; Fausto (*Op. cit.*, p. 63) afirmam que ao mesmo tempo em que consagravam uma presidência forte, o texto garantia um amplo espaço para a ação dos interesses provinciais no Senado e na Câmara dos Deputados.

foi protagonizado pelo Partido Autonomista Nacional (PAN) - ao qual pertenciam os presidentes Roca e Celman - e o Partido Liberal, liderado por Mitre e estava marginalizado dos cargos eleitorais.

Em 1890, já durante o governo de Juarez Celman, uma crise econômica assolou o país e deu força política à ação da oposição que se uniu em torno de um novo partido: a União Cívica, sob a liderança de Leandro N. Alem e Hipólito Yrigoyen, do qual, posteriormente, emergiu a União Cívica Radical.

Frente as restrições impostas pelos liberais, os setores oposicionistas acompanhado dos movimentos de esquerda passaram a reivindicar maior participação popular na política. Em 1912 foi votada a Lei Sáenz Peña e, em 1916, chegou ao fim a hegemonia exercida pela oligarquia, pois nesse mesmo ano o candidato da União Cívica Radical, Hipólito Yrigoyen, foi eleito presidente da República. O período compreendido entre os anos de 1880 e 1916 ficou marcado pelo domínio político de um grupo que se sustentava no poder por meio da fraude eleitoral.

1.2- Atmosfera intelectual do final do século XIX e início do XX: o pensamento cientificista

Os intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX refletiam, de forma obstinada, acerca de seus país, buscando delinear as características nacionais como um meio de justificar a importância da Argentina enquanto um Estado Nacional recentemente constituído diante das transformações econômicas e sociais acarretadas pelo grande afluxo de imigrantes europeus. A busca por elementos que identifiquem a nação, ressaltando suas particularidades diante do confronto com o estrangeiro e sua importância no continente americano são questões que se tornaram fundamentais neste período e que são emblemáticas para a *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

Terán (2009, p. 109) ressaltou que no final do século XIX, os processos de

modernização transformaram radicalmente o panorama social, político, econômico e estético, introduzindo novos problemas, preocupações e conflitos. Desde a esfera política, a elite encabeçada pelo presidente Julio Argentino Roca, participava ativamente desse processo, mas, de seu interior, surgiram vozes discordantes, apresentando dúvidas e inquietações a respeito do cenário de modernidade que se desenvolvia na Argentina. Nesse sentido, instaurou-se um paradoxo, pois os políticos e intelectuais do final daquele século, não concebiam outra forma de construir um Estado-nação moderno senão por meio da imigração que conduziria o país rumo ao progresso e ao crescimento econômico.

Em 1880, a Argentina vivenciou o triunfo do Estado nacional a partir da federalização de Buenos Aires e da ascensão de Roca ao poder representando os interesses do PAN. O Estado nacional passou a ostentar o monopólio de força legítima, afirmado na derrota das dissidências provinciais; foram sancionadas as leis laicas de educação e registro civil, que passaram às mãos estatais o controle da população até então dividido com a Igreja Católica. O país apresentou um espetacular crescimento econômico com a produção de bens agropecuários e ferrovias inglesas passaram a ser instaladas no território antes ocupado pelos indígenas, apropriado pelo Estado na chamada Campanha do Deserto³. As cidades argentinas refletiam os ares da modernidade pela construção de parques e de edifícios. Buenos Aires, por exemplo, transformou-se num grande centro cosmopolita e, já no final do século XIX, contava com diversos meios de transporte, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador. O setor educacional, que já havia adquirido destaque nos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, continuou em alta durante a presidência de Júlio Argentino Roca, quem em 1884 promulgou a Lei 1.420, que previa o ensino gratuito, laico e obrigatório.

Terán (*Ibidem*, p. 113) descreveu o panorama cultural da década de 1880 como um momento no qual ainda estavam presentes o romantismo tardio e *acriollado* proveniente das correntes estéticas e ideológicas da Geração de 1837, assim como o

³ A Campanha do Deserto realizada contra as populações indígenas apoiava-se numa justificativa compartilhada pelas elites do mundo ocidental: que as nações viáveis eram aquelas dotadas de uma população de raça branca e religião cristã. Esta temática será retomada neste trabalho devido ao envolvimento de Zeballos no processo.

liberalismo e o republicanismo herdados dos “pais fundadores”. Num plano mais atenuado, identificou um catolicismo mais difundido na sociedade que no grupo estatal. No centro da cena literária visualizava, em lugares dominantes, as correntes naturalista e realista às quais podemos somar o positivismo e as tendências socialista e anarquista.

Essas ideias e correntes de pensamento não estavam soltas no ar, sendo propagadas pelos intelectuais, atores do debate político que evocavam a consciência de seu tempo atuando como intérpretes da nação. Pertenciam a determinadas classes sociais, compunham uma certa institucionalidade, reunindo-se em torno de revistas, redações de jornais, clubes, cafés, universidades e ateneus, onde desenvolviam uma sociabilidade intelectual.

Os membros da chamada “Geração de 80” dominavam o cenário intelectual argentino desse período e seus escritos podem ser considerados como uma continuidade de sua posição sociopolítica, pois ocupavam uma sólida posição econômica obtida a partir de seu desempenho profissional como advogados, estancieiros, funcionários estatais e médicos.

A historiografia argentina compreende dita geração como um grupo de intelectuais que participavam ou exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século XIX e expressavam um objetivo em comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país. Carlos Altamirano (2010, p. 14) destaca que o posto público, muitas vezes em escalões subalternos da burocracia estatal, ofereceu a alguns escritores sem patrimônio familiar a possibilidade de levar adiante uma carreira literária, transformando o periodismo em uma espécie de segundo emprego; Paula Bruno (2011) afirma que estes intelectuais entendiam a política como um âmbito que bloqueava as possibilidades de desenvolver a cultura nacional, segmento em que pretendiam desenvolver suas atividades, pensando a si próprios como exteriores à esfera política e, ao mesmo tempo, ocupando cargos no serviço público.

Em *Pioneros culturales de la Argentina*, analisou a atuação de Eduardo Wilde, José Manuel Estrada, Paul Groussac e Eduardo Holmberg, buscando reconstruir sua trajetória intelectual e suas relações com a política argentina. Groussac e Holmberg ocuparam cargos diretivos em instituições estatais e pensavam a cultura e a ciência a partir da separação com o campo político, porém era sua proximidade com o Estado que

lhes permitia meios de desenvolver suas ideias; Estrada e Wilde tiveram cargos políticos, tendo o primeiro optado por entrar nesse cenário como o último recurso, ou seja, como forma de se opôr a um regime que considerava opressor e acabou exonerado de cargos no sistema educativo argentino; já Wilde explicava que sua integração no cenário político constituiu-se na atuação enquanto agente civilizador diante da política criolla e que sua participação não fora positiva, considerando-se, de fato, pertencente ao mundo das letras.

Cabe lembrar que não é tarefa fácil pensar em uma elite cultural à margem da multiplicação de oportunidades e de inserção institucional oferecida durante o processo de consolidação estatal, pois os intelectuais argentinos não encontravam no passado uma tradição em que pudessem se inscrever e, por isso, tornaram-se responsáveis por “fazer a cultura”, o que demandava apoio do Estado. À época, Holmberg e Zeballos declaravam que, sem uma aliança com o Estado, era impossível manter empreendimentos culturais, pois aqueles que o faziam, caíam em um voluntarismo inútil.

No mesmo período em que estes intelectuais se propunham a pensar os problemas nacionais, consolidava-se, na Argentina, uma nova estrutura econômica e social. Portanto, concordamos com a afirmação de Oscar Terán, o qual considera que “1880 não é apenas um ano simbólico, mas o momento real em que se estruturaram radicais transformações econômicas e políticas, as quais acarretaram uma série de efeitos que transformariam radicalmente as estruturas materiais do país” (*Idem*, 1979, p. 14).

Algumas décadas antes, Sarmiento, Alberdi e Mitre já haviam enunciado algumas das inquietações que afligiam a Geração de 1880, o que demonstra certa afinidade entre o pensamento intelectual argentino que figurou no início e no final do século XIX. Em seu *Bases y puntos de partida para la organización nacional*, de 1852, Alberdi declarava que “governar é povoar”, ou, como interpretou o historiador argentino Fernando Devoto (2000, p. 34), “governar é civilizar”, pois, para Alberdi, todo o esforço de transformação da Argentina seria inútil se não se conseguisse mudar radicalmente as características de uma sociedade atrasada, cujas causas recaíam sobre os nativos. Nesse sentido, sob a ótica de Alberdi, a imigração europeia tinha a

responsabilidade de implantar novos hábitos e comportamentos, os quais seriam assimilados pela população argentina em seu cotidiano. Sarmiento também via os imigrantes como atores da mudança, contudo, defendia a mudança por meio do trabalho agrícola que seria realizado e que contribuiria com a eliminação do verdadeiro inimigo da civilização e do progresso: o deserto. Devoto destaca que, ao contrário de Alberdi, que defendia a imigração europeia como capaz de transformar a Argentina, Sarmiento não precisava de um tipo especial de imigrantes, pois acreditava que, se aqueles não fossem modernos, seus filhos o seriam por meio de um instrumento considerado por ele como transformador: a escola pública (*Ibidem*, p. 35). Bartolomé Mitre, no entanto, acreditava que a imigração não deveria transformar a realidade argentina e criar um novo país – como defendiam Alberdi e Sarmiento –, mas sim que o papel do imigrante seria o de integrar-se ao que já existia.

A promoção da imigração e a ideia de que o imigrante poderia contribuir com o desenvolvimento da sociedade argentina constituem um exemplo de aproximação entre os homens de 1837 e 1880 por meio da qual podemos afirmar que, apesar da problemática em torno da construção de uma identidade nacional argentina ter surgido logo que se deu a independência política do país, ela ainda não havia sido solucionada e o projeto de construção de uma nação moderna continuava presente no pensamento dos intelectuais argentinos do final do século XIX. Romero (1956, p. 18) explica a aproximação entre as ideias políticas liberais da primeira e da segunda metade do século XIX a partir de certo conformismo por parte da Geração de 80, pois, segundo ele, essa nova oligarquia deu por certo que o processo que havia sido desencadeado e guiado com tanto esforço por seus pais não sofreria modificações, ignorando a nova realidade que transformava a Argentina.

Gallo, *et. al.* (1962, p. 28) chamam a atenção para o fato de que, apesar do programa dos homens de 80 não haver sido enunciado de forma explícita, pode ser compreendido por meio de seus discursos políticos e parlamentares, mensagens presidenciais, correspondências, escritos em periódicos, etc. Para os autores, o caráter fragmentário desses textos, longe de se constituir num acidente é notório em toda atividade política, literária e científica da época, em parte consequência da ausência de formação cultural especializada nos setores dirigentes.

Portanto, entendemos que os homens de 1880 pareceram realizar os ideais que haviam sido propostos pela geração anterior devido, em grande medida, à conjuntura social, econômica e política que a Argentina apresentava no final do século XIX. A criação de novos espaços econômicos e sociais que acabaram transformados pela afluência do capital estrangeiro e do enorme contingente de imigrantes permitiu que os homens dos anos 1880 executassem o projeto de transformação do país previsto pela Geração de 1837 (Svampa, 1994, p. 60).

Outro fator que contribuiu para que o projeto nacional fosse posto em prática pela Geração de 80 recai sobre a posição política e social privilegiada que seus membros ocupavam, a qual fazia com que eles se vissem na função de guiar o país rumo à modernidade. De acordo com Romero (*op. cit.*, p. 15), muitos dos membros dessa geração haviam estudado nas Universidades de Córdoba ou Buenos Aires, exerciam carreiras liberais como advocacia e medicina, pertenciam à oligarquia e, pelo fato de serem filhos de pais ilustres, conquistaram o prestígio e a direção política do país chegando, alguns deles, a ocupar cargos públicos. Não obstante, participaram das inquietudes filosóficas e estéticas da época, liam as mesmas revistas – geralmente francesas – e frequentavam os mesmos autores (*Ibidem*, p. 16).

O desprezo pela tradição criolla transformou-se num elemento de coesão entre os intelectuais da Geração de 1880. Seguindo essa perspectiva, entendiam que a tradição criolla estava associada à espanhola, isto é, o criollo era considerado como o primitivo, o simples; por isso, sem estimar a forma de vida dos criollos, os homens que passaram a fazer das cidades ativos centros de europeização da Argentina trataram de suprimi-lo e substituí-lo pelo imigrante europeu, que, a seus olhos, representava a civilização. Segundo Shumway (*op. cit.*), o sentimento antiespanhol constituiu-se numa das características do movimento de independência argentino, mas, mesmo após ter obtido a independência política, os liberais argentinos continuaram depreciando a Espanha. E ressalta, ainda, que esse sentimento antiespanhol se intensificou nos homens de 1837 e tornou-se símbolo de uma tendência que se fez comum durante o século XX: “excluir a Espanha sempre que se referisse à Europa”. Por isso, acreditamos que o desprezo pela tradição criolla defendido pela Geração de 1837 repercutiu sobre o pensamento dos homens de 1880, que se utilizaram de sua posição social e de seu

prestígio político para reordenar e modificar a sociedade argentina desde sua base, com o intuito de que o país desfrutasse de um progresso contínuo.

Para esse fim, uma série de políticas públicas foi implementada pelos intelectuais de 1880. Seu projeto imigratório previa a instalação dos colonos em propriedades rurais, onde se tornariam pequenos proprietários e executariam trabalhos agrícolas, constituindo-se na solução para o problema cultural que acreditavam atingir a população argentina. Contudo, a concentração de terras nas mãos da elite criolla fez com que a enorme massa de estrangeiros buscasse empregos nas cidades, especialmente em Buenos Aires, acabando por se transformarem em mão de obra assalariada.

O campo educacional também foi um dos pontos de atuação da elite argentina do final do século XIX. Em 1880 existiam aqueles que saíam em defesa das ideias católicas, mas a maior parte dos políticos e intelectuais dessa época defendia o predomínio do ensino laico, cuja responsabilidade seria atribuída ao Estado, pois, como argumenta Franco (2003, p. 33), nessa década foram instituídos o registro e o matrimônio civis, além da atribuição oficial ao Estado do papel tutelar sobre as questões educacionais. Entretanto, a intolerância dos intelectuais argentinos para com a intervenção da Igreja nos assuntos educacionais não foi um fato isolado. Maria Ligia Prado (*op. cit.*, p. 94) destaca que o conflito entre os liberais e a Igreja Católica acerca da questão educacional esteve presente em países como Brasil, Chile e México e pode ser relacionado à identificação dos intelectuais liberais com as ideias positivistas amplamente difundidas na América Latina no final do século XIX e início do XX.

Romero (*op. cit.*, p. 12) atribui à Geração de 1880 o cumprimento de uma missão histórica, uma vez que, no final do século XIX, em meio a todas as transformações pelas quais passava o país, esses homens escolheram seu caminho e a repercussão de suas ideias e realizações ecoou por longa data e continuou a exercer influência sobre a sociedade argentina. Clementi (1982, pp. 131-132) também seguiu a perspectiva aberta por Romero e ressaltou a importância dos intelectuais de 1880, principalmente no tocante à educação, considerando essa geração como responsável por firmar as bases do ensino superior, por defender uma escola laica e obrigatória que estivesse apta para uma alfabetização massiva e uma argentinização acelerada.

Nessa mesma linha, Coggiola (1998) descreveu a Geração de 1880 como a única

portadora de um projeto nacional e a efetiva forjadora da nacionalidade argentina. Apesar de concordarmos com a importância histórica representada por essa geração, entendemos que não se tratou do único intento preocupado com a questão nacional, pois, como afirmamos anteriormente, os projetos defendidos pelos intelectuais de 1880 haviam sido idealizados algumas décadas antes, no momento em que Sarmiento e Alberdi, representantes da Geração de 1837, buscavam soluções para os problemas argentinos de seu tempo.

Por outro lado, temos de reconhecer que se as ideias nacionalistas foram introduzidas homens de 1837, apenas foram postas em prática em 1880, mostrando que a Geração de 1880 foi a responsável pela tentativa de forjar uma identidade nacional para a Argentina. Aníbal Ponce, entretanto, não analisou a Geração de 1880 apenas pelo viés otimista, uma vez que, para esse autor, ela apresentou insuficiências e defeitos, mas graças a ela a Argentina adquiriu uma tradição de cultura e abriu as portas para novas influências como, por exemplo, às de Renán e Taine, aludindo à introdução dos estudos científicos.

Carina Mengo (2011) assinala que no contexto de criação do Estado laico, e liberal se estabeleceram várias instituições científicas e universitárias na Argentina. Em 1865 foi criado o Departamento de Ciências Exatas na Universidade de Buenos Aires e, sete anos depois, na mesma universidade, surgiu a iniciativa de um novo projeto institucional para impulsionar os estudos científicos: a Sociedade Científica Argentina. Ao mesmo tempo, na Universidade de Córdoba, entre os anos de 1870 e 1873, a ideia da criação de uma Faculdade de Ciências a partir da contratação de docentes europeus⁴ foi encomendada por Sarmiento, então diretor do Museu de Buenos Aires, o que permitiu a realização de tal feito em 1873.

O progresso, enquanto um ideal do Estado nascente, exigia o desenvolvimento de instituições⁵ dedicadas à produção de verdades universais, assim como de saberes

⁴ Os professores eram Bernardino Speluzzi (matemática pura), Emilio Rossetini (matemáticas aplicadas) e Pelegrino Strobil (História natural) e sua procedência europeia se fundamentava na ideia de progresso dos povos a partir da difusão de certas verdades científicas universais postas a serviço das aspirações do conjunto social. Esta perspectiva, considerava os conhecimentos matemáticos como o caminho para o fomento da indústria e do trabalho, necessários em todo país moderno (MENGO, 2011, p. 41).

⁵ Cabe ressaltar que as condições cotidianas do trabalho científico da época mostram diferentes redes de sociabilidade que dependiam de recursos econômicos dos próprios pesquisadores, apoios

que possibilitassem classificar e revelar topograficamente o espaço apto para receber a chegada da civilização. Por isso, a prática da botânica, zoologia, geologia e mineralogia eram necessárias à investigação e conhecimento da natureza do território argentino (*Ibidem*, p. 42). Neste contexto, a Sociedade Científica Argentina foi idealizada para atuar como uma corporação sumamente comprometida com a aplicação social de seus produtos teóricos. Fundada por Luis Huergo, Augusto Riguet, Justo Dillon e Estanislao Zeballos, suas atividades foram variadas – conferências, concursos para promover as aplicações científicas na indústria, viagens e expedições à Patagônia e a publicação dos Anais da Sociedade Científica Argentina - e abarcaram um amplo espectro de questões relacionadas ao discurso científico como ponto de partida para forjar a nação argentina.

O momento histórico de criação das instituições científicas e universitárias no país deve ser interpretado, portanto, como mostra de uma mudança substancial na própria organização do conhecimento, uma vez que o trabalho científico passou a ser pensado como uma atividade coletiva realizada em locais específicos como os museus, universidades e associações. Com relação aos primeiros, devemos destacar o empenho de Zeballos na criação do Museu Mitre e a utilização da RDHL como plataforma de divulgação de seu projeto.

Em 1906, diante as discussões suscitadas acerca de como seriam prestadas as homenagens póstumas ao general Mitre, Zeballos publicou um artigo em sua revista propondo que além da estátua e do mausoléu, já sugeridos por Pelegrini, a casa do general fosse também transformada em um museu, sob a alegação de que se constituía em objeto de estudo para biógrafos e historiadores. O projeto de Estanislao Zeballos incluía, ainda, duas estátuas de bronze que deveriam representar a “pessoa íntima” de Mitre, as quais deveriam ser instaladas próximas do escritório e da biblioteca, onde ficava o arquivo do general acerca da Guerra do Paraguai. O impasse para a realização do projeto residia na verba a ele destinada, já que seu idealizador defendia sua viabilização a partir de recursos populares, interpretado como um sinal de patriotismo do povo argentino. Diante disso, teceu duras críticas à Faculdade de Filosofia e Letras que, de acordo com ele, havia se apropriado do projeto e pretendia utilizar recursos

oficiais para viabilizá-lo. Para Zeballos, a aplicação de dinheiro estatal desnaturalizava a homenagem, extraindo dela todo o sentimento popular de caráter nacional e argumentou que o povo não deveria ser privado da espontaneidade diante daquela nobre ação e defendeu a realização de um concurso a fim de selecionar os artistas que ficariam encarregados da confecção das estátuas. Este episódio nos mostra a importância atribuída por Zeballos aos centros de preservação da memória e desenvolvimento de um conhecimento que remontasse às origens da história argentina e, dessa forma, contribuísse para que aflorasse um sentimento de pertencimento à nação que buscavam construir.

Na Argentina, a união da ciência ao Estado desde o fim do século XIX havia produzido uma cultura científica fortemente comprometida com a legitimação da ordem econômica e política estabelecida pela classe dirigente e, a partir da trajetória dos membros da Sociedade Científica Argentina pode ser evidenciada uma constante alternância entre as atividades científicas e a atuação política. Francisco Moreno foi deputado nacional durante a presidência de Sáenz Peña e vice-presidente do Conselho Nacional de Educação; Luis Huergo esteve encarregado do Ministério de Obras Públicas da província de Buenos Aires, o que nos mostra que a existência de relações entre conhecimento, o poder econômico e o político, assim como a dificuldade em distinguir os fins e os meios que impulsionavam tanto as instituições quanto os sujeitos. Neste contexto, a figura de Estanislao Zeballos pode ser considerada a que representa o exemplo mais notório da articulação entre conhecimento e poder, dadas suas atividades como periodista, legislador, etnólogo, ministro e diplomata, as quais, de acordo com Sandra Fernández e Fernando Navarro (2002, p. 6), constituem uma boa síntese do homem moderno do final do século XIX e início do século XX.

Os intelectuais latino-americanos recebiam grande influência de ideias concebidas na Europa, dentre as quais podemos destacar o pensamento científico, amplamente discutido e aplicado à realidade argentina. A centralização do Estado coincidiu com o momento de conformação do positivismo comteano na cultura latino-americana e, de maneira geral, os pensadores latino-americanos inspiraram-se no ideal de nação proposto pelo positivismo para interpretar sua realidade, operando em função

das diversas exigências e demandas nacionais⁶. De acordo com Adam Anderle, no final do século XIX, a intelectualidade latino-americana tinha a sensação de que algo ia mal, de que a sociedade não estava sã e existia, portanto, a vontade de corrigi-la. Entretanto, esses intelectuais não eram a favor de que tal correção ocorresse por meio de revoluções, mas sim por meio de reformas que pretendiam realizar a partir do ensino e das ciências (Anderle, 1988, p. 420).

Foi uma preocupação comum aos pensadores latino-americanos do período discutir a questão nacional. A maior parte dos países havia conquistado sua independência a partir de guerras contra as metrópoles – Portugal e Espanha – e, como vimos no caso argentino, levou certo tempo até que os conflitos internos fossem apaziguados, retardando o processo de constituição nacional. Assim, no final do século XIX, com o término das divergências internas, chegara o momento em que as elites políticas e intelectuais se questionavam sobre os rumos das novas nações. Quem seriam essas nações? O que elas representariam? Existiria, de fato, uma identidade nacional capaz de unir toda a sociedade? O papel dos intelectuais foi, então, não apenas delinear os traços da nação argentina, mas também forjar um sentimento de pertencimento à nação recém-construída baseando-se, para isso, nos conceitos positivistas e evolucionistas em voga no período.

Retomando a perspectiva defendida pela Geração de 1880, aferimos que, para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina, os intelectuais defendiam o rompimento de todos os laços com o passado colonial, uma vez que o período em que a Argentina esteve sob o domínio espanhol foi por eles considerado como uma das razões que explicavam o “atraso” do país com relação, por exemplo, aos Estados Unidos ou à Europa, sempre tomados como contraponto à realidade argentina. Então, a barbárie representada por uma Argentina rural governada por caudilhos deveria ser substituída pela civilização, presente, de acordo com a elite intelectual, nas ideias liberais europeias que serviram de parâmetro comparativo para a elaboração do plano modernizante que incluía, principalmente, a promoção da imigração, o estímulo à

⁶ Oscar Terán sustenta que enquanto em países de povoamento aluvional como os rio-platenses pôde ser notada a implantação do dispositivo positivista para ordenar uma população excessivamente heterogênea, em outras nações com um fundo indígena sumamente denso, como México, Brasil e Peru, o olhar positivista deteve-se na busca de fenômenos raciais que explicassem o atraso ou as frustrações de ditos países. (1979, pp. 14-15).

educação e a formação de um Estado moderno com base nas instituições e que fosse capaz de defender a soberania nacional.

O evolucionismo também exerceu notável influência sobre o pensamento latino-americano em fins do século XIX. A teoria da seleção natural foi utilizada com frequência pelos intelectuais argentinos no afã de justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, pois pressupunha-se que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressairiam apenas as “raças superiores”. Na Argentina, as teorias positivista e evolucionista encontraram um campo fértil para sua propagação, tendo sido utilizadas como balizas para a compreensão de sua situação política e social naquele período. A federalização de Buenos Aires, ocorrida em 1880, simbolizava o fim de uma Argentina que ainda conservava traços de sua tradição e o começo de uma nova era marcada pela esperança de progresso, de auge econômico e de novas formas políticas. A elite intelectual passou a acreditar na possibilidade de que o país seguia o rumo de ocupar uma posição privilegiada no seio do continente americano.

Diante disso, o positivismo mostrou-se muito importante, porém não suficiente para a compreensão do pensamento argentino de finais do século XIX e início do XX, período marcado por um pensamento carregado de aspectos psicológicos, sociológicos, biológicos e evolucionistas que, aliados ao positivismo, foram utilizados por muitos intelectuais numa tentativa de compreender o pensamento do hispano-americano, e para explicar a evolução da sociedade argentina. Portanto, reiteramos a posição já defendida em trabalho anterior, a qual leva em conta o fato de que os intelectuais argentinos do início do século XX não encontraram no dispositivo positivista todas as instâncias teóricas para fundar um conjunto de ideais coletivos em anos considerados cruciais para a definição de um novo nacionalismo como um conjunto de símbolos e valores de identidade e, por isso, recorreram também aos ideais científicos, os quais aparecem representados na aplicação da psicologia, da sociologia e do biologismo na obra analisada nesta pesquisa. Nesse sentido, entendemos que “cientificistas” é a característica mais adequada para se referir a esses intelectuais e, nesse ponto, dialogamos com o trabalho de Roberto Rojo, o qual demonstra que o conteúdo filosófico do positivismo e do evolucionismo, quando unidos, gera o cientificismo.

Zimmermann (1992) também analisou as consequências sociais do processo de modernização e expansão econômica tão estimulados pelos homens do final do século XIX, entendendo que a questão social foi interpretada não apenas como um conjunto de problemas objetivos e quantificáveis em estatísticas sociais e econômicas, mas como um desafio intelectual de grande importância, pois constituía-se num elemento chave para as transformações políticas e ideológicas que ocorriam na Argentina daquele período. O autor identificou a existência de várias correntes reformistas, como a católica e a socialista, mas destacou a atuação dos intelectuais pertencentes à corrente reformista liberal, a qual caracterizava-se por alguns traços distintos: eram profissionais (médicos ou advogados), com forte vocação para a vida intelectual e vinculações ou participação ativa no mundo acadêmico; ideologicamente foram liberais de firmes convicções progressistas, frequentemente anticlericais; suas posturas frente à solução da questão social se dirigiram à busca de um caminho entre o *laissez-faire* ortodoxo e o socialismo de Estado; suas posturas reformistas com relação ao social basearam-se no legalismo, isto é, na convicção de que a política parlamentar era o âmbito próprio para a busca de soluções para o conflito social, no cientificismo, que acentuaria a importância das ciências sociais como guias da política estatal e, por fim, em um enfoque internacionalista que procurava adaptar às condições locais os numerosos precedentes estrangeiro sobre o tema e inserir a questão do reformismo argentino nas instituições internacionais a ele dedicadas (*Ibidem*, p. 546).

A *Revista de Derecho, Historia y Letras* evidencia as inquietações mencionadas acima, uma vez que propagava ideias que defendiam a reforma moral, política e social. A análise do material nos mostra que esta se constituiu num dos mais importantes fóruns de discussão do período, evidenciando o esforço despendido pelos intelectuais para compreender a Argentina e conduzi-la a ocupar um local de destaque no continente americano.

1.3- A configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa na Argentina

A fundação da *RDHL* por Estanislao Zeballos, em 1898, coincide com o momento em que a elite dirigente buscava integrar a Argentina aos quadros da modernidade, adotando como ponto de partida, o desenvolvimento econômico baseado na utilização de mão de obra imigrante e a implantação do ensino público voltado à construção da nação argentina.

A historiadora Gabriela Pellegrino Soares aponta que os intelectuais argentinos do final do século XIX viam nas letras a chave para a transformação social, o que se apresentava como condição cultural e política para enfrentar os desafios históricos que se projetavam diante da nação que se pretendia construir (2007, p.31). O crescimento demográfico e urbano impulsionado pelo estímulo à imigração transformaram Buenos Aires em um centro cosmopolita e as presidências de Mitre (1862-68), Sarmiento (1868-1874) e Avellaneda (1874-1880), buscaram modelar e fortalecer a presença de instituições públicas em diferentes níveis da via nacional.

A Lei 1420 de educação comum, gratuita, laica e obrigatória, promulgada em 1883, abriu espaços para que o Estado argentino transformasse a escola primária num meio de instrução e controle das massas⁷. Este sistema educacional expressava estruturas e atitudes sociopolíticas vigentes na Argentina da passagem do século XIX para o XX, momento em que se confirmava uma era de prosperidade e privilégios para as oligarquias nacionais, as quais assumiam ares patricios diante da multidão estrangeira que inundava o país. Em contrapartida, os trabalhadores, muitos deles com experiência sindical trazida de seu país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de trabalho insalubres e exaustivas, iniciaram os primeiros focos de mobilização.

A política educacional gestada pelo Estado teve, como desdobramento, o aumento do número de leitores que, associado aos avanços do capitalismo, à introdução de novas técnicas e ao aparecimento de novos valores nos ajudam a compreender o crescimento e a difusão da imprensa na Argentina. Pelosi (1996) sustenta que, durante o século XIX, os jornais se colocavam na vanguarda da leitura, numa sociedade que

⁷ As elites, entretanto, cursavam o ensino médio nos *Colegios Nacionales*, onde recebiam a educação enciclopédica que os tornaria aptos aos cargos públicos que viriam a assumir.

passava a se delinear a partir das massas. Antes confeccionados em tipografias de pequeno porte, passaram a demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los como atividade industrial. Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, passaram a administrá-los de forma racional e capaz de otimizar lucros, investindo na atualização constante da maquinaria e das técnicas.

Prieto (1988) caracteriza o ideal de leitura preconizado pela elite liberal como “dirigista”, o que não implicava somente uma atitude moralizante, mas, também, na construção, a partir da circulação de textos e de sua leitura, de um instrumento de diferenciação entre aqueles que se encontravam em uma posição de domínio e os que devem obedecê-los. Nesse sentido, escritura e leitura naturalizavam a forma dominante evidenciada na política argentina do fim do século.

Podemos entender o “dirigismo” proposto por Prieto como uma forma de especificar os diferentes espaços de cultura, existentes na Argentina de final do XIX. Tanto a cultura massiva e popular quanto a cultura da elite liberal, possuíam a linguagem escrita como instrumento simbólico, resultando em zonas de fricção, de contato e pontos de rechaço em torno de duas formas precisas: o livro e o folhetim, que se multiplicou no panfleto ou no periódico sindical.

O modelo tradicional da cultura letrada continuou a desempenhar um papel predominante, porém não mais exclusivo e excludente como outrora, pois o leitor proveniente das campanhas de alfabetização promovidas pelo governo buscou delimitar seu espaço de cultura específico. Esse novo espaço, popular e massivo, foi introduzido, em grande medida, pelo folhetim e pela imprensa periódica, o que foi interpretado, por membros da elite como um gesto de insubordinação:

Alfabeto o semianalfabeto, disperso en un indefinible espectro de relaciones con el instrumento recién adquirido, el nuevo lector, en todo caso, se incorporó con considerable entusiasmo al gusto y al ejercicio de su flamante capacitación. Sorprende el valor normativo que la lectura adquirió en esos años y entre los sectores que acababan de incorporarla a sus hábitos. Sorprende el modo casi mítico con que la capacidad de leer, pieza maestra

del proyecto del liberalismo, fue aceptada tanto por los que buscaban asimilarse a esse proyecto como por los que abiertamente querían subvertirlo desde una perspectiva ideológica contraria.⁸

Na obra *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, o autor faz uma vasta revisão da cultura do fim do século. Inicia sua análise colocando no centro daquele universo o fenômeno do caráter massivo da imprensa periódica, sobretudo quando confrontada com o declínio, tanto no âmbito simbólico quanto material, do formato livro. No que diz respeito aos livros, Prieto destaca que se houve um tempo em que os *best-sellers* da elite, como *Juvenilia*, tiveram tiragens “espetaculares” de 1200 exemplares vendidos, nas últimas décadas do século XIX foram ofuscados por outros títulos consumidos fundamentalmente pelos setores populares. Esse é o caso, por exemplo, de *Martin Fierro*, de José Hernandez, com 40.000 cópias vendidas ao longo de seis anos, mas, principalmente, de *Juan Moreira*, escrito por Eduardo Gutiérrez, que chegou a 100.000 cópias vendidas antes do final daquele século.

Adolfo Prieto argumenta que em 1877 a Argentina possuía 2.347.000 habitantes e 148 periódicos de “índole e ritmos de aparição diversos” (*Ibidem*, p. 34). Cinco anos depois, em 1882, os habitantes superaram os 3 milhões e os periódicos já chegavam a 224 títulos, colocando a Argentina em terceiro lugar mundial na relação periódicos/habitantes, com a média de 1 periódico para cada 13.509 habitantes. Ainda afirma que a tiragem de periódicos editados diariamente na década de 1880 atingia 322.500 exemplares (*Ibidem*, p. 40). Se considerarmos as modalidades de leitura praticadas no período, sobretudo entre os setores populares, das quais fazem parte os empréstimos, troca e leitura compartilhada, notamos que a quantidade de leitores potenciais para cada texto publicado ao menos duplicava sua tiragem efetiva. Ainda segundo Prieto, em 1898, a inauguração do soberbo edifício que abrigava as instalações do diário *La Prensa* pode ser considerada como um grande exemplo dessa onda

⁸ PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sulamericana, 1988, p.14.

expansiva. Com a impressão de 100.000 exemplares e um serviço de correspondentes, *La Prensa* era, de acordo com sua perspectiva, o diário mais bem informado do mundo e transformou-se no epíteto da representação do periodismo moderno (*Ibidem*, p. 35).

O interior do país também contava com a instalação de periódicos, principalmente nas províncias de Córdoba, Tucumán, Rosario e Mendoza, os quais representavam e satisfaziam uma complexa rede de interesses regionais. No entanto, foi em Buenos Aires que a imprensa prosperou e se multiplicou.

A imprensa massiva era composta, também, por uma profusão de títulos e variedade de conteúdos. Seguindo a perspectiva de Legras, (2006, p. 21) podemos constatar que se tratava de uma imprensa irregular e, às vezes, de vida efêmera representando diversos grupos étnicos, sociais e linguísticos, pois, de acordo com o autor, por volta de meados da década de 1880 havia em Buenos Aires, Rosário e Córdoba, publicações periódicas em 11 línguas distintas, a maioria delas em italiano.

Merece destaque o desenvolvimento da imprensa anarquista e socialista que destinava uma grande quantidade de periódicos para um grupo específico: os trabalhadores. *La prensa obrera*, obra de Mirta Lobato (2009, p. 10), discute o desenvolvimento desse nicho editorial em um estudo de história comparada abarcando os casos argentino e uruguaio desde 1890 até 1958, com o intuito de explicitar seu surgimento atrelado aos interesses dos operários inseridos na metrópole cosmopolita. De acordo com a autora, constituía-se numa vasta literatura que competia entre si, estava separada por diferentes concepções políticas e ideológicas, mas unificadas sob a consigna “saber é poder”. Conhecer era a base da capacitação do proletariado para a prática política que o libertaria da opressão e do domínio burguês. Por isso, aponta, que os periódicos sindicais tinham um sentido pedagógico e buscavam erradicar os males introduzidos nas mentes e na cultura operária pelo pensamento burguês através dos grandes diários.

A imprensa sindical pode ter seu surgimento atrelado ao desenvolvimento do movimento operário, passando a circular de forma mais intensa no final do século XIX quando os trabalhadores se organizaram em sociedades de resistência e grêmios buscando melhores condições de trabalho e de vida, além do reconhecimento de seus direitos, como os de liberdade de expressão e reunião, mas, também, outros, como o

reconhecimento das ações gremiais, o direito de greve e, sobretudo, o direito a uma vida digna. Os diários e periódicos se constituíram nas vozes das organizações sindicais argentinas, pois, como sustenta Lobato, na primeira metade do século XX, a imprensa operária converteu-se em uma ferramenta fundamental para a construção das identidades dos trabalhadores na região do Rio da Prata (*Ibidem*, p. 11). A leitura era um meio de acesso ao conhecimento considerada crucial para as organizações operárias que a estimulavam, a partir de suas publicações⁹ e da criação de bibliotecas.

Neste panorama apareceram, segundo Legras, as primeiras empresas comerciais que se voltaram a editar revistas de interesse geral. *Don Quijote*, em 1890 superou o *record* imaginável de venda para a época, esgotando uma tiragem de 61.000 exemplares, alcançando êxito em conformar um novo público leitor extraído da massa babélica, cosmopolita e poliglota que habitava as cidades argentinas próximas ao Rio da Prata. Nesta linha editorial el título apontado por Legras como mais importante foi *Caras y Caretas*, surgida no fim do século, em 1898, foi fundada pelo espanhol Eustaquio Pellicer e se constituiu por muitas décadas na publicação mais importante da história gráfica argentina. Em 1910, em comemoração ao centenário de la independência, a revista editou 201.150 exemplares de um número especial de 400 páginas generosamente ilustrado e, apenas após transcorridas duas décadas, outra revista, agora feminina, *Para Ti*, rompeu com esses números, duplicando o *record* de vendas de *Caras y Caretas*. Contudo, periódicos e revistas não esgotaram o campo das publicações massivas do fim do século, pois a partir dos últimos anos da década de noventa o teatro passou a se transformar no fenômeno de massas mais importante de seu tempo. (Legras, *op. cit.* p. 09)

Muitos intelectuais, portanto, representados por escritores, artistas e ensaístas, buscavam expressar-se por meio das revistas, instrumento que lhes permitia construir suas reputações e adquirirem notoriedade (Pelosi, *op. cit.*, pp.119-120).

Acerca do surgimento e atuação dos intelectuais a partir das revistas, Sarlo (1992) argumenta que o impulso de se publicar uma revista surge de dois ideais afins: a necessidade e o vazio. Portanto, publicar uma revista significa que esta prática se faz

⁹ Dentre os vários periódicos desse gênero publicados no final do século XIX, podemos citar: *La questione sociale*, *el perseguido*, *La unión gremial*, *El oprimido*, *La expansion industrial*, *La revolución social*, *La lucha*, *El libertario*, *La autonomía*, etc.

necessária, por razões diferentes às necessidades que os intelectuais descobrem nos livros. A revista torna possíveis intervenções exigidas pela conjuntura, enquanto os livros discutem questões que se apresentam a longo prazo:

[...]“publiquemos una revista” quiere decir “hagamos política cultural”, cortemos con el discurso el nudo de un debate estético o ideológico [...].¹⁰

As revistas, enquanto prática de produção e circulação, abordam o tempo presente e não são idealizadas para alcançar o reconhecimento futuro – apesar de, muitas vezes, ocorrer -, mas para serem compreendidas em meio às questões contemporâneas. Entretanto, ainda segundo Beatriz Sarlo, se as revistas perdem sua aura quando o presente se converte em passado, conservam as provas de como se pensava o futuro a partir do presente, à medida em que um juízo crítico coloca a literatura em uma relação de temporalidade dupla: ranking sincrônico e hipóteses de ordenamento futuro (*Ibidem*, p. 11).

A partir da década de 1860 começaram a tomar corpo, na Argentina, várias iniciativas culturais das quais a produção de revistas representa um exemplo, embora tenha sido no final do século XIX que tenha se dado sua multiplicação, seguindo a lógica capitalista de ampliação da imprensa. Nos anos de 1880 consolidou-se o liberalismo sustentado pela defesa do progresso em meio à prosperidade material e espiritual do período. O país caminha para a consolidação de uma posição singular no continente americano e no mundo, marcada pelo conservadorismo político e pelo laicismo.

As revistas históricas argentinas enquadram-se neste panorama sociocultural, pois afirmaram-se na segunda metade do século XIX e ingressaram no século XX, atuando como avais da confiabilidade da república nascente, balizando-se tanto nas origens da nacionalidade como no processo que configurava o país. Hebe Pelosi (*op. cit.*, p. 122) destaca o fato de que a maioria daqueles que dirigiam as revistas históricas

¹⁰ SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una practica”. In: *América. Cahiers du CRICCAL. Les discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970*, Paris, n. 9-10, p.09, 1992.

e culturais desse período exerciam cargos políticos de primeiro escalão. Esse é o caso de Vicente Gregório Quesada, quem, de acordo com a autora, pode ter sua biografia entrelaçada à própria vida da república, uma vez que desempenhou tanto tarefas no governo quanto atividades diplomáticas, ao mesmo tempo em que se dedicava ao trabalho cultural no campo das letras e da história. Seguindo esta perspectiva, podemos citar também os casos de Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas, diretores da *Revista del Rio de la Plata*. Os três atuaram como jornalistas, ocuparam cargos públicos e desempenharam funções em universidades.

Havia revistas cujo objetivo era publicar documentos inéditos que pudessem servir ao conhecimento da história argentina, porém, sem submetê-los à análise, tal como era realizado por três projetos dirigidos por Manoel Ricardo Trelles: *Revista del Archivo General de Buenos Aires* (1868-1872), *Revista de la Biblioteca Pública de Buenos Aires* (1879-1882) e *Revista Patriótica del Passado Argentino* (1888-1892). Outras refletiam o desejo de modernizar a fisionomia do país que ainda emanava a influência espanhola, a fim de adequá-la aos critérios enunciados pelos Estados Unidos e pela Europa. Essa função foi buscada por publicações como: *Revista de Buenos Aires* (1863-1871) e *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885), ambas dirigidas por Vicente Gregório Quesada, sendo a última em colaboração com seu filho que logo assumiu a direção; *Revista Argentina* (1868-1872) e (1880-1881), dirigida por José Manuel Estrada nos dois períodos de sua existência; *Revista del Rio de la Plata* (1871-1876), que teve Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas como seus diretores e *La Biblioteca* (1896-1898), encabeçada pelo francês Paul Groussac.

Já a *RDHL* constituiu-se num intento maior, dado o período de sua existência contínua e a repercussão suscitada na América Latina e na Europa. Nesse sentido, seu surgimento, em 1898, deve ser analisado levando em consideração as inquietações e propósitos de Estanislao Severo Zeballos, - seu idealizador e, na maior parte do tempo, também diretor – em meio aos ardores da luta e da posição em que se encontrava, buscando contribuir para a construção da nação argentina a partir do impulso cultural. Identificamos, em suas páginas, o desejo de inserir o passado argentino na história americana, o que nos sugere a hipótese de que o espaço aberto por Zeballos a artigos, cartas e comentários de intelectuais estrangeiros esteja ligado à necessidade de destacar

os feitos, heróis e grandes homens argentinos diante dos demais países americanos.

2 – A TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE ZEBALLOS E A FUNDAÇÃO DA *REVISTA DE DERECHO, HISTORIA Y LETRAS*

As revistas constituem uma expressão privilegiada da vida intelectual, pois sua dinâmica reflete os problemas e questionamentos de uma época. A Revista de Derecho, Historia y Letras pode ser tomada como um bom exemplo da tentativa intelectual de intervenção nos assuntos pertinentes à afirmação da nacionalidade argentina desde fins do século XIX. Foi uma publicação que circulou na Argentina entre os anos de 1898 e 1923, tendo seu término marcado pela morte de Zeballos, seu idealizador, fundador e diretor.

2.1 – De Santa Fé para Buenos Aires: a carreira política de Zeballos

Estanislao S. Zeballos era natural da cidade de Rosario, província de Santa Fé, nascido em um núcleo familiar ligado ao urquicismo. O falecimento prematuro de seu pai fez com que sua mãe passasse a suprir as necessidades materiais da família com vistas a proporcionar a formação intelectual de seus filhos para além do que era oferecido pela escola primária da província. Nessa ocasião, a proximidade da família ao governador de Rosario, Nicasio Oroño contribuiu para que fosse oferecida a Estanislao, em 1866, uma bolsa que lhe permitiria completar seus estudos no *Colegio Nacional de Buenos Aires*¹¹, local que se configurou como responsável pela irradiação do sentimento

¹¹ Em 1870, quando chegou ao poder o governador Mariano Cabral – cujas vinculações políticas se opunham às de Zeballos –, foi cancelada sua bolsa, o que levou o jovem a tecer duras críticas a

nacional, onde estudara a maior parte dos políticos e intelectuais argentinos do final do século XIX.

Naquela instituição estreitou vínculos com a juventude portenha, especialmente com Emílio Mitre, filho de Bartolomé Mitre, que se tornou um amigo desde os tempos da juventude, apesar das divergências políticas¹² que enfrentariam com o passar dos anos. Ao término de sua bolsa, para sustentar-se em Buenos Aires e ingressar nos estudos universitários, Zeballos passou a trabalhar como cronista associado à redação do diário *La Prensa* – do qual chegou a tornar-se diretor –, sob as ordens de José C. Paz.

Esta aproximação se deu em vista da atividade desempenhada por Zeballos como voluntário durante a epidemia de febre amarela¹³. Àquela época, José C. Paz era, além de proprietário do referido jornal, também responsável pela Comissão de Salubridade e, conforme destacado por Fernández; Müller (2011), o vínculo estabelecido com a família Paz e *La Prensa* perduraram até sua morte e fora ainda, por esse intermédio que Zeballos teria se integrado ao Partido Nacionalista de Mitre, do qual logo se desvincularia.

A experiência de trabalho em *La Prensa* permitiu a ele compreender a tensão estabelecida entre os grupos de poder, instituições e organizações políticas, mas mostrou-se, também, como um espaço de oportunidades, pois chegou ao cargo de redator-chefe e começou competir discursivamente com intelectuais, publicistas e políticos, intervindo em alguns debates de caráter nacional e provincial, uma vez que se encontrava imerso na dinâmica social a partir de dois lugares afins: os de ator e testemunha das mudanças que se operavam no país.

Enquanto completava seus estudos em Direito na Universidade de Buenos Aires, Zeballos envolveu-se num episódio caracterizado por Etchepareborda (1982, p. 12)

Cabral, acusando-o de ser um gaucho ignorante e ambicioso que dizimava ao povo com suas exigências e crimes absurdos. Tais críticas, entretanto, superam o espaço privado e atingiram periódicos como *La Prensa* e *La Reforma*, convertendo-se num eco de denúncia ao interpelar a opinião pública acerca da atitude do governador de Santa Fe, acusando-o de destruir a educação da juventude.

¹² Os desentendimentos entre Emílio Mitre e Estanislao Zeballos se deram por ocasião da questão suscitada pelo último ao desempenhar a função de Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Figueroa Alcorta, envolvendo a compra de armamentos que despertou reação contrária na própria Argentina e, também dos vizinhos sul-americanos, especialmente do Brasil, conforme discutiremos no decorrer do trabalho.

¹³ Doença que contraiu, em 1871, e foi um dos poucos a se recuperar.

como “uma das primeiras rebeldias juvenis produzidas em nossa universidade”. O estudante Roberto A. Sánchez suicidou-se, em dezembro de 1871, supostamente por ter sido injustamente reprovado, fato que gerou uma mobilização de estudantes acompanhada pela opinião pública, repercutindo num amplo movimento de reforma.. Segundo Etchepareborda, a crise teve como resultado o afastamento de suas cátedras dos dois professores que haviam reprovado Sánchez e a fundação de um centro denominado “13 de dezembro”, em homenagem à memória do jovem (*Ibidem*, p. 13). Quando da fundação do centro, Zeballos participou da criação de um periódico de mesma denominação, o qual foi dirigido por José Maria Cantilo, chegando a alcançar quinze números publicados a partir da colaboração da juventude da época, dentre os quais podemos citar: Lucio V. López, Francisco Ramos Mejía, José María Ramos Mejía, Juan Carlos Belgrano, além do próprio Zeballos.

O centro promovia assembleias que inicialmente exigiam mudanças no sistema de provas, mas que conduziram à formação da “Junta Revolucionaria pro Reforma Universitaria”, cujo secretário era Zeballos e que contou com a adesão paulatina de intelectuais, políticos e autoridades da própria universidade. Gestava-se, então, o projeto da Reforma Universitaria¹⁴, elaborado por Juan María Gutierrez, Pedro Goyena e Juan Manoel Moreno, baseado nos princípios de autonomia, gratuidade e liberdade de ensino, além de incluí-lo numa reforma total do sistema de instrução pública, o que foi realizado a partir da reforma constitucional de Buenos Aires em 1873 e, em 1874, foi imposta por decreto governamental. Criou-se o sistema de Faculdades, ainda que não fossem atingidos os objetivos previstos de autonomia do poder político e de liberdade de ensino.

A maturação pessoal de Zeballos coincide com a afirmação de um grupo dirigente nacional no poder desde a década de 1880, enquanto construía sua sociabilidade política. Sua primeira aparição de destaque no cenário político foi como secretário de Mitre no levante contra Avellaneda, chegando a ser, em 1879, deputado na província de Buenos Aires pelo Centro Popular, uma terceira força política encabeçada por José C. Paz.

¹⁴ A Reforma Universitaria foi tema de destaque em uma série de artigos assinados pelo próprio Zeballos e publicados na RDHL entre os anos de 1898 e 1900.

Fernández; Müller (*op. cit.*, p. 61) ressaltam que nos levantamentos pelas candidaturas de Roca ou tejedor em abril de 1880, Zeballos apoiou as forças governamentais de Entre Ríos, Santa Fe e Córdoba e, em dezembro daquele mesmo ano, fora eleito deputado nacional pelo distrito federal pelo Partido Republicano. Junto a ele figuravam Bernardo de Irigoyen, Pedro Goyena, Miguel Cané, Lucio V. López, Vicente Villamayor, Carlos Dámico, Eulogio Enciso, Miguel Goyena, Rafael Ruiz de los Llanos, Nicolás Calvo, José Araujo, Mariano Demaría, Hipólito Irigoyen, José C. Paz, Delfín Gallo, coronel Álvaro Barros, Luis Sáenz Peña, Enrique Moreno, José Hernández, Bernardo Solveyra, Juan Coquel, Antonio Cambaceres, Saturnino Unzué e Luis Lagos Garcia, constituindo uma rede de relações políticas e intelectuais que levou à presença de vários deles na RDHL.

Participou do cenário político argentino como deputado provincial e nacional, ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante os governos de Juárez Celman¹⁵, Carlos Pellegrini¹⁶ e de José Figueroa Alcorta¹⁷; assumiu, também, a função de Ministro Plenipotenciário no México e nos Estados Unidos, foi membro permanente do Tribunal Internacional de Haia, Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires e participou das conferências pan-americanas.

Em 1880, por exemplo, aproximou-se do roquismo, assim como ocorreu com o periódico *La Prensa*, sob sua direção, voltando a estreitar seus laços com políticos como Héctor Varela e Carlos Pellegrini. Passou a integrar o Partido Autonomista Nacional – PAN –, o que se constituiu numa experiência de articulação de dimensões nacionais dentro da elite.

Entretanto, por já haver encontrado um espaço de atuação no meio político,

¹⁵ Durante o governo de Celman, Zeballos atuou na elaboração do Código de Procedimentos e de Comércio, da lei de criação de colônias agrícolas e da produção de agroindústrias e das normas que regulavam a atividade ferroviária. Participou da busca de soluções para os litígios limítrofes com o Chile. Além disso, correspondências datadas de 1890, trocadas entre os dois políticos e posteriormente publicadas na Revista de Derecho, Historia y Letras, evidenciam a sugestão de Zeballos acerca de uma possível renúncia total do gabinete, com vistas a oxigenar a tensa situação política, o que, de fato, ocorreu.

¹⁶ Nomeado por Pellegrini como Diretor de Correios e Telégrafos, passou a desempenhar um papel-chave em relação ao PAN e à burocracia estatal, uma vez que aperfeiçoou o sistema de informações e utilizou os Correios para apoiar e sustentar as clientelas do PAN. Em junho de 1892 voltou à função de Ministro das Relações Exteriores até o término do mandato, em outubro daquele mesmo ano.

¹⁷ Zeballos destacou-se, neste período, sobretudo com relação à polêmica gerada por seu envolvimento na questão dos armamentos, fato que levou sua política exterior a ser interpretada como agressiva pelos países vizinhos, especialmente pelo Brasil, acarretando sua saída da chancelaria.

adotou a postura de um ator que, ao mesmo tempo em que legitimava o regime, também o criticava desde dentro. Dessa forma, se opôs à gestão da Liga de Governadores, sob o argumento de que havia a necessidade de uma alteração no sistema sufragista, pedindo a impugnação dos diplomas de candidatos roquistas eleitos a partir da máquina fraudulenta em 1882. Atitudes como esta custaram caro a sua carreira política. Em 1885 aspirou, sem êxito, concorrer à candidatura para o governo de Santa Fé pelo Partido Constitucional, em confronto às candidaturas de José Gálvez do Club del Pueblo que recebia apoio do roquismo e de Augustín de Iriondo; posteriormente, em 1889, renunciaria ao cargo de Ministro das Relações Exteriores de Juárez Celman pelo envolvimento em desentendimentos de ordem política no interior do governo.

É importante destacarmos que o vínculo entre Zeballos e Roca havia se formado devido à inserção de ambos em uma complexa rede de relações, que foi estimulado pelo apoio que o primeiro deu à Campanha do Deserto, liderada pelo segundo. Zeballos deu seu aval diante da solução encontrada pelo governo para resolver, em caráter definitivo, a “questão indígena”, o que levou à incorporação de vastos territórios ao controle do Estado e garantiu a manutenção das fronteiras ocidentais da república. *A conquista de quince mil leguas: estudio sobre la traslación de la frontera sud de la república al Rio Negro dedicado à los jefes y oficiales del ejército expedicionario* (1878), obra escrita por Zeballos, foi utilizada por Roca a fim de justificar e conscientizar até mesmo os oficiais que estavam envolvidos na campanha.

A preocupação com a questão nacional foi manifestada por Zeballos em duas dimensões: frente ao outro externo representado principalmente pelo Chile desde a década de 1880 e, retomando seus escritos da juventude acerca da representação do “deserto”, o fez, na vida adulta, em torno da questão social imposta pela imigração, conforme discutiremos adiante.

Sua atuação nas relações exteriores lhe rendeu papel de destaque no meio político latino-americano. Gustavo Ferrari (1974), atribui à ideologia de personagens como Zeballos a prática de um “nacionalismo liberal”, principalmente ao considerar suas publicações em *La Prensa*, nas quais argumentava acerca da defesa do território nacional¹⁸, do armamentismo e da revisão histórica dos limites nacionais. Sua postura

¹⁸ Zeballos defendia a perspectiva de que era necessário consolidar a juridicidade e a jurisdição sobre o

como chanceler nos governos de Celman e Pellegrini geraram severas críticas de setores que classificavam sua política como “armamentista” em decorrência do tumulto gerado pela compra de equipamento militar europeu.

Em 1888 e 1894 foi designado para atuar como representante do governo argentino na Corte Permanente de Arbitragem de Haia e, em 1893, atuou como ministro plenipotenciário em Washington devido à questão de limites com o Brasil. Renunciou em 1895, diante das duras críticas com relação à sua atuação na chancelaria, o que lhe rendeu assunto para muitos escritos posteriores publicados na *RDHL*.

Durante o segundo mandato de Roca (1898-1904) na presidência da República Argentina, Zeballos esteve alijado do poder, pois havia se convertido em um opositor do governo central. No entanto, utilizou sua revista como uma plataforma de difusão de ideias políticas censurando abertamente a política exterior e o paternalismo presidencial, propondo um programa de reconstrução nacional baseado na moralização administrativa, reorganização da vida política dos partidos, fortalecimento da autonomia das províncias e o rechaço aos pactos assinados em maio de 1902 com o Chile (Fernández; Müller, *op. cit.*, p. 62).

O governo de Figueroa Alcorta devolveu a Zeballos o espaço da chancelaria argentina, em 1906, com a intenção de enfrentar as resistências internas representadas pelos roquistas e republicanos – agrupados em torno de Mitre e do diário *La Nación* – e, também, externas, principalmente a da chancelaria brasileira desempenhada pelo Barão do rio Branco. Cabe ressaltar que estes grupos opositores se posicionaram de forma contrária à política armamentista impulsionada por Zeballos, a qual acabou levando a sua renúncia em 1908. Sua volta ao cenário político nacional se deu em virtude da promulgação da Lei Sáenz Peña e de sua eleição como deputado nacional pela Capital Federal pelo Partido da União Nacional durante os anos de 1912 a 1916, acumulando a função de presidente da Câmara dos Deputados¹⁹.

Rivarola, um destacado intelectual argentino contemporâneo a Zeballos,

território como forma de marcar sua presença diante de outros Estados, o que potencializaria o modelo de desenvolvimento adotado pela Argentina.

¹⁹ A atuação política de Zeballos se deu de forma concomitante a outras atividades como a docência no Colégio Nacional, no Colégio Militar, no Liceu Naval e na Universidade de Buenos Aires, da qual chegou a ser Decano da Faculdade de Filosofia e Letras e da Faculdade de Direito.

descreveu sua atuação política como forma de lhe dedicar uma homenagem póstuma em 1923:

Aquí también fue extraordinaria la variedad de asuntos de los que se ocupó, ya como autor, ya interviniendo en los debates; dará idea decir que fueron proyectos de reforma a los códigos de Procedimiento y de Comercio, proyectos, informes o discursos sobre fomento de los territorios, tierras y colonias, sobre agricultura, irrigación, ferrocarriles, investigaciones económicas, restricción monetaria, redescuentos, convenciones sanitarias, embajadas, comercio de carnes, topográfico, geología, hidrología de la Rioja, Universidad Federal del Rosario, Ley de vinos, prenda agraria, derogación de la ley de depósito de oro en las Legaciones, construcción de caminos, fomento de la navegación marítima con pabellón nacional, expropiación de los frutos y productos exportables de la ganadería y la agricultura; fiscalización de los trusts, sobre reglamentaciones militares (...) ley del matrimonio civil, en cuyo debate habló con elocuencia y ciencia precedido por Goyena y seguido por Estrada, adversarios ambos de la Legislación Civil.²⁰

Estanislao Zeballos también demostrou grande interesse em escrever sobre a história de seu país. Dentre suas preocupações temáticas, podemos destacar os índios, a conquista e a colonização da Argentina; estudos de caráter antropológico, sobre a formação da nação, além de vasta produção com relação à história das relações internacionais da Argentina. Há escritos relativos ao período histórico em que vivia, os quais são narrados por meio de crônicas e recordações pessoais e, ainda, anotações biográficas e resenhas bibliográficas²¹.

²⁰ Rivarola, Rodolfo. “Dr. Estanislao S. Zeballos. Ha muerto el prócer”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo LXXV, 1923.

²¹ A mais importante resenha bibliográfica elaborada por Zeballos consiste na seção *Analecta* que integrou a RDHL durante toda sua existência.

Apesar de não ter sido produzida uma biografia²² completa a seu respeito, Etchepareborda aponta uma série de historiadores que destacaram passagens da trajetória política e intelectual de Zeballos. Esse é o caso de Carlos R. Melo e Emilio A. Coni. Raúl A. Molina recordou sua gestão como ministro das relações exteriores de Pellegrini; Enrique M. Barba e Andrés Allende voltaram-se aos aspectos substanciais de obras dedicadas ao reconhecimento do território nacional como *La Conquista de Quince mil leguas* (1878) e *Viaje al país de los Araucanos* (1881); Julio Irazusta recordou as críticas tecidas por Zeballos à Argentina de seu tempo; e Roberto F. Giusti exaltou as páginas referentes à Conquista do deserto, afirmando ter se tratado de uma guerra entre dois mundos que não poderiam coexistir (Etchepareborda, *op. cit.*, p. 08). Este autor destaca, ainda, a monografia de Gregoria Celada Domínguez que, baseada numa documentação inédita pertencente ao Arquivo de Relações Exteriores, analisou a gestão de Zeballos ante o presidente Cleveland, árbitro norte-americano no litígio entre Brasil e Argentina pela região de Palmas/Misiones; e o empenho de Gustavo Ferrari (*Ibidem*, p. 10) que reuniu alguns dos textos publicados na *RDHL* sob o título Diplomacia Desarmada e os transformou em um livro que contém, também, uma explanação acerca da importância de Estanislao Zeballos no campo da política exterior argentina, bem como a análise da situação das forças armadas e da posição ocupada internacionalmente pela Argentina no início do século XX, além de um capítulo que privilegia a compreensão de Rio Branco, chanceler brasileiro que travou várias disputas com Zeballos no campo da política exterior envolvendo Brasil e Argentina. Além destes, devemos ressaltar os trabalhos do próprio Roberto Etchepareborda com vistas às relações exteriores argentinas, especialmente seu enfrentamento com o Brasil.

Conforme procuramos demonstrar Estanislao Zeballos excedia a caracterização de um profissional da política, convertendo-se em um homem de ação política. Sua prática enquanto publicista a partir da intervenção em alguns dos debates centrais ou conjunturais, tanto no espaço nacional quanto no provincial, nos permite colocá-lo tanto no lugar de um ator, mas, também, de um testemunho privilegiado das mudanças que se buscavam operar na Argentina do período.

²² Etchepareborda(*op. cit.*) destaca que o próprio Zeballos, por ter consciência da importância de sua trajetória, fez anotações e organizou documentos que poderiam servir a um biógrafo, o que nos mostra a preocupação com a forma com que ele seria lembrado pela história argentina.

2.2- O grande projeto intelectual de Zeballos: a *Revista de Derecho, Historia y Letras*

Quando iniciou a publicação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Zeballos já ocupava uma posição de destaque no cenário político e intelectual argentino e latino-americano. Esse empreendimento lhe permitiu atuar nas funções de mentor, diretor e investidor, assumindo integralmente os riscos decorrentes durante todo o período de circulação.

Em 1898, ano do surgimento da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, os intelectuais argentinos chamavam a atenção para os problemas que afligiam a sociedade e destacavam a necessidade de se forjar uma consciência nacional. Zimmermann (*op.cit.*, p. 546) assinala que o grande contingente imigratório, a corrupção administrativa, a especulação financeira, a fraude eleitoral, o materialismo e a exagerada opulência dos costumes sociais manifestados naquele período eram identificados, pelos intelectuais reformistas, como sintomas do declínio generalizado da moral. A *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)* surgiu, portanto, como um instrumento que buscava, por meio da ação intelectual, transformar as instituições e hábitos políticos do país introduzindo uma política de princípios.

Em *Breve História da Argentina*, Romero (1965, p. 61-63) sustenta que a oligarquia argentina adquiria ares patrícios frente à massa heterogênea que se formava a seu redor, pois os imigrantes se organizavam em coletividades que davam mostras de não se integrar ao país, mantinham sua língua e seus costumes com escolas e associações, mostrando-se alheios aos problemas argentinos. Segundo o autor, isso justificava o comportamento da oligarquia, que se preocupava apenas consigo mesma e cada um de seus membros apenas com sua própria existência que se desenvolvia no âmbito dos clubes aristocráticos.

Mc Gann (1965, pp. 245-247) caracterizou esse período como “a década não tão alegre dos 90”. A aparente solução da crise econômica fez com que as pessoas esquecessem as lições aprendidas, retomando seus negócios sem atentar para uma questão mais ampla: não se tratou apenas de uma simples crise com reflexos econômicos, mas, sim, do questionamento de toda a estrutura política, social e econômica argentina.

Sustentamos que a *RDHL* deve ser compreendida como uma resultante do processo de constituição do Estado nacional, a partir da qual, conforme apontado por Galasi; López (2011), podemos perceber a transformação do modelo de profissional e homem de ciências nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. As mudanças nas relações e formas tradicionais de se fazer e difundir a ciência e a cultura, bem como as modalidades de consagração e funcionamento de instituições alteraram o modelo de intelectual construído pelo regime. É igualmente importante assinalar as especificidades que fizeram dessa publicação um programa de trabalho intelectual que se constituiu na reunião de preocupações e interesses não apenas de Zeballos, mas do grupo dominante de que era membro.

De acordo com Zeballos, a publicação seria inicialmente intitulada como *La Revista*, o que foi modificado por ter ficado sabendo da existência de outra publicação de caráter moral e religioso que levava o mesmo título. Então, *Revista de Derecho, Historia y Letras* parecia-lhe uma denominação que abarcava os assuntos e interesses cuja discussão fazia-se fundamental para o contexto vivido pelo país.

Em seu primeiro número, Zeballos redigiu um prospecto no qual assinalava:

Las instituciones pierden terreno aunque lo ganen los progresos materiales. Los héroes del desgobierno y de la licencia social alimentan el egoísmo generado por la abundancia o por las facilidades económicas. El carácter de los hombres se debilita y aparece la indiferencia cívica, cediendo a los elementos inferiores y parasitarios la suerte y el gobierno común... Lo han demostrado escritores notables y lo advierten los grupos dirigentes de la República Argentina y el Nuevo Mundo; pero sus fuerzas están desalojadas o dispersas. Es necesario contribuir a la disciplina y a la resistencia. La Revista nace de estos anhelos sociales, especialmente sentidos en la República

Argentina. Nos la han aconsejado patricios notables, venciendo nuestra vacilaciones para fundarla sostenerla. Hela aquí, pues, elemento incorporado a la reacción jurídica y a la defensa social empeñada ya por diarios y revistas.²³

De forma bastante explícita, Zeballos apontava, ainda no prospecto, os problemas encontrados na Argentina no final do século. Definia a situação do país como de “desgoverno”, pois se vivia um período de progresso material acompanhado pela decadência de suas instituições e pela ineficácia das leis; atentava à pequena quantidade de homens conscientes, capazes de direcionar a lenta cultura das massas por meio do estímulo à educação. A *Revista* nascia, portanto, dos anseios sociais vislumbrados por uma elite intelectual que buscava na tradição histórica os meios para decidir os novos rumos do país juntando-se à reação jurídica e à defesa social que já vinha sendo realizada por outros jornais e revistas.

Devido à atuação profissional de Zeballos, o direito e a jurisprudência tiveram grande espaço na publicação, abarcando todo os ramos, desde o processual até o de mineração, incluindo artigos a respeito de sua forma de ensino, reformas de programas e exemplos de como o Direito era tratado por países como Chile, Estados Unidos e Rússia. Com relação à jurisprudência, foram integralmente reproduzidas as decisões da Suprema Corte Federal – não apenas argentina, bem como de outros países americanos e europeus – em distintas épocas, acompanhadas de seus atos de dissidência, alegações e comentários.

O interesse pelo aspecto legal incluiu, ainda, artigos que abordavam a ética da profissão e os problemas envolvidos em seu exercício. O Tomo LXXIII (1922), por exemplo, voltou-se a críticas e comentários a respeito da 31ª Conferência da Associação de Direito Internacional (International Law Association), da qual Zeballos foi fundador e presidente da seção argentina. Dentre os colaboradores mais frequentes desta área temos o próprio Zeballos, Rodolfo Rivarola, Alejandro Gancedo, José Nicolás Matienzo, Victor Pesenti, Eleodoro Lobos, Mariano Molla Vilanueva, Alberto

²³ ZEBALLOS, E. “Prospecto”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1898, pp 5-7.

Palemoque, dentre vários outros que se destacavam nesse campo.

A contribuição histórica concentrou-se nas questões nacionais. Partindo do propósito de defender a indiferença cívica, fazia-se necessário despertar o sentimento de pertencimento à pátria, o que era estimulado a partir da publicação de fatos que remetiam ao passado histórico da Argentina. Eram inúmeros os artigos que continham elementos de história, ainda que tenham se apresentado de forma desigual quanto à sua importância; contudo, não existia um propósito que os ligasse ao longo dos tomos, pois, em sua maioria, representavam a intenção de intervir em acontecimentos do momento como questões eleitorais, econômicas ou disputas no âmbito das relações internacionais. Outrossim, muitos eram os artigos históricos que surgiam por ocasião de se comemorar algum fato do passado argentino já que o novo momento apontava à necessidade de forjadores de propostas culturais que se traduzissem em ações estatais para regular uma sociedade plural e criar os elementos de uma identidade nacional.

Devemos assinalar que a publicação conferiu relevância às histórias provinciais e à recompilação de documentos como cartas e memórias transcritas em suas páginas. Merecem destaque, igualmente, os artigos sobre acontecimentos da época como a Guerra russo-japonesa, a Primeira Guerra Mundial, os problemas decorrentes da imigração e do anarquismo e, ao mesmo tempo, a omissão a respeito do socialismo²⁴, que podem ser interpretados como testemunhos de uma realidade histórica imediata, constituindo-se em uma importante fonte para os historiadores. Seus colaboradores não se restringiam aos intelectuais argentinos, uma vez que podemos detectar a presença de chilenos, brasileiros, franceses e norte-americanos, o que nos leva a sustentar a hipótese de que a presença de estrangeiros atuando como colaboradores deste periódico foi uma maneira encontrada por seu diretor para reafirmar o passado argentino na história americana.

As letras foram abordadas a partir de artigos sobre temas literários e na busca de difusão de poetas, especialmente sul-americanos, dentre os quais podemos destacar Leopoldo Díaz, José Santos Chocano, Máx Chaves, além de outros. Ainda que não seja o foco principal deste trabalho, a forma como a revista apresentou o campo das letras contribui para que possamos elaborar uma análise da fonte de forma integral e, por isso,

²⁴ Essas questões serão analisadas em outro momento do trabalho.

não devem ser ignoradas.

Nesse sentido, segue a proposta de Estanislao Zeballos ao definir a função de sua revista:

En sus páginas no hallarán hospitalidad las disertaciones frías, sin ideales y sin forma, que invaden, en oleaje diario los tribunales americanos, para contribuir solamente al retardo de la justicia y al aumento de las rentas públicas. La acción de la Revista será, en materia de Derecho, crítica y científica. Contribuirá a vigorizar las nociones del Derecho y de Deber en el hogar, en la educación, en las asambleas legisladoras, en la administración de justicia, en el funcionamiento administrativo y en el ejercicio de las libertades políticas y civiles en las naciones latino-americanas, y de una manera directa y especial en la República Argentina.

Los estudios históricos están incorporados a las grandes escuelas jurídicas. Su enseñanza es virtud fundadora. La Revista, se ocupará, pues, de los hechos pasados en su relación con el desenvolvimiento orgánico de la sociedad. La crónica tiene para sus páginas un interés secundario, pero felizmente empieza para la literatura histórica en la República y en América el período de la crítica y de la filosofía.

No será extraño a este plan el estímulo de la cultura literaria. Los países nuevos, formados por la combinación de los elementos propios con las tendencias, con el capital y con los brazos extranjeros, no pueden abandonar sus orígenes, ni su marcha a influencias eventuales. Es necesario encauzarlos y defenderse de la vulgaridad utilitaria persiguiendo un ideal en el Arte. Consideramos por eso un deber y un honor ofrecer estas páginas a todos los espíritus selectos que contribuyen a la civilización argentina y americana con una brillante y severa devoción a las letras.²⁵

Gisela Galasi e Julieta López (2011) definem a *RDHL* como a mais importante empresa cultural argentina do período. Sua criação deve ser entendida a partir da dedicação sistemática de Zeballos e de seu trabalho intelectual pensado enquanto um

²⁵ ZEBALLOS, E. "Prospecto". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1898, pp 5-7.

programa, efeitos da emergência do campo intelectual; por outra via, a publicação viabilizava as ideias de seu fundador que orientava tanto os artigos como as decisões acerca de quem poderia utilizá-la como fórum de expressão de suas ideias. Conforme propõe Halperín-Donghi, a formação compartilhada e outras similitudes emanadas de uma *praxis* comum autorizava e avalizava a estes intelectuais para elaborar ideias e conhecimentos acerca da sociedade a partir de um esforço analítico proclamando como único objetivo, a busca da verdade (Halperín-Donghi, 2000, p 56).

Zeballos assumiu a escritura como uma estratégia que lhe permitiu consolidar, defender e dotar de conteúdo a maior parte de seus empreendimentos políticos e associativos. Seu estilo marcou um contraste com alguns intelectuais de sua época que se dedicavam a elaborar livros nos intervalos ociosos de suas existências consagradas à política (Viñas, 1964, 260); e sua ação não passou despercebida a seus contemporâneos, como Rodolfo Rivarola e José Arce (reitor da Universidade de Buenos Aires), que expressaram em tom laudatório os méritos profissionais e a obsessão de Zeballos pela escritura, como uma das principais virtudes que nutriam sua tarefa cultural:

... cincuenta años de actividad intelectual, de estudioso, de observador, de escritor y de orador, suman varios miles de días, y de este hombre extraordinario en los trabajos de la palabra y de la pluma pueden asegurarse que no pasó un día sin que escribiera 'nulla dies sine linea' y de este hombre que eligió por lema de su propia actividad el que puso en la portada de su Revista de Derecho, Historia y Letras 'escribir es acción', de este hombre repito es imposible resumir y condensar su lado cultural en otra forma que en la de una exclamación de asombro y una admiración profunda²⁶.

...fundó y contribuyó para fundar asociaciones y revistas para el adelanto de las ciencias, del derecho, de la historia y de las letras, y en millones de artículos, libros y discursos, aprovechó del rico acervo de su portentosa erudición para iluminar con verdad y con talento los problemas más

²⁶ RIVAROLA, Rodolfo. *La Prensa*, 7 de novembro de 1923.

transcendentales con indiscutible beneficio para el país y su cultura general²⁷.

Exageros à parte, podemos interpretar a relação estabelecida por Zeballos entre as publicações e a criação institucional a partir de traços que fundamentam uma profissão e, ao mesmo tempo, apontam manifestações que supõem muito mais que uma formalidade. Seguindo a perspectiva aberta por Chartier (2010), em função dos dispositivos próprios da materialidade do escrito, uma ordem do escrito associa estreitamente autoridade do saber e formas de publicação, usos e obrigações da escritura. Nesse mesmo sentido, tal como explicado por Beatriz Sarlo (1967) e Carlos Altamirano (1997), eram numerosos e variados os sintomas de um clima sócio cultural que evidenciava a ambiguidade do campo intelectual enquanto espaço social indiferenciado de produtores e de produção cultural: instituições encarregadas de formar intelectuais desde e para o regime, pressão exercida pelos setores dominantes sobre o rudimentar aparato cultural, ausência de instituições acadêmicas nos âmbitos de legitimação e consagração do autor e de sua obra e a resultante carência de um significativo movimento de reflexão acerca da própria atividade.

Também promoveu várias contribuições à cultura de seu tempo, em áreas não assinaladas por seu título. Em seu primeiro número, em 1898, iniciou-se o *Cancionero Popular de la Revista de Derecho, Historia y Letras*²⁸, uma seção que reunia canções populares que, de acordo com Zeballos, estavam conservados em coleções de impressos raros²⁹ de épocas passadas ou na memória popular e revelavam os anseios, paixões, alegrias, angústias e triunfos do povo argentino. Dessa forma, as composições eram escolhidas pela direção da revista e agrupadas em seis períodos: as invasões inglesas, a pátria, a guerra com o Brasil, a tirania, a confederação e a república, de forma a percorrer o caminho trilhado pelos argentinos até a concretização do Estado nacional.

Conforme argumentou Zeballos, o *Cancionero* era dedicado à juventude e às novas famílias argentinas, pois representava a fibra patriótica, a alma nacional que

²⁷ ARCE, José. *La Prensa*, 4 de novembro de 1923.

²⁸ Em 1905, o *Cancionero Popular de la Revista de Derecho, Historia y Letras* foi compilado e reimpresso por Estanislao Zeballos.

²⁹ Os documentos referentes às invasões inglesas, por exemplo, foram cedidos por Bartolomé Mitre.

deveria se impor ao mercantilismo e à imigração. Por “novas famílias argentinas”, compreendemos se tratar das famílias constituídas pelos imigrantes europeus, os quais deveriam, de acordo com essa perspectiva, identificar-se com a alma da república com vistas a se naturalizar para celebrar, junto aos criollos, a grande potência do sul.

Analecta foi uma seção que acompanhou a *RDHL* até seu último número. Como o próprio nome sugere, correspondia a uma coletânea de escritos curtos nos quais Zeballos manifestava, de forma direta, sua opinião e impressões a respeito de acontecimentos na Argentina e no mundo. Entretanto, nos momentos em que desempenhou funções públicas junto ao governo e se afastou da direção da revista, esta seção passou a ser assinada por Carlos F. Mello e, com o afastamento deste, apenas sob os cuidados da “direção”; nos últimos dois tomos (LXXV e LXXVI, ambos de 1923), devido a uma viagem e posterior morte de Zeballos, esteve a cargo de Ovidio Decoud. Já *Bibliografia* se iniciou no Tomo VII, em 1904 e, a partir do Tomo IX, incorporou o subtítulo *Catalogo razonado de mi biblioteca*, compreendendo uma listagem de livros enviados à *RDHL* ou mesmo ao próprio Zeballos que não ficavam restritos a obras argentinas, mas, estendia-se, também, à americanas e europeias.

Circunstâncias de âmbito nacional adquiriram, em determinados momentos, lugar de destaque em alguns números. O ano de 1910, dedicado à comemoração do centenário da independência foi lembrado pela *RDHL* que dedicou suas páginas a reproduzir de forma integral os discursos proferidos em todo o país, os quais continuaram aparecendo esporadicamente nos anos seguintes, misturando-se aos que recordavam o centenário da batalha de Maipú, da declaração de independência, de Belgrano e daí por diante.

Também em 1900, devido à visita à Argentina do presidente do Brasil, Campos Sales, foram dedicados praticamente dois tomos compostos de artigos que tinham o Brasil como temática principal, abarcando seu comércio, sua literatura, sua economia e seus homens ilustres. Da mesma forma, houve números dessa publicação que se preocuparam em prestar homenagens a figuras da época, a dor pela perda de personalidades importantes - como Mitre, Avellaneda e Pellegrini – as conferências e congressos internacionais, a reforma universitária, o agitado clima armamentista de 1908 com a intervenção de Zeballos, as condições sociais dos operários e o surgimento

de novos grupos políticos.

As características materiais da *RDHL* apontam aos objetivos assumidos no momento de sua publicação. Editada, ininterruptamente, entre os anos de 1898 e 1923, apresentou-se como uma publicação mensal, com exemplares que continham em média 150 páginas³⁰. A cada quadrimestre os exemplares eram integrados em um único tomo, surgindo 3 deles a cada ano, totalizando 75 tomos ao longo de 25 anos de existência; suas medidas, entretanto, mantiveram-se as mesmas ao longo de todo o período: 26 centímetros de comprimento e 16 de largura, apresentando um formato que se assemelhava ao de um livro³¹ e artigos de maior extensão, muitos dos quais se prolongavam por alguns números.

Não foi abundante em termos de ilustrações, contudo, em artigos que abordavam questões de limites territoriais apresentou mapas, algumas fotografias, especialmente à época do Centenário e material ilustrativo em artigos que traziam a arqueologia dos indígenas americanos como temática. A título de curiosidade, devemos destacar que quando publicadas as cartas que Sarmiento havia endereçado a Aurelia Vélez Sarsfield, foram reproduzidos desenhos por ele feitos.

Os anúncios publicitários também não encontraram espaço abundante em suas páginas. A partir de 1902 começaram a ser incluídos, ao final de cada tomo, anúncios de instituições e publicações que nos remetem ao público leitor dessa revista, como o Instituto Geográfico Argentino – não por acaso, fundado por Estanislao Zeballos -, cujo anúncio trazia uma apresentação do mesmo com vistas a ressaltar sua importância e os custos para que as pessoas se associassem a ele, recebendo, assim, seu boletim informativo e adquirindo o direito de frequentar sua biblioteca. Neste mesmo número havia, ainda, a propaganda de uma revista intelectual francesa intitulada *La Revue* – que se apresentava de uma forma bastante semelhante à *RDHL* –, da publicação das obras completas de José Manuel Estrada a partir da iniciativa do governo federal e da *Librería*

³⁰ A quantidade de páginas apresentou uma variação sendo que os anos iniciais chegaram a contar com mais de 180 páginas e, o último, com 125.

³¹ A revista em formato livro apresenta características diferentes do formato periódico. Se esta pode ser marcada ou dobrada, levada embaixo do braço e não obriga o leitor a buscar um lugar adequado para lê-la, aquela, apresenta características que pressupõem sua permanência no tempo e preveem outro trato do leitor com o objeto. O formato livro, por sua vez, propõe a utilização de outros sentidos que vão além dos visuais, como do tato que faz referência ao caráter material exemplificado pela escolha de um papel especial. Ver: ARTUNDO (2010, p. 09).

del Colegio de Cabaut y Cia, que chamava a atenção por atender pedidos vindos da Argentina ou de outros países. Entretanto, a partir de 1912, a partir do Tomo LXIII podem ser notados anúncios publicitários com o intuito de promover a venda de cigarros a partir de ilustrações que ocupavam uma página e se apresentavam no início do exemplar, continuando as páginas finais dedicadas à promoção de revistas, editoras e do escritório de outros intelectuais que também atuavam na área do direito.

A inclusão de publicidade, independente de sua natureza deve ser interpretada, como propôs Tania de Luca (2011, p. 138), a partir das relações que o impresso buscou manter com o público leitor o que, neste contexto, pode ser interpretado como uma forma de promover outros projetos ligados à direção da RDHL e ao governo argentino – dada a participação de Zeballos nas discussões e decisões políticas da época – mas, ainda, como um sinal da necessidade de arrecadar fundos para o projeto, o que se tornou evidente, especialmente a partir da introdução dos anúncios de cigarros. Zeballos não foi apenas seu fundador, mas, também, o responsável pela manutenção financeira do empreendimento, como esclareceu Ovidio Decoud em um artigo publicado no tomo LXXV, em 1923, em comemoração aos 25 anos da *RDHL*:

El enorme esfuerzo del doctor Zeballos para sostener la Revista de Derecho, Historia y Letras, que se debió exclusivamente a su devoción patriótica, en aras de la cual tuvo que sacrificar (en el lapso de tiempo de 20 años desde su fundación), la pérdida de la suma de ciento cuarenta mil pesos, cuyos comprobantes están debidamente documentados en el archivo de la misma.. El doctor Estanislao S. Zeballos, como se ve, libre de los intereses mezquinos, con su cerebro privilegiado, carácter, de temple de acero, y más que todo, mediante su acrisolado y gran patriotismo, ha conseguido, pues, felizmente, que la Revista de Derecho, Historia y Letras pudiera cumplir 25 años de existencia dentreo de su credo inicial.³²

³² DECOUD, Ovidio. “La Revista de Derecho, Historia y Letras en su 25 aniversario”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo LXXV, 1923, p. 505.

A partir de 1900, em seu sétimo tomo, a capa do periódico incorporou o subtítulo *Scribere est agere*. Em um artigo publicado no jornal *La Prensa*³³, em 1923, por ocasião da morte de Zeballos, Rodolfo Rivarola interpretou o lema da *RDHL* como “escrever é ação”, nós, entretanto, consideramos mais apropriado traduzi-lo como “escrever é guiar”, o que nos permite considerar tal publicação como uma tribuna a partir da qual homens importantes da vida pública argentina e americana expressaram suas opiniões e propósitos.

Nesse sentido, defendemos a hipótese de que se tratou de um periódico voltado para um público seletivo³⁴, que não pretendia ser lido e compreendido pelas massas, mas sim pelos pares intelectuais empenhados em discutir as questões nacionais servindo de guias para a construção da nacionalidade argentina e funcionando, ao mesmo tempo, como enunciadores e receptores da obra. Tomavam os conteúdos discutidos na revista, como instrumentos que contribuiriam para sua ação junto às massas e por isso, entendemos que a *RDHL* não tinha as massas imigrantes e operárias como leitores, mas, sim, como destinatários dos referenciais por ela apontados.

Suas páginas contavam com uma gama de colaboradores de diversas áreas de atuação, porém, circunscritos a um pequeno círculo. Estes “escolhidos” devem ser interpretados como os únicos autorizados por Estanislao Zeballos a utilizar a publicação como um fórum de expressão de suas ideias, pois eram personagens que compunham uma densa rede de relações entrecruzadas de solidariedades de classe, filiações políticas e afinidades ideológicas e científicas capazes de compreender as metas perseguidas pelo modelo hegemônico imperante (Galasi; López, *op. cit.*, p. 186).

Nesse sentido, seus colaboradores eram compostos por funcionários, políticos e intelectuais, incluindo os pensadores sociais³⁵ mais importantes do país, em muitos casos provenientes de diferentes gerações, tais como Rodolfo Rivarola, Domingo F.

³³ RIVAROLA, Rodolfo. “Discurso”. 07/11/1923, *La Prensa*, p. 09.

³⁴ Ou “espíritos seletos”, conforme enunciou Zeballos.

³⁵ Na Argentina e no México, intelectuais que exerceram grande influência sobre a política, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do XX eram chamados de *científicos*.

Sarmiento, Nicolás Avellaneda, Pedro Goyena, Francisco P. Moreno, Carlos Octavio Bunge, Valentín Alsina, José Ingenieros, Miguel Cané, Luís María Drago, Carlos A. Aldao, Miguel Unamuno, Roberto J. Payró, Adolfo Saldías, Ezequiel Ramos Mejía, Víctor Mercante, José M. Garro, Alejandro Gancedo, Bernardo de Irigoyen, Carlos Guido Spano, Carlos Pellegrini, Amadeo Jacques, dentre muitos outros.

As revistas atuam em um contexto histórico-social específico, todavia possuem uma identidade própria. Devemos nos indagar a respeito de como esta identidade é adquirida e sobre como se configura; além de, atentar para o fato de que uma revista é sempre resultado de decisões conjuntas. Outrossim, *Revista de Derecho, Historia y Letras* nasceu, possivelmente, de uma ideia pessoal de Zeballos³⁶, ideia esta que deve ter sido comentada e discutida em reuniões de amigos, na redação do jornal *La Prensa* ou em seu escritório de advocacia, sendo fruto de um projeto coletivo, mas que levava a marca pessoal de seu idealizador, como sugeria Carlo F. Melo, em 1907, ao assumir a direção interina da revista:

La Revista de Derecho, Historia y Letras, nacida em 1898, no fué una criación accidental de objetivo egoísta; fué el fruto de un pensamiento madurado en el estudio de nuestra sociedad, y tuvo un fin corporativo. Su fundador tiene dedicado desde entonces á ella la mejor parte de su espíritu, y ha logrado que viva con un vigor extraño a las obras individuales.³⁷

As redes que sustentavam o desenvolvimento da publicação eram compostas por muitos de seus colegas de vida política nacional, sobretudo de amizades provenientes de situações ligadas à política ou ao direito internacional e são resultado da participação de Zeballos em distintos espaços políticos e associativos que o reconheciam como membro

³⁶ A fundação da RDHL fez com que a vida de Zeballos adotasse um ritmo frenético: sua jornada de trabalho iniciava-se com as aulas de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito e Ciências Sociais, às tardes atendia em seu escritório de advocacia e, às noites, participava da redação de *La Prensa*, de onde dirigia sua revista e escrevia os numerosos artigos nela publicados.

³⁷ MELO, C. F., “De la Dirección Interina”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXVI, 1907, p.3.

central.

Durante a maior parte dos vinte e cinco anos de sua existência, a RDHL foi dirigida pelo próprio Estanislao Zeballos³⁸. Todavia, em 1907, deixou essa função para aceitar o convite do presidente Figueroa Alcorta que lhe ofereceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores e, para substituí-lo, nomeou Carlos F. Melo como diretor interino. A partir deste momento podem ser notadas algumas alterações na publicação, mais voltadas à forma que ao conteúdo propriamente dito: a capa passou a trazer o nome de Zeballos na condição de proprietário e diretor fundador – apesar de ter continuado a apresentar textos e a assinar a seção *Bibliografía – catálogo razonado de mi biblioteca* -, enquanto Melo era apresentado como diretor *ad interim*. Além disso, os títulos dos artigos passaram a ser escritos com um tipo de fonte diferente da utilizada até então, o que lhes conferia maior destaque. São modificações simples, mas que exprimem a incorporação da personalidade do novo diretor ao periódico. No texto explicativo que inaugurou o referido número da revista, Carlos F. Melo propôs um novo impulso ao empreendimento:

Esa dirección interina invita a los argentinos que hacen vida pública, a pensar en que los miles de hombres de las clases inferiores que trabajan obscuramente para crear el poder y la riqueza nacional, tienen el derecho de exigir, como compensación, de los que forman las clases superiores, que se ocupen especialmente de los problemas que la sociedad presenta, demostrando en sus escritos y en sus actos que son capaces de orientar inteligentemente la actividad social.³⁹

Neste trabalho, defendemos a perspectiva de que Estanislao Zeballos era a alma

³⁸ Desde 1898 até 1907, apenas o nome de Zeballos compunha a capa da revista, isto é, não havia especificação a respeito de editores ou diretores que, possivelmente, existiam e o auxiliavam na organização da RDHL.

³⁹ Ibidem, pp. 4-5.

do projeto, encarregando-se de direcionar convites aos autores, buscar subsídios, supervisionar e corrigir os conteúdos apresentados, chegando a transferir fundos de seu patrimônio para a manutenção do projeto⁴⁰. Portanto, analisamos a *Revista de Derecho, Historia y Letras* como produto de sua realidade, revelando o afã expresso pela personalidade de Zeballos em captá-la e modificá-la de acordo com sua própria concepção. Em nosso entendimento, o desaparecimento da revista, em 1923, está diretamente ligado à morte de Zeballos; ela dependia de seu esforço pessoal, pois, apesar dos interinatos que foram necessários devido à sua atuação política e suas viagens, eram a presença e atividade de Estanislao Zeballos que infundiam vida própria à publicação. Seu filho, Estanislao M. Zeballos, ao decidir encerrar a publicação declarou, em seu último número:

Con el presente número cesa la publicación de esa revista que fundara y dirigiera mi señor padre, con grandes pérdidas cuyo origen no creo oportuno mencionar. Me veo en la necesidad de tomar esta resolución por las dificultades que se han suscitado. Pero si es posible “la Comisión de homenaje a su memoria” la reeditará en segunda época transformándola en órgano oficial de ella bajo la dirección de su presidente.⁴¹

Não podemos afirmar de forma concreta quais foram as “dificuldades suscitadas” mencionadas acima, mas, supomos que sejam decorrentes da impossibilidade de suprir a erudição pessoal de Zeballos que se empenhou para que a Revista fosse mantida dentro de sua proposta inicial ao longo dos 25 anos de sua existência.

⁴⁰ Desde 1916 até o fechamento da RDHL em 1923, Zeballos contou com a ajuda de Severo Vaccaro, um comerciante e editor italiano que se dedicou a realizar tarefas relacionadas à edição e comercialização de diários e revistas na Argentina. Ao longo de sua existência foram desenvolvidas várias estratégias editoriais: difusão dos sumários em importantes diários da época, publicidade de cigarros, além da criação de cartazes de anúncios para serem exibidos em livrarias.

⁴¹ Ibidem, p. 612.

A revista deve ser compreendida, ainda, como um veículo que além de propagar a difusão dos já mencionados homens públicos, intelectuais e pensadores sociais, transformou-se num meio eficaz de difusão dos trabalhos escritos pelo próprio Zeballos. Em cada tomo da coleção, podem ser encontrados, no mínimo, seis trabalhos de sua autoria, fazendo dele o autor com maior quantidade de artigos publicados no periódico com temáticas que reforçavam distintas esferas de sua vida pública, fortalecendo a imagem de homem público e funcionário especializado.

A *Revista de Derecho, Historia y Letras* fez parte da conjuntura e política da época em que surgiu. Naquele momento, Zeballos estava afastado da vida política em virtude do enfrentamento que tivera com Julio Argentino Roca. Nesse sentido, propomos pensar a revista enquanto uma estratégia delineada por seu fundador, uma forma de manifestação escrita daquele que, por estar momentaneamente à margem das lutas políticas de seu tempo, buscava a afirmação de sua postura política, evidente em suas ações e escritos, possibilitado pelo poder e influência que desfrutava nos círculos oficiais.

3 – O REFORMISMO LIBERAL DE ZEBALLOS: EM DEFESA DE UMA POLÍTICA DE MORAL E DOS PRINCÍPIOS

Compreender, analisar e propor mudanças a respeito da política nacional constituiu-se em um dos afãs da *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Neste capítulo buscaremos analisar o tratamento dado por essa publicação aos assuntos nacionais nos diferentes momentos da história argentina. Para tanto, consideramos importante recorrermos a um recuo no tempo histórico com o intuito de compreender de que forma se deu a organização e atuação de seus principais partidos políticos.

A historiografia argentina tem encontrado grande dificuldade em definir os partidos políticos argentinos de maior destaque no cenário político de fins do século XIX e início do XX: devem ser considerados como “conservadores liberais” ou “liberais conservadores”? É possível traçar fronteiras entre eles? Que elementos definem o primeiro em contraposição ao segundo e vice-versa? Essas são questões devem ser explicitadas, uma vez que na Argentina não puderam ser notados grandes enfrentamentos entre liberais e conservadores. Seguindo a perspectiva de Malamud (1997, p. 67), entendemos que, no caso argentino, houve o prolongamento do conflito entre federais e unitários, tanto no tempo quanto na política, produzindo alinhamentos e alianças difíceis de serem reproduzidas no contexto de outros países latino-americanos, o que torna esse caso *sui generis*.

Para Malamud, de forma geral, o pensamento conservador foi abordado partindo-se de uma definição de caráter negativo, pois muitos historiadores não buscaram definir o que era o conservadorismo naquele período, mas, sim, a que ele se opunha, assim como destaca José Luis Romero:

Había muy buenas razones para que el pensamiento político conservador se manifestara como impreciso. A diferencia de lo que genéricamente podría llamarse el pensamiento liberal, aquél no pretendió generalmente manifestarse con intención de propaganda o de docencia. Quienes lo sostenían parecían seguros de que expresaban el orden natural de las cosas, del que todos los cambios eran desviaciones ilegítimas y al que se abría de volver inexorablemente también por la fuerza natural de las cosas. Por eso el pensamiento político conservador no se expresó sino esporádicamente y sobre todo, cuando pareció necesario salir al encuentro del adversario y responder a su desafío. Era inevitable, pues, que en cada caso adoptara las formas adecuadas al tipo de desafío, según el bagaje doctrinario que el adversario le oponía, según el grado real de peligro que la agresión tenía, según la resonancia que aquella prédica había alcanzado y según la estrategia pragmática que las circunstancias aconsejaban a sus defensores, que unas veces creían poder jugar al triunfo total y otras solamente a una transacción. De esse modo, el pensamiento conservador presentaba una fisionomía relativizada, condicionada por el estímulo que la desencadeaba. De hecho, nunca – o casi nunca – dijo todo lo que tenía que decir, o lo que creía que tenía derecho a decir, sino sólo la parte que convenía a las circunstancias del momento.⁴²

Botana (*op. cit.* p. 71), por outro lado, afirma que o adjetivo conservador qualifica a configuração concreta de um regime de hegemonia governamental no qual a

⁴²

ROMERO, 1978, p. 12.

intenção dos atores para controlar a sucessão sem entrar em choque com oposições, conflitos e efeitos inesperados. Para esse autor, o poder econômico confundia-se com o político e os únicos que participavam do governo eram aqueles habilitados pela riqueza, educação e prestígio (*Ibidem*). Surgia, então, a oligarquia, definida por Botana como uma classe social determinada por sua capacidade de controle econômico, por um grupo político que se corrompe por diversos motivos e, também, como uma classe governante com consciência de pertencer a um estrato político superior, integrada por homens políticos notáveis. Nesse sentido, oligarquia consiste em um conceito que qualifica um sistema de hegemonia governamental organizado sobre as bases de uma unificação da origem eleitoral dos cargos governamentais que deveriam ter origem distinta, funcionando, de fato, como um fenômeno de controle político.

Losada (2009) corrobora a perspectiva apresentada por Botana afirmando que o regime oligárquico se fez presente na política argentina entre os anos de 1880 e 1916, podendo ser definido como um círculo delimitado pertencente a uma mesma constelação política que controlava a escolha e a eleição dos candidatos. Portanto, o conceito de oligarquia, descreve características de uma elite política, composta por famílias de destacada posição econômica ou social, derivadas dos mecanismos pelos quais tem acesso e controle do poder político.

Há, ainda, outra via interpretativa que se refere aos intelectuais que se articulavam politicamente no final do século XIX e início do XX como liberais reformistas, conforme sustentado por Eduardo Zimmermann. Consistia em um grupo composto por intelectuais preocupados com a “questão social” e que a interpretavam como um desafio intelectual de grande importância, como o elemento-chave para a compreensão das transformações políticas e ideológicas que ocorriam na Argentina, especialmente durante a primeira década do século XX, guiados pelo “espírito do Centenário”.

A corrente reformista liberal não era única, pois conviveu com outras vertentes reformistas, como a católica e a socialista. Zimmermann a caracterizou da seguinte forma:

(...) en cuanto a su base social puede identificárseles como profesionales (principalmente abogados y médicos), con fuerte vocación por la vida intelectual y vinculaciones o activa participación en el mundo académico; ideológicamente fueron liberales de firmes convicciones progresistas, frecuentemente anticlericales; sus posturas frente a la solución de la cuestión social se dirigieron a la búsqueda de un camino intermedio entre el *laissez-faire* ortodoxo y el socialismo de Estado; sus posturas reformistas en lo social se basaron en el “legalismo” o la convicción de que la política parlamentaria era el ámbito propio para la búsqueda de las soluciones del conflicto social, en un “cientificismo” que acentuaria la importancia de las ciencias sociales como guías de la política estatal en la materia, y por último, en un enfoque “internacionalista” que procuraba adaptar a las condiciones locales los numerosos precedentes extranjeros sobre el tema e insertar el reformismo argentino en las instituciones internacionales dedicadas al tema.⁴³

Oscar Cornblit, *et. al.* criticam o liberalismo adotado pelas elites argentina, destacando que:

(...) en la Argentina nuestras "elites" adoptaron el liberalismo tal cual se daba en Europa en esa época, es decir como ideología ya acabada que descansaba en un sistema socio-económico, el capitalismo, que ya había logrado asentarse definitivamente. Se ignoró, en cambio, al primer liberalismo, o en todo caso se lo tergiversó, que fue la concepción del mundo de ese mismo sistema, pero cuando todavía luchaba por triunfar sobre las estructuras de la sociedad feudal.⁴⁴

⁴³ Zimmermann, *op. cit.*, pp. 545-546.

⁴⁴ Cornblit, *et. al.*, *op. cit.*, p. 24.

Portanto, neste trabalho, entendemos que os reformistas liberais, diante das transformações idealizadas para a Argentina, buscavam mecanismos que lhes permitissem a manutenção no poder, como o caso de Estanisló Zeballos que utilizou sua inserção no campo intelectual para promover a articulação política, tal como nos sugerem os artigos publicados na *RDHL*.

3.1- A dinâmica dos partidos políticos argentinos

A formação dos partidos políticos argentinos não escapa à dinâmica geral em que se desenvolvem em outras partes do mundo, estando seu surgimento condicionado ao das grandes massas no cenário político (*Ibidem*, p. 21). Por isso, tais partidos se constituíam em redes de vinculação e mobilização eleitorais por fora do aparato oficial, ainda que tenham encontrado nele os suportes materiais para seu funcionamento.

Desde 1862, a disputa política estava representada por dois setores do liberalismo bonaerense, identificados como autonomistas e nacionalistas, os primeiros liderados por Adolfo Alsina e, os últimos, por Nicolás Avellaneda. Cornblit, *et. al.* (*op. cit.*, p. 25) afirmam não encontrarem elementos objetivos que permitam uma diferenciação programática ou mesmo de composição social entre ambos. A importância do Partido Autonomista residia na oposição à nacionalização de Buenos Aires, levando-o a perder força política quando, anos mais tarde, o Partido Nacionalista se opôs a tal medida; na prática, cada um desses partidos se comportava como nacionalista no governo e autonomista quando esteve na oposição.

A historiografia argentina tem demonstrado dificuldades para diferenciar ambos os grupos, pois tanto autonomistas quanto nacionalistas apresentavam elementos de distintos matizes sociais. No entanto, dentro do autonomismo podem ser assinaladas diferenciações de maior envergadura evidenciadas a partir do conflito interno entre os

clubes “Libertad” e “25 de Mayo”, o qual representava os setores mais jovens. Foi a partir do clube “25 de Mayo” que surgiram os primeiros questionamentos do *status quo* no campo político, como as discussões a respeito da democratização da propriedade territorial, da liberdade eleitoral e do protecionismo industrial. Quando se deu a coligação do nacionalismo ao *alsinismo*, os jovens autonomistas reagiram formando o Partido Republicano, o que representou uma primeira tentativa de modernização das estruturas políticas, embora incipiente. (*Ibidem*, p. 26).

De acordo com Persello (2007, p. 17), os grupos Autonomista e Nacionalista se apresentavam como partidos de princípios, mas estavam longe de poder ser considerados partidos orgânicos no sentido mais moderno do termo, com identidades políticas diferenciadas. Embora não apresentassem muitas diferenças com relação a suas bases e práticas, a autora assinala que, por muito tempo, foram analisados pela historiografia à luz da dicotomia entre ordem e liberdade, tradição patriciana e corrente popular. Nessa perspectiva, apoiando Adolfo Alsina estava o subúrbio, a pobreza, os comitês e pessoas dispostas a ganhar eleições a tiros e punhaladas; já o outro lado, reunia gente de bem, doutores, grandes fazendeiros e latifundiários. A luta política incluía, portanto, a competição, as negociações e as rebeliões.

3.2- Partido Autonomista Nacional

Em 1874, diante da sucessão da presidência de Sarmiento, firmou-se uma aliança entre o Partido Nacional e Partido Autonomista, dando origem ao Partido Autonomista Nacional (PAN) com o intuito de conferir apoio à candidatura de Avellaneda que disputava o governo com o ex-presidente Bartolomé Mitre, representado pelo Partido Liberal. Para acabar com as disputas, em 1877, o então presidente Avellaneda institucionalizou um novo mecanismo político, a conciliação, com vistas a garantir acordos eleitorais que incluíam no governo representantes das duas tendências políticas. Em contraposição ao acordo, Leandro Alem, Aristóbolo del Valle, Bernardo de Irigoyen e Carlos Pellegrini, que integravam a ala jovem do

autonomismo, fundou o Partido Republicano, de baixa expressão política e vida efêmera⁴⁵.

O PAN ocupou lugar de destaque no cenário político argentino entre os anos de 1880 e 1916 e sua sobrevivência – em meio à dissolução de vários outros partidos -, dependeu de um amplo círculo de apoio baseado na aproximação entre o governo nacional e o provincial. Malamud considera que o partido teve seu perfil melhor delineado a partir de 1880, ao lançar a candidatura de Julio Argentino Roca, que obteve apoio institucional de diversas estruturas de poder provinciais, representada pela “liga de governadores”. Nesse sentido, o PAN era integrado por partidos provinciais, os quais elegiam os governadores, que, por sua vez, tinham uma participação crucial na eleição para presidência da república. Sua estratégia, enquanto primeiro grande partido nacional argentino, constituía em controlar a maior parte dos governos provinciais, afastando o poder dos caudillos e partidos provinciais. Contudo, devemos ressaltar que nem todas as estruturas partidárias provinciais foram dissolvidas, pois seguiram existindo partidos autônomos, com estruturas próprias e não apenas seções locais do grande partido nacional.

A candidatura de Roca⁴⁶ à presidência foi apoiada, ainda, pela Guarda Nacional e pelo Congresso que subordinava a maioria das representações do interior a seus mandatários. Dessa forma, Roca transformou o PAN no seu instrumento político e deu à sua campanha um certo tom popular, ao mesmo tempo que era apoiado por uma importante facção do setor de pressão mais influente da época. Cornblit, *et. al.* (*op. cit.*, p. 31) explicitam que o apoio popular foi conquistado por meio da adesão da juventude universitária e profissional do país, imbuída de modernidade e cansada dos personalismos que engendrava a continuidade das lutas inter-regionais. Já o apoio dos estancieiros da província de Buenos Aires, se deu em decorrência de seu desejo de lograr a paz interior para o êxito da política econômica que fixava seus objetivos na integração definitiva do país nos marcos do mercado ultramarino. As províncias, por sua vez, manifestaram-se favoráveis a Roca em função de sua oposição a Buenos Aires

⁴⁵ Sua baixa expressão política pode ser relacionada à sua composição, em sua maioria imigrantes, os quais, quando não eram aliados do processo político, encontravam entraves à sua participação.

⁴⁶ Com seu slogan de governo “Paz y administración”, Roca demarcou que o programa do PAN tinha como objetivos legalizar o poder e pacificar o país, o que ocorreu, principalmente, a partir da Campanha do Deserto.

e em troca de uma maior participação nos assuntos políticos nacionais.

Losada (*op. cit.*) chama a atenção, ainda, para o fato de que, nas décadas de 1860 e 1870, o cenário político argentino era composto por grupos personalistas, mas, a partir da década de 1880 em diante, as decisões unilaterais de líderes personalistas foram substituídas por convenções partidárias, provinciais e nacionais. Alterava-se o perfil do eleitor e, com isso, também a necessidade de se transformar a estratégia que os mobilizasse e recrutasse, tornava-se importante cooptar o eleitor, meta atingida a partir da compra e venda de votos⁴⁷.

De acordo com Canton e Jorrat (1999), as eleições que ocorreram até a primeira década do século XX se caracterizavam pelo voto público, masculino, voluntário e com registros eleitorais questionáveis - ao menos com relação à quantidade de inscritos - e pela venda de votos⁴⁸. Para Estanislao Zeballos, a venda de votos correspondia à terceira etapa da evolução eleitoral argentina: o primeiro teria sido a violência, seguido pela fraude e, por fim, a compra e venda de votos que rechaçava todos os limites do pudor e da responsabilidade criminal. Esse delito

ha sido practicado a la faz sino en complicidad de autoridades, en parajes públicos, a las puertas de los hospitales y de los establecimientos de educación, en el atrio de los templos y al lado mismo de los comicios. Los compradores exhibían impudicamente el dinero y los vendedores ponían en pública subasta su honor, su lealtad, su conciencia, su patriotismo: su voto.⁴⁹

O valor de um voto podia variar de acordo com a disputa eleitoral, conforme

⁴⁷ A compra de votos não foi financiada pelo Estado, mas, sim, com recursos dos próprios partidos que a praticava.

⁴⁸ Esse foi um artifício utilizado por vários partidos argentinos, à exceção do socialista, da União Patriótica e da União Cívica Radical que adotou o sistema de abstenção eleitoral, conforme discutiremos adiante.

⁴⁹ Zeballos, *op. cit.*, 1889, p. 335.

demonstram Canton e Jorrat:

Por lo común se pagaban entre 5 y 20 pesos según las fluctuaciones del “mercado”. Podía llegarse hasta 50, 60 ó 70 en ocasiones menos frecuentes y en instancias excepcionales como la elección de la circunscripción 1 que se decidió por un voto, podía pagarse – por parte de los opositores, adviértase, si hemos de creer a la fuente - “por siete libretas cívicas de la suma de 900 pesos!”, o casi 130 pesos por cada voto.⁵⁰

As relações pessoais foram fundamentais para que se tecessem as redes de solidariedade e cooptação entre os dirigentes políticos. O sistema eleitoral fora articulado com vistas a contribuir para a perpetuação de um mesmo grupo no cenário político nacional, sendo os partidos organizados a partir de fortes figuras pessoais que, por meio de arranjos e acordos, expressavam vocação unanimista; os padrões eleitorais eram confeccionados para cada votação e seu êxito estava atrelado à capacidade de mobilização política das facções envolvidas, o que poderia se tornar mais fácil pela dependência econômica, mas também poderia ser alcançada por outros meios.

Os mecanismos de formação do Estado nacional facilitaram a aparição de uma elite política, consolidada, a partir de 1880, com a eleição de Julio Argentino Roca. Não obstante, o controle eleitoral - mecanismo que garantia o poder a um determinado partido - era anterior e sua eficácia esteve relacionada à própria gênese do Estado nacional.

O lema “paz e administração” deu o tom ao governo de Roca, ressaltando o compromisso com a expansão econômica e a determinação em reprimir as desordens políticas. De acordo com Rock (2006, p. 172), o roquismo uniu a federalistas e liberais, principalmente em regiões como Mendoza, La Rioja, Catamarca, Entre Ríos e Córdoba, onde tinha o respaldo de Miguel Juárez Célman, seu cunhado e sucessor, um dos principais organizadores da Liga dos Governadores antes da eleição de 1880.

⁵⁰

CANTON; JORRAT, *op. cit.* p. 438.

Zeballos (1898, p. 156), em um artigo publicado no primeiro número da RDHL, em 1898, discutia o primeiro governo de Roca, descrevendo o líder como um homem novo, sem tradições universitárias e políticas, desvinculado do capital e formado no exército, mas sagaz e movido por uma ambição reflexiva e paciente; o surgimento do PAN foi caracterizado, por este intelectual, como uma evolução que permitiu a chegada de Roca ao poder e garantiu o progresso material do país. Entretanto, ponderou que a crise moral e política vivida pela Argentina teria suas origens naquele governo em decorrência, principalmente, “da falta de preparação técnica e de experiência do soldado que assumiu as responsabilidades, as altas condições orgânicas do país e o excesso, voluntário ou simplesmente da inércia, próprio de todas as reações, que levou a hegemonia nacional para além de onde era hábil e necessário” (*Ibidem*). Zeballos chamou a atenção, ainda para a “desgraça” causada pelo desaparecimento da influência de Buenos Aires quando se fazia necessária para manter um justo equilíbrio das manifestações políticas na vida nacional.

Juarez Célman foi eleito, em 1886, como o primeiro presidente desde Mitre que não havia atuado no exército. Sua perspectiva de desenvolver as províncias despertou a oposição de Buenos Aires, que passou a qualificá-lo como um verdadeiro localista. Outrossim, este entrave foi solucionado no final do mesmo ano, numa eleição que deu o controle da província de Buenos Aires a Máximo Paz, sobrinho de Roca, cessando as hostilidades entre o governo nacional e esta província.

Para Rock, o presidente Celman combinava ambição desordenada e pobreza de juízo. Exagerava com relação ao potencial econômico do país, argumentando continuamente que seus vastos recursos e sua enorme capacidade para o desenvolvimento justificavam medidas arriscadas. Subestimava a hostilidade de Buenos Aires, acreditando que atingiria o crescimento econômico de forma mágica e rechaçava opiniões que se opunham a essa certeza (Rock, *op. cit.*, p. 194). Nesse sentido, as políticas econômicas do governo Celman foram uma versão mais intensa das implementadas por Roca, priorizando o crescimento e a modernização.

O governo foi acusado de ter se transformado em um *unicato*, um neologismo que sugeria a prática do monopólio e da tirania. Em 1888 iniciou-se uma onda de movimentos grevistas encabeçados por trabalhadores ferroviários, do ramo da

construção e marinheiros que se mobilizaram e demonstram a tensão social e econômica que se instalava no país.

3.3- União Cívica

Após um período de progresso material, a crise econômica manifestava efeitos perturbadores. Ao descontentamento político manifestado por empresários e especuladores financeiros que se encontravam em dificuldade e culpavam o governo, somavam-se o aumento dos gastos públicos, o grande volume de empréstimos e a *Ley de Bancos Garantidos* que, de acordo com Persello (*op. cit.*, p. 19), habilitava às entidades financeiras provinciais a emitir papel-moeda e realizar empréstimos no exterior, o que contribuiu para o aumento da dívida externa e interna. Além disso, o aumento do preço do ouro e a decisão do presidente de fechar a *Bolsa de Comercio* provocaram resistência no interior do próprio governo e ampliaram as filas da oposição.

Nesse contexto surgiu um novo partido político na Argentina: a União Cívica da Juventude que prontamente ficou conhecida como União Cívica e apresentava a proposta de lutar pelas liberdades básicas e pelo livre exercício do voto. Rock destaca que em uma importante manifestação pública realizada em 03 de setembro de 1889, dizia-se que os argentinos haviam perdido a soberania popular e que se fazia necessária a existência de partidos políticos ativos como uma maneira de se evitar a tirania (Rock, *op. cit.*, p. 207), discurso atraiu a juventude universitária da capital e das províncias e jovens profissionais liberais como médicos, advogados, engenheiros, dentre outros. Também estiveram presentes Leandro Alem e Aristóbulo Del Valle que imediatamente se incorporaram à União Cívica e foram convertidos em líderes.

O colapso econômico de fins de 1889 contribuíram para o fortalecimento do novo partido. Bartolomé Mitre uniu-se a ele com o intuito de estender seu raio de ação para além de Buenos Aires atingindo, dessa forma, as províncias e negava tratar-se de algo semelhante à Conciliação. Mitre reforçava a ideia de que a União Cívica não

correspondia a uma coalizão de velhos partidos e que consistia num movimento político nacional e não apenas local, restrito a Buenos Aires.

David Rock sustenta que havia discordância entre a forma como Alem e Del Valle explicavam a composição do partido e as origens da insurreição. De acordo com o primeiro, a União Cívica contava com enorme apoio popular dentro e fora de Buenos Aires e, por isso, o movimento deveria ser difundido para as províncias. Considerava que o governo nunca respeitaria o sufrágio e que a única opção válida para lutar contra isso era a revolução, caracterizada por ele como “uma violência no sentido contrário”, uma vez que seria orientada pelo princípio de defender a Constituição. Del Valle, por outro lado, apontava que a revolta foi a saída encontrada pelo fato do partido não contar com apoio popular. Desde esse ponto de vista, os soldados deveriam conduzir o movimento que começaria no Parque de Artilharia e dali se estenderia à estação central de polícia e ao destacamento de Retiro (*Ibidem*, p. 212). Os dois líderes discordavam, ainda, a respeito de quem deveria ocupar o poder executivo após a derrubada de Celman, quanto ao curso que deveria seguir a rebelião e até sobre sua conveniência.

Por outro lado, jornais como *La Prensa* noticiavam um projeto idealizado pelo próprio governo para conter a crise. Na perspectiva de Rock (*Ibidem*, 213) tratava-se de um “golpe placebo” contra Juaréz Celman, organizado por Pellegrini com o apoio de Roca que, àquela época era o presidente do Senado. A prisão do general Manuel J. Campos, comandante militar do movimento, somado à notícia de que o governo planejava tirar de Buenos Aires todas as forças militares suspeitas contribuíram para a eclosão da rebelião em 26 de julho de 1889.

A União Cívica proclamava uma rebelião contra um governo denunciado como “corrupto e ilegal”, marcado pela ação de governadores provinciais que elegiam a si mesmos e se sucediam a partir de acordos e dos desejos do presidente. Contudo, após a saída do general Campos da prisão e da retomada do comando militar, não foi posto em prática o plano de atacar as instalações governamentais situadas fora do Parque⁵¹ o que, segundo a perspectiva apontada por David Rock, levantou muitas suspeitas: primeiramente com relação ao fato de Campos ter recebido a visita de Roca na prisão, o

⁵¹ O Parque de Artilharia seria o local de início do movimento e serviria de base para um ataque militar à estação central de polícia e à patrulha de Retiro, localizada a cerca de dez quadras de distância. Ver: Rock, *op. cit.*, p. 214.

que pode ter causado a impressão de que Roca esperava que a queda do presidente ocorresse sem necessidade de intervenção militar. Ademais de soldado e mitrista, Campos era banqueiro e, para Rock, teria poucas razões para levar adiante uma revolta que apoiaria o poder de Leandro Alem, repudiado pelos mitristas. Outra análise deve levar em consideração o temor de que houvesse uma contrarrevolta por parte dos governadores, instalando novamente uma guerra civil entre Buenos Aires e as demais províncias.

Apesar dos revoltosos terem sido rendidos pelas forças do governo, Virginia Persello (*op. cit.*, p. 20) destaca que, com o passar do tempo, a experiência do Parque adquiriu o significado de um acontecimento mítico e de ruptura, ainda que tenha sido proposto como restaurador das instituições e da atividade política e como um movimento de regeneração dos costumes e das práticas frente aos governos que suprimiam a vida cívica. Por outro lado, Rock sustenta que “a revolta em Buenos Aires foi um movimento contra um presidente *neofederalista*” e, por isso, considera que se mantinha dentro da longa tradição de confrontações regionais. Os rebeldes buscavam apoio popular, mas não ocultavam suas origens oligárquicas. A liderança política do movimento incluiu mitristas e autonomistas; enquanto Alem defendia uma revolução popular e democrática que substituiria o governo existente por outro popular que devolveria o poder a Buenos Aires e não contava com uma ampla camada de apoio, pois faltava-lhe respaldo do exército e das províncias; os mitristas, liderados pelo general Campos, participaram do movimento com resistências, pois haviam preferido uma negociação com o PAN a fim de eliminar Juarez Celman e ser incluídos no novo governo. Essa aproximação buscava minimizar os riscos de uma ruptura entre Buenos Aires e as províncias.

Diante das acusações de corrupção tecidas pelos revolucionários, Celman fez inúteis propostas a Irigoyen e ofereceu gabinetes aos partidários de Mitre, mas encontrava-se politicamente isolado. Sua renúncia levou a ascensão de Carlos Pellegrini como seu sucessor, que nomeou um novo gabinete de coalizão que congregava a vários mitristas, dentre eles, Vicente F. López como Ministro das Finanças, Eduardo Costa como Ministro das Relações Exteriores e Juan M. Gutiérrez, responsável pelo Ministério da Educação, além de Roca como Ministro do Interior.

Estanislao Zeballos havia exercido a função de Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Celman e, ao final daquele, já havia iniciado a publicação de sua *RDHL* e, por isso, em suas páginas não aparecem artigos ou menções ao ocorrido no Parque de Artilharia, às alianças políticas firmadas ou ao surgimento da União Cívica. Outrossim, encontramos pesadas críticas aos rumos políticos seguidos pela Argentina, as quais buscavam denunciar, principalmente, o comportamento e atuação de seus partidos políticos envolvidos na “política do acordo” firmada entre Mitre e Roca.

3.4- A “política do acordo”

A reeleição de Roca, em 1898, foi um dos temas principais do primeiro ano da *RDHL*. Na edição de novembro daquele ano, Zeballos apresentou a estruturação desse “novo” governo. De acordo com ele, em 12 de outubro havia sido inaugurada uma nova jornada na vida nacional, pois o General Roca assumira o poder executivo envolvido por uma atmosfera de tolerância, benevolência, liberdade e dinheiro – oriundo, provavelmente, dos latifundiários que o apoiavam. Contudo, ponderava que seu segundo governo enfrentaria uma questão crucial para a política nacional: a desorganização dos partidos políticos.

El Partido Radical esta disuelto, a punto de no poder constituir gobierno fácil y eficiente en la primera provincia argentina, a donde un hombre ilustre toca llamada, sin ser escuchado por los suyos. El Partido Nacional es una tradición que liga a los hombres de su credo; pero estes viven dispersos, sin organización, sin voz, sin voto y sin influencia. Piensan y deciden por ellos el presidente y los gobernadores. El Partido Cívico Nacional es una fuerza moral, mas que política. Vive del justo prestigio y de la confianza que inspirán el carácter, el patriotismo y las virtudes cívicas del general Mitre⁵²

⁵²

Zeballos, *op. cit.*, p. 157.

Argumentava, ainda, que o país vivia uma situação de incerteza política diante da dissolução de partidos e da falta de uma política interna sã, o que acarretava uma crise da moral, da ordem e da disciplina que se refletia na administração. Roca deveria, portanto, definir os rumos de sua atuação política interna com vistas a promover a reorganização dos partidos políticos – tal como se apresentavam até 1877⁵³ – e fortalecer as autonomias federais para que fosse possível realizar uma moralização administrativa.

Nessa perspectiva, o Partido Nacional (PN) - herdeiro dos ideais do PAN – deveria reorganizar-se civicamente disciplinando suas forças dirigentes para salvar-se, pois, caso contrário, a Argentina ficaria como o Uruguai ou o México, países nos quais as disputas entre partidos decadentes contribuíam para a extinção dos mesmos, como o caso de *Blancos* e *Colorados*, ou, ainda, à instauração de um governo ditatorial, tal como o *Porfiriato*.

Para Zeballos, havia duas correntes de opinião acerca dos governos que havia se estabelecido no país até então. A primeira enxergava a atuação desses políticos como um meio de acumular fortuna de forma fácil e rápida e expressava a presença do paternalismo, considerado, por ele, o mal das sociedades modernas. Já a segunda, encarava o governo como guardião das liberdades civis e políticas de todos que por ele são governados, cabendo sua prática apenas aos estadistas de fato. A *RDHL*, por sua vez, fora apresentada como um órgão que refletia os nobres ideais políticos, atuando a serviço do presidente com uma palavra serena, racional e sã, pois representava a força e a ação governativa diante do paternalismo. Fica evidente, portanto, que Zeballos buscava mais que discutir as questões nacionais, transformando sua publicação num instrumento de ação política, o que era impulsionado pelo prestígio que este político e intelectual gozava não apenas no cenário argentino, mas latino-americano.

É inegável que “o acordo” gerou grande repercussão na política nacional,

⁵³ Devemos ressaltar que Zeballos se referia a um período anterior à formação de acordos políticos, momento em que a Argentina era representada por dois partidos: o Nacionalista e o Autonomista.

esquentando as discussões acerca da moral administrativa nas páginas da *RDHL*. Estanislao Zeballos atribuiu a ela a responsabilidade sobre a desorganização dos partidos políticos e ressaltou que não se constituía numa prática original, pois já havia sido realizada desde a “política de conciliação” de Avellaneda que (no final do século XIX) foi desnaturalizada, marcando o início da indisciplina e do desprestígio dos partidos de oposição.

Na virada do século predominava a ideia de que os partidos eram necessários em um governo republicano e sua ausência representava o atraso político, bem como a noção de que os legisladores que integravam um partido aceitavam a ideia de que estariam submetidos às regras e à disciplina por ele impostas como um modo de superar o personalismo imperante na vida política do país. A “política do acordo” alterava, sobremaneira, a ordem política, pois implicava no rearranjo de forças políticas com o intuito de dominar as decisões de forma hegemônica, não deixando brechas para a atuação da oposição. Devemos ressaltar, ainda, seus efeitos no interior da própria União Cívica, pois, o *acordismo* marginalizou Alem e seus partidários, representando, a partir de sua perspectiva, uma renúncia aos princípios de reforma e democracia defendidos pelo partido, uma vez que privilegiava os governantes das províncias controladas por Roca. Foi nesse contexto que, em 1891, a União Cívica deu origem a dois partidos; a União Cívica Nacional (UCN) e a União Cívica Radical (UCR), liderada por Alem, a qual defendia uma posição contrária à política de acordo.

Na concepção de Zeballos, esse tipo de política havia gerado responsabilidades graves:

ella ha preparado la desorganización del partido Radical. Las entusiastas e innúmeras masas que lo formaron están disueltas, y sus hombres dominados por el desaliento o a la expectativa del anunciado vellocino de oro. Los más fuertes constituyen grupos disciplinados en torno de la doble tendencia militante, que lucha por dirigir los restos del gran partido.⁵⁴

⁵⁴

Idem., p. 334.

O radicalismo estava disperso e muitos de seus dirigentes haviam abandonado a vida política ou engrossado as fileiras de outros grupos políticos, em geral, vinculados ao PN:

La vida política de la nación, queda así entregada casi por entero, a la actividad del partido nacional y a las reliquias del partido “mitrista”. El primero es la legión militante; el segundo su auxilio espiritual. El primero es un combatiente temerario, no siempre dueño de si mismo; el segundo es el escudo que opone el primero á los peligros solemnes. La disolución ó abstención de los radicales y la absorción de la “Unión Cívica Nacional” por el gobierno, explican la aparente unanimidad política que suprime la vida pública en la actualidad.⁵⁵

Zeballos mostrou-se, portanto, consternado com a situação política instaurada na Argentina. Caracterizou o *acordismo* como um ato de promiscuidade política que atuava sobre uma república morta, o qual poderia ter sido aplicado de forma a melhorar a condição institucional da Nação, das províncias e dos partidos. No entanto, em vez de estimular o bem-estar do país havia prejudicado até mesmo a União Cívica e incubava os germes de uma ditadura.

Contudo, havia interesses díspares entre Mitre e Roca, os quais demonstravam a debilidade dessa alternativa política. Mitre buscava ampliar sua influência – centralizada em Buenos Aires – sobre as províncias, o que poderia lhe proporcionar a volta à presidência. Roca, por sua vez, via a possibilidade de se reintegrar Buenos Aires ao sistema de alianças inter-proviniais sob seu domínio, pois entendia que a adesão de Buenos Aires reestabeleceria a legitimidade e estabilidade do sistema político. Após a

⁵⁵

Ibidem., p.334.

divisão da UC, os partidários de Roca que compunham o PN passaram a apoiar a candidatura de Mitre que, meses depois, renunciou à candidatura sob especulações de impopularidade, especialmente a manifestada fora de Buenos Aires. Todavia, por trás da renúncia, o que ocorreu foi a recusa do PN em cumprir o estipulado pelo acordo, isto é, ceder posições aos partidários de Mitre, alegando que apenas o faria se Mitre se comprometesse a manter o poder das províncias, o que desagradava a seus partidários.

Neste ínterim, uma nova oposição se manifestava a partir dos “modernistas”, liderados por Roque Sáenz Peña que prontamente foi apoiado pela província de Buenos Aires. Com o interesse de frear essa ameaça, Roca propôs a candidatura de Luis Sáenz Peña, pai de Roque, o que, segundo David Rock, resolveu o dilema estabelecido a partir da renúncia de Mitre, pois

era una figura veterana, de antecedentes neutros y pocos enemigos. Había sido miembro de la Corte Suprema por varios años. Su reputación de integridad respondía a la demanda de los radicales de normas éticas más elevadas para la vida política. Su distancia de las facciones tradicionales era un potencial atractivo tanto para los partidarios de Roca como para los de Mitre. En ese sentido, representaba la recreación del acuerdo. Era una persona de poca autoridad personal, que carecía de seguidores en el Congreso o las provincias. Como presidente, dependería del respaldo de los líderes políticos establecidos. El apoyo de su hijo, aunque renuente, también le dio el respaldo de los modernistas, lo cual zanjó temporalmente el cisma del Partido Nacional en la provincia de Buenos Aires. Además, como católico devoto, Sáenz Peña contaba con el apoyo de la Iglesia.⁵⁶

3.5- Desgoverno e crise moral

⁵⁶ ROCK, *op. cit.*, p. 236.

O segundo governo Roca havia sido iniciado num período de desafios políticos, porém, carregado de esperança, conforme enunciado por Zeballos. Em 1899, no entanto, a situação era outra: a *RDHL* preocupava-se em denunciar o esquema de manutenção no poder sustentado pela oligarquia, descrevendo-o a partir de uma crise moral e intelectual instaurada no país a partir de um presidente que exercia seu poder político de forma vacilante, sem iniciativa e nem planejamento.

Os reflexos dessa crise eram perceptíveis nos campos político e econômico, portanto suas críticas se voltavam, também, à crise financeira que afetava a Argentina há cerca de dez anos. Apesar de não existirem dados estatísticos que pudessem comprovar, Zeballos afirmava veementemente que a produção nacional apresentava índices alarmantes em decorrência do despovoamento de regiões agrícolas, das pragas, da má administração pública, dos impostos e dos baixos preços dos frutos e dos cereais⁵⁷ e a produção em novas terras ainda não apresentava os efeitos necessários:

¿Como desconocer que hemos echado a perder deliberadamente y por ignorancia la calidad de la lana, la más valiosa de las cosechas agrícolas? ¿No es acaso notorio que el rendimiento y valor de nuestros cereales son inferiores, con relación a las tierras y al clima, porque no usamos las semillas apropiadas a cada medio, ni se defiende el agricultor contra la degeneración de las mismas? Por estas y otras múltiples razones, harto conocidas, he dito y repito que la producción argentina, en un clima y en un suelo sin rivales, está abatida y menospreciada en los mercados consumidores del exterior, originando la más seria de las crisis que puede sufrir una nación: la crisis económica.⁵⁸

⁵⁷ Sua visão acerca da questão agrícola foi compartilhada, na *RDHL*, por Juan Bautista Ambrosetti, num artigo publicado em 1900, no qual dissertava acerca do despovoamento das áreas agrícolas e das medidas que deveriam ser tomadas pelo Ministério da Agricultura.

⁵⁸ ZEBALLOS, *op. cit.*, p. 343-344.

Santiago Alcorta considerava que, na Argentina, muitos buscavam por empregos públicos principalmente pelo fato de que possuíam uma compreensão errônea das responsabilidades que recaíam sobre os mesmos. Não havia exigência alguma para que alguém concorresse a um cargo público, uma vez que apenas eram atribuídos a partir da indicação de uma pessoa influente, o que ocorria apenas com aqueles que gozassem de destacada posição social. Contudo, ponderava que, diante das dificuldades econômicas e da incompetência administrativa que se impunha ao país, os funcionários públicos encontravam-se desacreditados na Argentina.

O tratamento da questão econômica em 1899 deveria diferir daquele adotado pelo governo Celman em 1898, o qual se resumiu ao aumento dos tributos fiscais. Zeballos defendia a adoção de algumas medidas, dentre as quais gostaríamos de ressaltar: a redução dos impostos com o intuito de contribuir para a moralização administrativa, distribuição de propriedades definitivas e baratas para os imigrantes com vistas a acelerar a colonização de novas áreas agrícolas, seleção e renovação frequente das sementes, diminuição do número de ministérios e reordenamento das funções entre os restantes e suspensão de obras públicas que não fossem indispensáveis por cinco anos.

Assinalava, também, que enquanto a população reduzia seu consumo, o Estado aumentava os gastos públicos e os empréstimos, chegando a quadruplicar a dívida nacional⁵⁹. Em 1890 a solução apontava dois caminhos: diminuição de gastos públicos ou aumento de impostos, considerada a via mais fácil para os que mandavam e prejudicava e arruinava os que trabalhavam. Nesse sentido, a crise, no lugar de ser resolvida foi fomentada adquirindo novos contornos com o passar de dos anos.

Guillermo Pintos corroborou as críticas tecidas pelo diretor da *RDHL* ao comparar os gastos públicos argentinos e os impostos arrecadados no país aos da França, Alemanha, Holanda e Reino Unido, países considerados mais prósperos e ricos. Diferentemente de Zeballos, Pintos recorreu aos dados estatísticos que evidenciavam a receita nacional e os gastos equivalentes ao ano de 1900 autorizados pelo congresso a fim de justificar suas proposições. De acordo com ele,

⁵⁹ Uma declaração do Ministro da Fazenda, no Congresso Nacional, dava conta de que a dívida pública havia aumentado mais de 350 milhões.

así, a primera vista, y aisladamente, la cifra no se presenta exagerada, pero inmediatamente que se hace la comparacion con los gastos públicos de outras naciones, mas prósperas y mas ricas que la nuestra, se nota la gran desproporcion que existe entre lo que se pide por medio del impuesto al contribuyente argentino, que tiene al mismo tiempo que trabajar para el pago de intereses y dividendos por los crecidos capitales extranjeros empleados en el país, en empréstitos públicos, ferrocarriles y toda clase de empresas comerciales e industriales, y lo que pagan los de outras naciones, que aunque tambien tienen deudas públicas considerables, son mas livianas por ser internas, efectuando la produccion y el movimiento general de los negocios con capitales propios.⁶⁰

Notamos, portanto, que o posicionamento crítico da RDHL diante da crise econômica, manifestado tanto por seu diretor quanto por colaboradores da publicação, não residia, apenas, em suas reservas com relação ao governo Roca, pois o *desgoverno* se fazia presente na Argentina devido aos vícios orgânicos existentes em seu sistema político.

3.6- Federalismo ou unitarismo?

Entre dezembro de 1898 e maio de 1901 o federalismo argentino foi um tema recorrente na publicação, por meio do qual buscava-se discutir as origens e soluções para a crise vivida pelo país. Manuel D. Pizarro, um jurista de Córdoba, enviou a Zeballos uma carta com o interessante título de *Vae Victis – carta sobre a morte da*

⁶⁰ PINTOS, Guillermo. “Gastos públicos enormes”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras: Buenos Aires, tomo VII*, 1900.

federação argentina, em resposta ao convite que este lhe fizera acerca de sua participação na publicação e que foi recusado, tendo por base dois motivos especiais: sua determinação já há tempos manifestada de manter-se alijado da política militante e de toda conversa e discussão deste gênero e, principalmente, por discordar de Zeballos acerca da existência do federalismo na Argentina.

No número inicial da RDHL, seu diretor havia afirmado que a República Federal Argentina era uma ficção, pois o unitarismo estaria presente nos fatos e se mostrava de forma predominante e expansiva, não representando uma crise passageira, mas uma situação permanente da política nacional. Tal argumento foi rechaçado por Pizarro (1898) que via na ideia de Zeballos uma visão metropolitana, refletida pelos interesses de Buenos Aires. Nesse sentido, entendia que o regime federativo era apenas garantido pela lei e não se conservava nos fatos e nem poderia ser notado na prática política – tal como fora sustentado por Zeballos –, apresentando uma tendência a desaparecer da própria lei, o que, para Pizarro, resultaria na solução para a crise do momento:

El mundo marcha, pues, a una gran concentración política por efecto de las ideas trascendentales y de los intereses materiales que de preferencia cultiva y desenvuelve; y no es extraño, así, que nuestra república, federativa en *la ley escrita*, sea por efecto de la misma causa, unitaria en *el hecho predominante y expansivo*.⁶¹

Para essa interpretação, a crise argentina não era uma questão institucional de caráter transitório que deveria ser discutida a partir de Buenos Aires ou das províncias, mas, sim, algo maior, que transcendia a política regional e, por isso, deveria ser tratada a partir de uma perspectiva argentina, refutando uma análise estreita e limitada:

⁶¹ *Idem*, p.228, grifo do autor.

No es, esta, una mera cuestión de libertad, de moral, de justicia, de ideas trascendentales, en fin, en que desaparecen las ideas secundarias de *federación y unitarismo*, en las cuales la REVISTA parece encerrar todo el problema de la crisis actual.⁶²

Pizarro apontou, ainda, que a época da federação havia passado e, o regime federativo estava morto e enterrado pelo efeito dos interesses materiais e das novas ideias que haviam se desenvolvido no país. Empenhar-se em reestabelecer o regime federativo da lei escrita contra a unidade institucional apresentada pela realidade efetiva de um unitarismo predominante e expansivo, parecia o mesmo que se empenhar em ressuscitar um morto; e declarava não estava disposto a fazê-lo. Defendia, portanto, a necessidade de uma reforma constitucional que regulamentasse o sistema unitário que se manifestava nos fatos⁶³.

Também Diego Davison saiu em defesa da implantação do unitarismo, medida que acreditava beneficiar as províncias e, conseqüentemente, toda a nação. Identificava a política como a ação ativa do cidadão que se ocupa da coisa pública, mas acreditava não haver coisa pública em um país que tinha seus interesses representados por partidos pessoais envolvidos em corrupção política e administrativa.

A crise da federação argentina foi enunciada, ainda, por Juan M. Garro (1899), quem advertia que, no final do século XIX, a Argentina se encontrava distante de uma era de ordem, liberdade e engrandecimento, sobretudo, devido à falta de um governo orgânico que encarnasse o sentimento nacional. A constituição federal estabelecia um governo representativo, republicano e federal, e no entanto, os governantes não expressavam a vontade popular – na verdade, ao menos durante a república oligárquica, não pretenderam expressá-la -, pois suprimiam o direito de sufrágio, havia falta de independência entre as esferas de poder e as províncias não gozavam de autonomia.

⁶² *Ibidem*, p. 228.

⁶³ A defesa do unitarismo pode ser melhor compreendida se considerarmos que Pizarro era chileno, país que adotava este sistema de governo.

Dado este contexto, Garro considerava que o sistema político adotado na Argentina constituía-se falho desde sua origem, uma vez que os mecanismos políticos que permitiam a manutenção de um determinado grupo no poder propiciavam uma sangrenta e grotesca paródia das instituições livres.

Todavia, Juan Garro buscou discutir o posicionamento político dos diferentes setores sociais acerca desta questão. De acordo com sua perspectiva, a opinião dos intelectuais argentinos dividia-se entre aqueles que duvidavam que a sociedade argentina fosse apta a um governo livre, defendendo a necessidade de intervenção por parte de um setor social ilustrado; outros defendiam a ideia de que o país se encaixa melhor num sistema unitário e que deveria adotá-lo, harmonizando a teoria à realidade, tal como havia proposto Manuel Pizarro. Esta discussão envolvia os círculos políticos e intelectuais, excluindo a maioria da população argentina de manifestar sua opinião, uma vez que lhe era negado o direito ao voto.

Contrariando a posição de Pizarro e Davison, Garro estabeleceu que a adoção do unitarismo não resolveria os problemas argentinos, pois, o funcionamento deste sistema de governo dependeria da liberdade de sufrágio e acrescenta que a Argentina era um país que possuía quatro milhões de habitantes, ilustrado, rico heroico e ativo, contudo, governado permanentemente fora de sua Carta Constitucional (Garro, *op. cit.*, p. 368).

[...] la existencia de verdaderos partidos políticos sin libertad electoral, es una gran utopía, y que pretender realizar el gobierno representativo republicano sin comicios libres y sin partidos orgánicos, es lo mismo que empeñarse en la cuadratura del círculo. Siendo así, para rehabilitar las patrias instituciones es forzoso devolver al pueblo aquella libertad y llamar a la vida a los partidos, que entonces recién serían lo que deben ser y contribuirían eficazmente al funcionamiento del régimen constitucional.⁶⁴

⁶⁴ *Ibidem*, p. 369.

Nesse sentido, a liberdade eleitoral era a grande obra do patriotismo argentino, peça fundamental para a reorganização dos partidos políticos. Devemos esclarecer que Juan Garro defendia o voto como um instrumento sagrado, o qual, portanto, deveria ser exercido de forma livre; contudo, em nenhum momento, exigiu a extensão do voto a toda a população argentina, o que fica evidente a partir da referência a países como Inglaterra, Alemanha, Áustria e Bélgica, tomados como exemplos de liberdade eleitoral com sufrágio reduzido.

Retribuindo a um convite da direção da revista, Ferrera Cortés (1899) manifestou-se a respeito do impasse político que se impunha àquela época. Zeballos o havia consultado a respeito da conveniência de se formar um partido unitário na Argentina e, assim, como Garro, atribuía a crise do país à falta de controle demonstrado pelo governo central e à desproporção entre a força política exercida pelo governo e pelo povo. Assinalava que de um total de 800 mil habitantes, apenas 30 mil deles eram eleitores, por conseguinte, se fosse estabelecido o unitarismo, a desproporção não desapareceria, passaria apenas a ser legalizada.

Para ele, a crise deveria ser pensada como um evento transitório, pois era social e manifestava-se em decorrência do grande contingente imigratório que derrubava as tradições nacionais e do governo ao investir em obras que representavam o progresso material, mas, por outro lado, não se preocupava com a disciplina moral. A transitoriedade da crise residia, por conseguinte, na transitoriedade vivida pela sociedade:

La población y la riqueza, a medida que se se argentinicen, irán mejorando de suyo la condición de los gobiernos. Engrandecidas las provincias sentirán crecer su autonomía, como da muestra de ello la provincia de Buenos Aires, que a pesar de los graves defectos de su régimen institucional, se desenvuelve con independencia del poder central.⁶⁵

⁶⁵ CORTÉS, A. Ferreira. “La crisis del sistema federal y las tendencias unitarias”. In: *Revista de*
94

Francisco Oliver⁶⁶, em um artigo de 1899 chamou a atenção para a necessidade de uma reforma institucional na província de Buenos Aires a qual, de acordo com ele, apresentava uma política “defeituosa e inadequada” para o livre funcionamento dos poderes para a manifestação do voto popular, a Constituição de 1873 havia sido inspirada no liberalismo francês e em um sistema de poder dependente das câmaras legislativas; na Argentina, entretanto, o que se notava eram partidos políticos formados por minorias, moldados em caráter pessoal, sem programas e sustentando como propósito, apenas o de adquirir posições de prestígio.

Estanislao Zeballos, assinalava o papel de Buenos Aires diante das demais províncias argentinas:

Buenos Aires, como la capital, son en efecto, los únicos distritos de la desnaturalizada federación, que pueden servir de base a la reacción administrativa y política, restableciendo el sistema federal sobre la base cívica del sufragio y de la independencia y dignidad del habitante, del elector y del localismo. Por su cultura, por su riqueza, por el número y el volumen de sus hombres de gobierno, por su enlace directo con todas las vías y con los mejores medios de contacto son la Civilización, Buenos Aires y la Capital, debieran ser, acaso serán mañana, la esperanza y la guía de la vida nacional.⁶⁷

Ao estabelecer que os governos locais – tais como o de Buenos Aires -,

Derecho, Historia y Letras: Buenos Aires, 1899, p. 527.

⁶⁶ OLIVER, Francisco J. “Reforma institucional de la provincia de Buenos Aires”. In: *Revista de Derecho, História y Letras*, tomo I, 1889.

⁶⁷ ZEBALLOS, E. “La crisis política de La Plata”. In: *Revista de Derecho, História y Letras*, tomo I, 1889, p. 559.

honestos, responsáveis e preparados poderiam contribuir com maior eficácia ao progresso nacional, Zeballos se inclui entre aqueles que, apesar de não haver tomado parte ativa nas lutas da província de Buenos Aires, encontrava-se intimamente vinculado a ela pelo anseio de vê-la liderar o movimento institucional argentino, bem como seu desenvolvimento material e industrial.

A cidade de La Plata, por sua vez, vivenciava uma crise que se refletia na perda de autonomia provincial atribuída, por Zeballos, a causas orgânicas. Bernardo de Irigoyen era apontado por ele como um político capaz de reverter tal situação por meio da reorganização de um partido político, o que resultaria na elevação e purificação do ambiente moral e político; deveria criar, portanto, um partido de governo capaz de agitar o localismo e promover eleições no âmbito legal, servindo de exemplo a toda a República Argentina. Outrossim, advertia que se os radicais não se mostrassem dispostos a apoiá-lo nesse governo, Irigoyen deveria abandoná-los, não como uma atitude egoísta, mas pelo bem da província (*Ibidem*, p. 669).

Uma crítica comum pronunciada por todos os intelectuais citados diz respeito à carência de caráter e ideais demonstrada pelos homens públicos argentinos, fato que acarretava a crise moral e, também, econômica, pois governos idôneos e de princípios não gastam mais que o necessário e nem exploram a população com a cobrança de pesados impostos.

Com a proximidade das eleições presidenciais, o tema do sufrágio voltou às páginas da *RDHL* em um tom ainda mais crítico que o pronunciado anteriormente. Em 1903, Alejandro Gancedo recorreu a uma matéria publicada meses antes no diário *La Nación*, a qual discorria a respeito da impossibilidade dos programas dos partidos políticos discutirem questões econômicas enquanto o sufrágio não se tornasse um fato real e positivo no país. Nesse sentido, Gancedo advertia que a Argentina vivia uma anarquia de ideias, pois os eleitores não votavam de forma consciente e, muito menos, independentes, como o caso das classes baixa que apenas entendiam o “sufrágio do pão”, porém tinham grande peso na escolha dos presidentes, deputados e legisladores provinciais:

El pueblo de la república lleva una vida angustiada por su mala situación económica que el pésimo sistema impositivo ha creado, no comprendida por los que no conocen lo que es necesidad extrema, hambre. La clase obrera y la clase média están pobres y aletargadas y no entienden de outro sufragio que el del pan ganado... a cualquier precio [...]⁶⁸

O desafio imposto à república era, então, o de criar um “eleitorado consciente” e contar com políticos que se colocassem a serviço dos interesses do povo e que fossem capazes, por exemplo, de aprovar não uma reforma constitucional, mas tributária, votando em favor da diminuição de seus próprios salários; isto é, a Argentina precisava de partidos políticos de princípios que defendessem a liberdade de sufrágio como a base de seu governo e não como um ideal distante de ser alcançado. De acordo com essa perspectiva, Gancedo afirmava, ainda, que a honradez administrativa, frequentemente enunciada pela oposição, tampouco poderia ser considerada um ideal, porque, acima de tudo, era um dever dos políticos de princípios manejar com honra o dinheiro público.

Neste ínterim, Gancedo sustentava que a nacionalização dos estrangeiros era uma poderosa força social que deveria ser integrada ao cenário político. Porém, defendia a imigração selecionada com vistas a privilegiar aqueles estrangeiros que possuísem um grau de cultura mais elevado, pois acreditava que, dessa forma, os imigrantes não se constituiriam em uma massa de analfabetos dispostos a atuar apenas como força mecânica de trabalho material a disseminar os elementos negativos do progresso intelectual da sociedade argentina (*Ibidem*, p. 541).

A política personalista praticada pelos partidos não buscava transformações sociais e econômicas profundas a fim de alterar significativamente a vida da maior parte da população, que se sentia enganada e buscava, por si própria, alijar-se de um processo político no qual não acreditava. Provavelmente, por isso, nenhum partido político

⁶⁸ GANCEDO, A. “Sufragio libre y partidos de principios”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1903, p. 532.

argentino, ao menos até o início do século XX, contou com amplo apoio popular. O Partido Nacional encaixa-se neste exemplo, pois defendia uma maior eficiência do progresso social quando associado ao aumento dos impostos, o que, nem sempre, era apresentado de forma clara à população, uma vez que estes eram embutidos nos preços dos produtos.

No entanto, Alejandro Gancedo sustentava que o Partido Republicano, do qual ele fazia parte, pretendia se posicionar no campo oposto ao PN, uma vez que propunha uma política de princípios e, portanto, deveria incorporar em sua bandeira a naturalização consciente e obrigatória dos estrangeiros:

En resumen, opino que o Partido Republicano debe hacer esta categórica declaración de principios: *luchará por el cambio de régimen tributario y la naturalización obligatoria de los extranjeros; sostendrá la igualdad relativa como base del impuesto; la implantación del impuesto a la renta, sin incidencia sobre el consumidor; y el abaratamiento de la vida de las clases proletarias.*⁶⁹

Diante da proximidade das eleições presidenciais, Estanislao Zeballos dedicou-se a realizar uma avaliação das propostas e posicionamentos políticos dos partidos argentinos. O Partido Republicano, liderado por Emílio Mitre, adquiria posição de destaque na campanha da época, provavelmente por propostas inovadoras como as defendidas por A. Gancedo, as quais demonstravam sua preocupação com grupos sociais que até então eram afastados das decisões políticas, mas, ao mesmo tempo, despertava a desconfiança e hostilidade de outros partidos que insistiam em associá-lo à imagem de Bartolomé Mitre, manchada pela política do acordo. O radicalismo era apontado pelo diretor da revista como uma poderosa força cívica desdenhada, porém temida, que demonstrava ao PR a mesma hostilidade que alimentava com relação ao

⁶⁹ *Idem*, p.542, grifos do autor.

PN.

Zeballos admitia que o cenário político argentino era representado por múltiplos partidos que se degeneravam em facções – pois havia dissidências internas - demonstrando sua “desorganização” e “indisciplina social”. O panorama político evidenciado no início do século XX era constituído da seguinte maneira: o partido predominante continuava a ser o Partido Nacional, cuja política era marcada pela atuação de um chefe pessoal que enfrentava a oposição, ainda incipiente, de partidos menores como os republicanos, radicais, autonomistas independentes, socialistas e católicos.

Zeballos não rendeu duras críticas ao partido da situação, provavelmente por sua própria história de homem público estar a ele ligada. O PN era lembrado por sua tradição patriótica, atuando desde a federalização de Buenos Aires – apontada como uma evolução necessária e madura -, pelo fomento à imigração e pela modernização, fatores que, segundo sua perspectiva, por si só já conferiam direitos para que se mantivesse no poder. Não obstante, reconheceu que o PN comprometia sua existência ao praticar excessos políticos e, até mesmo, erros capitais: como a humilhação das províncias, a ineficácia e o desprestígio do federalismo, a substituição da vontade popular pela do governante, o voto fraudulento e a imoralidade administrativa (Zeballos, 1904, p. 14). Diante desse quadro, a saída apontada para o PN era o de se reorganizar a partir de bases populares.

A nova presidência que iria se iniciar em outubro de 1904 teria missão de transformar a Argentina em uma nova República, tarefa que não seria fácil, pois deveria

restablecer el imperio del voto, atrayendo al pueblo a los comicios por medio de garantías sinceras y de castigos inexorables; depurar las administraciones indecentes que nos deshonoran, y obstaculizan el engrandecimiento nacional. (...) La nueva Presidencia, pues, no tiene sinó dos posibilidades: la Dictadura hipócrita o la transición. Pero la Dictadura es un peligro imaginario. Puede haber traviesos y cinicos en la política argentina; pero no hay temerarios, ni insensatos! El ciclo que destruye todas las influencias humanas, se cumple

fatalmente, como el de la revolución de los astros y el de las secas y de as inundaciones. (...) El reloj del tiempo pisa ya las horas funerarias de nuestras últimas dominaciones “providenciales”; y los comicios de abril, libres o viciados, darán la campanada final, convocando al Pueblo Argentino a salvar su futuro, fecundando la Presidencia de Transición, en nombre de la Constitución, del Patriotismo y de la Moral.⁷⁰

Estanislao Zeballos reconheceu a eleição de Manuel Quintana, em 1904, como chefe do executivo nacional, a partir do princípio de que não havia mais tempo para erros e, portanto, o novo presidente deveria acertar, para o bem do país (Zeballos, 1904, p. 151). Considerando-se os problemas políticos denunciados pelo diretor da *RDHL*, o governo Quintana era esperado como a solução para a crise moral e política, isto é, para a dissolução da máquina que havia sido montada pelo regime conservador e que estava em pleno funcionamento desde 1880. Todavia, conforme Rock, não cumpriu as expectativas. De fato, iniciou um duplo jogo. Anunciou uma política de não interferência nas províncias, mas estimulou as forças opositoras e foi prontamente atacado pelos governadores e pelo congresso. Os governadores, em particular, fizeram uma demonstração de força: diante das intenções de Quintana de lançar movimentos opositores em suas províncias, os governadores ameaçaram um levante com as milícias locais. Para tentar vencer os governadores, aliou-se a Pellegrini no final de 1905, mas obteve pouco êxito. Pouco tempo depois ficou gravemente enfermo e faleceu em 1906, ano em que também morreram Bartolomé Mitre, Bernardo de Irigoyen e Pellegrini, outras três figuras de renome na política argentina, aos quais a *RDHL* se dedicou a prestar homenagens (Rock, *op. cit.*, pp. 296-297).

Rock argumenta que, em 1906, ao assumir a presidência, Figueroa Alcorta parecia sucumbir à influência de Roca, provavelmente pelo fato de sua vida política ter se desenvolvido com proximidade ao roquismo. Naquele mesmo ano, a *RDHL* noticiava a reorganização do Partido Radical como o grande acontecimento do período. Zeballos, então ministro das Relações Exteriores, era quem assinava o artigo que

⁷⁰ ZEBALLOS, E. “Presidencia de transición. La cuestión política argentina examinada en alta mar”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1904, p. 18.

destacava o ressurgimento do radicalismo a partir de elementos juvenis, num ambiente de legalidade, exercendo apenas influências saudáveis diante do declínio do civismo e do predomínio sórdido dos interesses privados.

A pressão a favor da reforma eleitoral havia aumentado em decorrência de uma breve revolta dos radicais articulada por Irigoyen, no início de 1905, servindo como um alerta sobre a relação à insatisfação com o status quo, configurando-se em uma ameaça à estabilidade política. Para Rock (*op. cit.*, p. 277), o movimento persuadiu Figueroa Alcorta a apoiar a reforma eleitoral e estimulou Pellegrini e Sáenz Peña a reforçar a pressão em favor de uma mudança política.

A partir disso, sustentamos a hipótese de que Figueroa Alcorta tinha plena consciência da ameaça representada pelos radicais e do que estes pretendiam e, por isso, assumiu uma posição reformista, tal como Zeballos que, devido à sua vinculação ao governo, fez da *RDHL* uma tribuna para afastar uma possível intervenção dos radicais junto ao governo argentino. O presidente enfrentou a oposição do congresso, dos governadores e dos roquistas, que o haviam apoiado, mas conseguiu manter-se no poder com base no suporte proporcionado pelas facções reformistas, especialmente da UCR.

A reforma preconizava a realização de eleições livres e honestas, a representação das minorias no Congresso e partidos políticos organizados e dotados de apoio popular. Entretanto, é salutar que o movimento reformista concentrava-se em proteger os interesses das elites ao mesmo tempo que proporcionava meios de representação política a seus opositores e não deve ser interpretado a partir de permitir o acesso do povo ao poder.

Zeballos não apenas apoiou a reforma, como também seguiu Figueroa Alcorta na eleição de Roque Sáenz Peña à presidência em 1910. O pacote de reformas proposto por esse novo governo obteve a aprovação do Congresso, tendo seu ponto culminante com a promulgação da Lei Sáenz Peña⁷¹, em 1912, que, de forma inesperada, permitiu a chegada do radicalismo ao poder.

No número da *RDHL* apresentado no mês de outubro de 1916, E. Zeballos

⁷¹ Essa lei tornava o voto obrigatório e secreto, sancionando penas previstas no código militar àqueles que não se registrassem para votar.

dedicou um artigo especialmente à chegada da União Cívica Radical ao poder, fato caracterizado por ele como uma profunda e transcendental evolução cívica”, uma vez que o poder passaria a um partido que utilizava as urnas como sua arma de luta. A vitória dos radicais foi assinalada a partir da falta de unidade entre os demais partidos políticos, justificada por Zeballos da seguinte forma:

No hago la observación en son de crítica a los vencedores, sino con propósito más elevado, de patriotismo, al de determinar la delicada situación política que crean y la profunda gravedad de las responsabilidades que asumen. No hay dos hombres patriotas y clarovidentes en el país que no piensen como yo en esse sentido: es necesario que el Partido Radical acierte, porque la República no se encuentra en condiciones de sufrir nuevas perturbaciones políticas, que reflejarían inmediatamente su acción funesta sobre las ya hondas complicaciones económicas y financieras.⁷²

Ademais, acrescentou que os partidos de oposição não deveriam criar dificuldades ao novo regime, pois uma oposição exagerada poderia significar um retrocesso nacional. Nesse sentido, a fim de regular a vida política que se apresentava descarrilhada, sugeriu a instauração de um gabinete de governo composto apenas por radicais e concluiu apresentando a presidência de Hipólito Yrigoyen como resultado de uma longa revolução patriótica envolvida na luta política havia 36 anos, ou seja, desde a constituição do Estado nacional.

O espaço dedicado ao radicalismo na publicação de Zeballos merece especial atenção, pois nos fornece elementos que permitem a compreensão dos limites impostos à reforma eleitoral na Argentina do início do século XX.

De dentro da Unión Cívica de la Juventud, eixo embrionário do radicalismo, emergiu Juan Bautista Justo, quem se opôs à tentativa de golpe orquestrada por esse

⁷² ZEBALLOS, E. “Gobierno Radical”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1916, p. 274.

grupo com o apoio militar, em 1890. Discordâncias de método, de programa, de organização e de orientação de classe contribuíram para que Justo se afastasse da União Cívica, orientando seu ativismo político ao ambiente proletário e à militância socialista.

A difusão do socialismo na Argentina esteve ligada ao impacto causado pela imigração massiva de europeus, principalmente italianos, e disputava com o anarquismo a adesão ideológica dos trabalhadores mais combativos, tal como ocorria na Europa. O periódico *La Vanguardia*, fundado por Justo em 1894, constituiu-se no núcleo a partir do qual foram firmadas as bases do Partido Socialista, surgido na Argentina dois anos depois; além de fundador, Juan Justo foi, também, a principal liderança política e ideológica durante toda a existência do partido.

Tanto o surgimento do Partido Socialista quanto da União Cívica Radical, encontram seus marcos fundadores na contradição estrutural subjacente ao período. Buscando se opor ao personalismo que caracterizava a política do país, ambos apresentavam-se como partidos orgânicos, movidos por um programa e não por interesses pessoais, assumindo a função de renovação política. Entretanto, elegeram abordagens distintas, pois enquanto a UCR assumiu praticava a abstenção eleitoral, o PS participava dos pleitos, mesmo denunciando-os como fraudulentos. Suas bases de apoio também eram diversificadas: a UCR gravitava entre as classes médias urbanas e os grandes proprietários de terra, já o PS dialogava com o proletariado que crescia cada vez mais no país.

Os radicais expressavam, durante a república conservadora, uma crítica moralizadora do sistema político vigente, mas sem avançar rumo a um programa social e econômico concreto. Não obstante, os programas socialistas apresentavam uma estrutura coerente focada em propostas concretas que englobavam desde reivindicações trabalhistas a políticas econômicas, sociais e culturais. Ou seja, enquanto os primeiros se identificavam com os interesses “da nação”, os últimos assumiam a posição de defensores dos interesses das classes trabalhadoras.

O primeiro decênio do século XX foi marcado pela ascensão do protesto social influenciado, em grande medida, pelas ideias anarquistas. Organizavam-se as primeiras centrais sindicais encarnadas pela FOA – *Federación Obrera Argentina*, de 1901 –, de orientação anarquista e pela UGT – *Unión General de Trabajadores*, de 1903 –, sob

influência socialista. Diferentemente dos anarquistas, os discípulos de Justo mostravam-se relutantes em aderir ao confronto como método de reivindicação social e apresentavam ressalvas com relação à greve, o que contribuiu para um predomínio do anarquismo no interior dos sindicatos argentinos.

O governo argentino, por sua vez, mostrava-se intolerante com relação ao protesto social, o que, segundo Botana (*op. cit.*) encontrava correspondência política em um sistema eleitoral caracterizado por restrições censitárias, manipulação clientelista do eleitorado, mecanismos de sanção dos candidatos, além da fraude eleitoral.

Os socialistas argentinos elegeram, em 1904, Alfredo Palácios como o primeiro deputado socialista nas Américas e, nesse ínterim, o periódico *La Vanguardia* passou a ser vendido nas ruas com tiragens diárias, o que engrossou as fileiras do partido.

A reforma eleitoral, portanto, apresentou-se como um duplo processo, pois, ao mesmo tempo que acenava na direção de uma abertura política ao ampliar o número de eleitores, também impunha constrangimentos à participação política, os quais se manifestavam, por exemplo, por meio da proibição do voto aos estrangeiros. Dessa forma, produziu-se uma tímida renovação nos quadros políticos que visou responder aos anseios de mudanças ecoados pelos radicais, sem alterar as estruturas vigentes.

A *RDHL* ecoava os ideais reformistas e a UCR, dado o caráter conservador expresso desde sua gênese, encontrou acolhida em suas páginas; o socialismo, no entanto, encontrava-se atrelado ao movimento operário baseado no apoio das baixas camadas e, por isso, refletia valores e intenções opostas às da UCR e do próprio movimento reformista. Nesse sentido, interpretamos o triunfo radical como um reflexo da derrota das forças sociais que militaram, no início do século XX, para que a abertura política fosse associada à democratização social, as quais encontraram no Partido Socialista seu principal portador.

4- NACIONALIZAÇÃO DOS ESTRANGEIROS E POLÍTICA EDUCACIONAL

A definição da nacionalidade argentina, especialmente após a consolidação do Estado nacional, em 1880, transformou-se numa questão imperativa para a elite política e intelectual. Na *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)* fica bastante evidente a necessidade não apenas de discutir a questão, mas, também, de apontar soluções que acenassem no sentido de contribuir para uma definição acerca daquele que era considerado o maior entrave à construção da identidade nacional argentina: a imigração massiva. Neste capítulo, buscaremos discutir o empenho da intelectualidade argentina

em construir a almejada nação diante do grande afluxo de estrangeiros e quais os instrumentos por ela utilizados, sua implicação na política nacional e a repercussão que encontrou nas páginas da *RDHL*.

Com a consolidação do Estado nacional, novas questões se apresentavam como preocupações à elite política e intelectual que incumbiu a si própria a tarefa de aliar o desenvolvimento do país à construção de uma nacionalidade que o representasse. Portanto, a partir da primeira administração de Roca⁷³, a Argentina integrava sua economia ao mercado externo com uma volumosa produção de cereais e carne que tinha como destino o mercado consumidor europeu. A Campanha do Deserto (1879) já havia afastado a hostilidade indígena e permitido a integração de terras das fronteiras à produção agropecuária; outrossim, levou à escassez de mão de obra e à necessidade da cooptação de novos braços para moverem a economia do país, questão solucionada pelo fomento do Estado à imigração massiva de europeus, consolidando a inserção da Argentina nos moldes capitalistas vigentes.

O impacto imigratório ultramarino e o processo modernizador integram o conjunto de fatores que devem ser considerados quando se examinam as alternativas vinculadas ao processo conformador do capitalismo argentino e, por isso, os estudos sobre a imigração são imprescindíveis para identificar e compreender os sujeitos sociais que protagonizaram esse processo.

4.1 – Imigrantes desejados e o desenvolvimento econômico

As duas últimas décadas do século XIX foram decisivas para o fluxo migratório europeu devido a fatores como a substituição total da vela pela energia a vapor nos

⁷³

Roca promoveu a unificação da moeda, a consolidação do exército nacional e, a partir da lei de territórios nacionais fortaleceu o Estado, buscando apresentar a imagem de um país mais sólido e confiável economicamente.

navios de passageiros que atravessavam o Atlântico, a instalação, em 1866, do primeiro cabo telegráfico transatlântico, assim como a conclusão do primeiro conjunto de ligações ferroviárias, por volta de 1870, em vários países europeus e americanos, criaram um meio de transporte e de comunicação infinitamente mais rápido e mais barato entre a Europa e a América (Klein, 2000, p. 23). Nesse sentido, tornava-se possível estabelecer conexões entre os dois continentes, o que facilitava a divulgação de informações sobre as condições de emprego, as quais ficavam prontamente disponíveis em poucas semanas, nos principais países europeus de emigração.

O período posterior a 1880 marcou, ainda, uma mudança na origem dos europeus que imigravam para o Novo Mundo, com o predomínio de pessoas no Sul e do Leste europeu, num fluxo de cerca de 31 milhões de imigrantes que cruzavam o atlântico entre 1881 e 1915, segundo dados apresentados por Klein (*idem*, p. 24). Este foi o momento da imigração massiva de italianos pobres, mas, também, de poloneses, russos e numerosos grupos de cristãos do Império Otomano e de gregos, representando a chamada imigração tradicional, isto é, jovens adultos do sexo masculino que buscavam um emprego, fosse permanente ou temporário, no país que os recebera, mantendo a ideia de acumular capitais que lhes permitisse desfrutar de uma vida melhor em seu país de origem ou, simplesmente, “fazer a América”.

No imaginário da elite política e intelectual, incumbida de construir a nação argentina moderna, a instalação de estradas de ferro inglesas e a atração de imigrantes eram pré-requisitos para pôr em marcha o progresso e transformar as bases socioculturais do país. Entendemos, portanto, que o projeto pró-imigração não foi gestado a partir do passado colonial, mas contra este, uma vez que, desde seu início, estava apoiado na ideia de transformar a herança *criolla* e hispânica, conforme difundido por Juan Bautista Alberdi.

Na obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*⁷⁴, Alberdi defendia a máxima “governar é povoar”, plasmada no artigo 25 da Constituição nacional de 1853, ressaltando a obrigação do Estado em fomentar a imigração, especialmente a de caráter agrícola, destinada a ampliar a produção de cereais no país. A ferramenta legal que sistematizou a política imigratória foi a Lei nº

⁷⁴ Publicado em 1852, este livro serviu de base para a Constituição da República Argentina, de 1853.

817 de Imigração e Colonização, aprovada em 1816, também conhecida como “Lei Avellaneda”, a qual foi reforçada pela Lei da Província de Buenos Aires, em 1877, com vistas a criar centros agrícolas no país.

Medrano (2005, p. 91), destacou a atuação do governo argentino nos assuntos relacionados à imigração esclarecendo que a constituição de 1853 correspondeu a um marco inicial na política imigratória ao concretizar os anseios da elite que acreditava nas vantagens da imigração europeia e, a sanção da Lei de Imigração e Colonização de 1876, ao regulamentar a imigração para a Argentina, buscava resolver os conflitos gerados com os criadores de gado pela atuação do governo na distribuição de terras e na organização das colônias. Criou-se, então, o Departamento Geral de Imigração sob dependência imediata do Ministério do Interior, com a função de fomentar e preservar a imigração, além de oferecer condições propícias à fixação dos estrangeiros no novo país. Cabia, ainda, ao governo argentino, a responsabilidade de escolher os territórios destinados à colonização a fim de que se evitasse a concentração de imigrantes nas zonas litorâneas.

De acordo com o artigo 12 da “Lei Avellaneda”, o imigrante era definido como aquele estrangeiro, diarista, artesão, industrial e professor que, sendo menor de 60 anos e comprovando sua moralidade e aptidões, chegaria à República Argentina, em barcos a vela ou a vapor, pagando passagem de segunda ou terceira classe ou com passagem paga por conta da Nação, das províncias, ou de empresas particulares protetoras da imigração ou colonização, com a finalidade de ali se estabelecer.

Durante o governo de Juarez Celman houve a promoção da venda de passagens subsidiadas e a multiplicação das agências de informação e propaganda nas capitais do norte da Europa com o objetivo de atrair imigrantes dessa região e manter o equilíbrio em relação ao grande contingente de italianos que chegava a 64% do total de imigrantes. De acordo com Cibotti (2000, p. 368), a Lei de Imigração e Colonização, entretanto, não garantiu o acesso à propriedade a muitos dos recém-chegados, o que contribuiu para a concentração de boa parte da massa imigratória no litoral onde se incorporaram, em grande medida, à emergente classe operária.

Herbert Klein, ao discutir a migração internacional para o continente americano, aponta que o movimento de jovens trabalhadores do sexo masculino foi o padrão

dominante no fluxo recebido após 1880, mas que é possível perceber algumas variações importantes, como o caso do Brasil, que incentivava a imigração de famílias em detrimento daquela composta por trabalhadores solteiros do sexo masculino, devido à natureza dos contratos de trabalho nas lavouras de café (KLEIN, *op. cit.*, p. 25).

Os anos entre 1870 e 1914⁷⁵ foram o período de maior entrada de estrangeiros no continente americano, com destaque para a Argentina, país que recebeu a imigração em massa como nenhum outro do planeta, mudando suas estruturas e seus habitantes. Devoto assinala que, em 1914, data do Terceiro Censo Nacional, 30% da população argentina era de estrangeiros, mais ou menos o dobro do percentual dos Estados Unidos em 1910, o que significava que, entre os homens adultos das cidades do litoral, essa proporção subia para 60% ou 70% (DEVOTO, 2000, p. 33).

Na segunda metade do século XIX, era notório o predomínio de italianos nos contingentes imigratórios para a Argentina, representavam a metade ou dois terços do total de imigrantes e sua proporção só veio a diminuir no início do século seguinte, com o crescimento dos fluxos de espanhóis nessa direção (BERNASCONI, 2000, p. 62). Contudo, a origem do fluxo imigratório foi diversificada e, atrás de italianos e espanhóis apareciam, naquele momento, outros grupos como os russos - chamados de exóticos por Juan Alsina⁷⁶, antigo diretor de imigração. Devoto (*op. cit.*, p. 46) destaca que este tipo imigrante atingiu um número anual de entradas que oscilava entre dez e vinte mil a partir de meados da primeira década do século XX e que a noção de imigração expressa por Alsina repousava numa distinção entre migrações preferíveis, neutras e não-desejáveis. Predominava, portanto, no pensamento de Alsina, a ideia de raças compatíveis, priorizando a imigração de latinos, sobretudo os italianos, do norte.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, outros grupos imigratórios como os britânicos que, conforme assegurado por Bailey; Seilbert (1979), sobressaíam na região mais por sua importância financeira e moral que por sua quantidade. Esta perspectiva aponta para a ascensão de posição social que muitos desses imigrantes desfrutaram no novo país, com atenção especial aos irlandeses, que eram vistos na Argentina como

⁷⁵ A historiografia argentina caracteriza o período correspondente à grande imigração, compreendido entre os anos de 1870 e 1914 como aluvional.

⁷⁶ As impressões de Alsina acerca dos diferentes tipos imigratórios recebidos pelo país estão expressas na obra *La inmigración en el primer siglo de la independencia*, publicado em 1910.

representantes de um Império, tinham papel de destaque na comunidade e eram considerados cavaleiros, tiveram a oportunidade de adquirir terras e de se casarem com membro da aristocracia local. Além desses, devemos atentar para a presença francesa, apesar do pequeno destaque encontrado na historiografia sobre o período⁷⁷ e também, judia, sendo que esta última deve ser compreendida para além dos aspectos econômicos, uma vez que estava inserida na possibilidade deste grupo reproduzir sua identidade étnica, isto é, continuar a viver como judeus, num país cuja legislação garantia um certo clima de tolerância (TOLCACHIER; KLICH, 2000, p. 156).

A baixa densidade populacional e as terras agricultáveis transformaram a Argentina num país ideal para receber migrantes estrangeiros. Klein (*op. cit.*) estima que 26 mil imigrantes chegaram ao país nos últimos anos da década de 1850, mas que por volta de 1880, esse número chegou a cerca 440 mil europeus, causando um grande impacto no crescimento populacional⁷⁸. No caso argentino, a chegada de estrangeiros teve efeitos contundentes, pois o país passou de uma população que não chegava a dois milhões de habitantes em 1869, para o quádruplo deste índice em 1914 e, no final da década de 1920 já alcançava os 11,6 milhões entre nativos e imigrantes.

Durante a década de 1880 uma elevada porcentagem de imigrantes declarava ser agricultora ao ingressar no país. Porém, no caso específico dos italianos, sua maioria não pertencia ao estrato dos camponeses mais pobres porque emigrar era um empreendimento que exigia um investimento inicial e, em função do qual, podia-se vender um pequeno terreno ou adiantar uma herança; nesse sentido, agricultores, diaristas e trabalhadores braçais eram as categorias mais numerosas dentre os imigrantes italianos. Alicia Bernasconi atenta para o fato de que a difundida crença de que muitos se declaravam agricultores mesmo não o sendo, simplesmente para cumprir a exigência do governo argentino não se sustenta com base na documentação real de ingresso dos viajantes destacando que a profissão *contadino*, isto é, agricultor, já vinha impressa em alguns formulários confeccionados em Nápoles, devendo ser considerada mais como um sinal de preguiça administrativa do que como tentativa de enganar a

⁷⁷ Para um estudo acerca dos poucos estudos sobre essa questão ver: OTERO, Hernán. “A imigração francesa na Argentina: uma história aberta”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 127-152.

⁷⁸ O autor ressalta que Argentina e Canadá foram os países americanos que mais se destacaram em relação ao peso relativo da população nascida fora do país.

autoridade de imigração e acabava, geralmente, sendo corrigida em Gênova, quando as listas de Nápoles eram transcritas a uma lista geral (BERNASCONI, *op. cit.*, p. 68).

Os espanhóis também se constituíram num grupo imigratório importante, transformando a Argentina no principal país receptor dessa imigração no continente, pois devido à chegada de dois milhões deles e o assentamento definitivo de 60% desse total, o país passou a concentrar, nas primeiras décadas do século XX, a metade da população de emigrantes de origem espanhola que cruzara o Atlântico em direção às costas americanas, uma estatística não superada por nenhum outro destino da emigração ultramarina peninsular (SILBERSTEIN, 2000, p. 93). Não obstante, é importante destacarmos que a chegada de imigrantes espanhóis ao Rio da Prata foi muito anterior à oferta de terras e à expansão econômica experimentada pela Argentina a partir do final do século XIX. Esta região se constituiu num espaço de recepção e de circulação de população espanhola desde a primeira viagem transatlântica de colonos, funcionários, militares e comerciantes, concretizada já na expansão colonial.

A crise de 1890 levou a uma modificação na política imigratória a partir da interrupção das passagens subsidiadas e da revalorização do esforço das famílias de agricultores que haviam chegado por seus próprios meios e estavam radicados de forma efetiva. Contudo, essa experiência teve curta duração, pois a grande expansão da agricultura local não respondeu às expectativas com relação ao acesso à propriedade de terra, tal como prometia a Lei de imigração de 1876. Por outro lado, a dinâmica econômica havia gerado melhores possibilidades nas cidades, contribuindo para que, nas primeiras décadas do século XX, o ingresso de imigrantes que declaravam ofícios próprios de trabalhos urbanos aumentou, assim como o número de jornaleiros e daqueles que se definiam como “sem ocupação determinada”(CIBOTTI, *op. cit.*, p. 369).

No tocante à imigração espanhola, por exemplo, podemos considerar que a suspensão do sistema de passagens subsidiadas, o retorno aos quadros tradicionais das políticas migratórias do Rio da Prata – sem a intervenção estatal no incentivo às entradas transcontinentais – e a crise financeira de 1890 frearam a corrente maciça nos últimos anos de 1880, pesando sobre a diminuição de novos ingressos. Contudo, nos primeiros anos do século XX, momento em que a Argentina já havia ampliado suas

bases de atração, iniciou-se um novo ciclo imigratório para o país. De acordo com Silberstein (*op. cit.*, p. 106), a queda das tarifas do transporte reduziu os custos da viagem, contribuindo para a ampliação de acesso ao mercado platino de uma maior proporção de imigrantes de duas formas: melhorando a relação entre custo e benefício do traslado e dando maior espaço a figuras de caráter temporário em modalidades sazonais.

Com relação à distribuição geográfica e ocupacional, apesar das preferências governamentais pelos agricultores, os imigrantes tenderam a concentrar-se nas cidades, sobretudo em Buenos Aires

Após o fracasso da política de subsídios, alguns imigrantes passaram a pagar suas passagens, outros possuíam um contrato de trabalho assinado em seu país de origem para se dirigirem a estabelecimentos rurais do interior e, em muitos casos, havia pessoas comissionadas que organizavam em seus países de origem a emigração de grupos familiares. Poucos, entretanto, responderam ao chamado de amigos e parentes residentes na Argentina e que integravam uma rede de relações sociais primárias e os sustentavam em sua chegada. Os que imigraram em cadeia mantiveram laços mais constantes com sua comunidade de origem e estabeleceram, no novo país, redes de sociabilidade cultural entre grupos familiares consolidados por meio do casamento entre seus membros; realidade que diferia da imigração espontânea de homens, mulheres ou inclusive de famílias que imigraram sozinhas, pois ao cortar os vínculos primários anteriores à imigração, não restou outra forma de se integrar à nova sociedade e, por isso, os casamentos exogâmicos se mostraram como alternativa a essa situação. (CIBOTTI, *op. cit.* p. 373).

Todavia, a euforia vivida pela sociedade argentina com relação ao fenômeno imigratório logo se converteu em uma dupla problemática, uma vez que eram necessários ao desenvolvimento econômico do país, mas, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem política instaurada. Segundo Halperín-Donghi (1998, p. 211), já no final do século XIX se ouvia o argumento que ganharia força no início do XX, de que os estrangeiros seriam os responsáveis por introduzir a noção de luta de classes em um país que a ignorava pois não a achava necessária, uma vez que se tratava de uma sociedade que oferecia igualdade de oportunidades.

Na década de 1880, a grande corrente imigratória contribuiu para a formação de uma sociedade composta por elementos distintos, interpretada como uma ameaça aos olhos da elite argentina, principalmente por considerar o papel fundamental que o estrangeiro deveria desempenhar para a realização do projeto nacional definindo, portanto, que sua fixação na sociedade argentina deveria ocorrer dentro de limites estritamente fixados. Cornblit (1967, p. 07) ressalta que a elite de 1880 concebia aquele momento a partir do desenvolvimento acelerado promovido por uma minoria ilustrada no qual as grandes massas *criollas* ou nativas deveriam ser inseridas com o mínimo possível de opiniões sobre as decisões econômicas e políticas, evidenciando a hipótese de que as leis de regulamentação da imigração deveriam funcionar como um instrumento de controle da massa imigratória⁷⁹.

Os imigrantes eram, contudo, atores de diferentes processos e protagonistas de ao menos duas histórias simultâneas. Não eram apenas mão de obra vital para uma economia em expansão, estrangeiros a se incorporar a uma sociedade com diferentes graus de integração e conflito, potenciais cidadãos de um sistema político em transformação e integrantes de uma nação em formação, mas, além disso, eram membros de outras nações distintas, também em formação e, por isso, requeridos pelos Estados nacionais de origem, os quais zelavam por sua população (Bertoni, *op. cit.*, p. 182). Outrossim, no final do século XIX as nações mais poderosas buscavam se afirmar como potências e a Argentina constituía-se numa nação nova, ainda em processo de formação, o que contribuía para que sua elite política e intelectual se sentisse ameaçada diante das mudanças sociais que se operavam no período de imigração aluvional.

O fenômeno imigratório representou, portanto, uma dicotomia no imaginário das elites argentinas. Svampa (*op. cit.*, p.73) destaca que já no final do século XIX podiam ser percebidos distintos aspectos de um mesmo processo, os quais caracterizavam tanto o trânsito como a sobreposição de duas visões distintas do imigrante: a de classe trabalhadora, elemento vital para o progresso do país, mas que começava a se converter numa classe perigosa, ameaçando a ordem instaurada pela elite. Nesse sentido, diferentemente do que ocorrera com a geração de Alberdi e Sarmiento, os intelectuais

⁷⁹

Os imigrantes desenvolveram uma intensa vida associativa, formando coletividades que gravitavam em torno das sociedades de ajuda mútua, clubes, instituições recreativas, hospitais, escolas e, também da imprensa.

do final do século XIX buscavam no imigrante exclusivamente braços para trabalhar e não sujeitos políticos. Para a autora, na maior parte das vezes em que o tema da imigração surgiu, naquele período, esteve associado ao crescimento econômico e suas cifras apareciam junto às estatísticas anuais de extensão das linhas férreas e do aumento da exportação de carnes e cereais e, por isso, fundamenta que o único objetivo do fomento à imigração consistia em satisfazer a demanda de mão de obra.

Embora concordemos com as visões expressas por Cornblit e Svampa no que diz respeito à importância atribuída pela classe dirigente ao trabalho desempenhado pelo imigrante europeu e sua participação no desenvolvimento da economia argentina, entendemos que os intelectuais do final do século XIX não viam o elemento estrangeiro apenas como mão de obra produtora de riquezas – apesar de também terem considerado este aspecto –, considerando-o como um elemento portador de progresso e modernidade para o país que se configurava. Nesse sentido, os imigrantes constituíam-se em fontes de virtudes cívicas e deveriam contribuir para a produção dos ideais necessários à legitimação da nacionalidade argentina, pois, uma vez nacionalizado e *acriollado*, o imigrante se moldaria às ideias e sentimentos nacionais, melhorando-os.

A prosperidade econômica criava demanda cada vez maior de novos contingentes migratórios, aos quais eram oferecidas novas formas de inserção social. Contudo, a alteração da velha ordem social, em especial a ascensão e as novas fortunas, geraram tensões entre a elite política local e os estrangeiros que, já nesse período, davam mostras de que não tinham a intenção de se naturalizar, o que era entendido pelos dirigentes do país como uma recusa daqueles em integrar-se plenamente ao país. À medida que a economia crescia e se diversificava aumentavam, também, as contradições entre o capital e o trabalho, pois, de acordo com Beired (1984, p. 11), os imigrantes que chegaram à Argentina nesse período contribuíram para que o operário tivesse contato com o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário, ideologias que encontravam na Argentina condições objetivas para sua existência.

Neste cenário passaram a surgir questionamentos a respeito do fomento indiscriminado da imigração e da necessidade de selecionar ou, até mesmo, rechaçar a alguns estrangeiros, atitude discordante com o projeto idealizado anteriormente, o qual descrevia a Argentina como um país aberto a todos os homens de boa vontade que

quisessem habitar seu solo, tal como descrito na Constituição de 1853. Portanto, a tensão estabelecida no final do século XIX entre a elite argentina e a massa de estrangeiros evidenciava o surgimento de incertezas sobre os rumos empreendidos a partir da organização nacional e gerava dúvidas acerca dos moldes adotados para a configuração da sociedade e da própria identidade nacional.

No período em questão era evidente a fragilidade da concepção hegemônica da nação, liberal e cosmopolita, expressa pela Constituição Nacional e por leis fundamentais como a de cidadania, de 1869 e de imigração, de 1876. Essas leis correspondiam a uma ideia de nação entendida como corpo político baseado no contrato, de incorporação voluntária, que garantia amplas liberdades aos estrangeiros e oferecia tolerância para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e culturais. Essa concepção se relacionava à experiência de imigração espontânea de pequenos grupos, considerados como os elementos de civilização que permitiriam o progresso e a transformação do país (Bertoni, *op. cit.*, p. 166).

Os intelectuais do final do século XIX demonstravam grande preocupação com a sociedade civil, principalmente no tocante à imigração, às multidões e, também, à questão social em suas diferentes manifestações e pretendiam, a partir da afirmação da identidade nacional, resolver os problemas sociais e políticos da Argentina (BRUNO, 2011). Esta perspectiva era defendida por homens como Estanislao Zeballos, Joaquín V. González, Leopoldo Lugones, Manuel Gálvez e Ricardo Rojas que, naquele momento se mostravam envolvidos com o projeto nacional.

Na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a imigração representou um assunto de importante repercussão, uma vez que evidenciava as atitudes do governo argentino e a direção para qual caminhava não apenas a política, mas a organização da sociedade e a construção da identidade nacional de um país que havia passado de um “deserto” para um “mar de multidões”.

Sem dúvidas, o fator emblemático recaía sobre a sensação de desagregação social. A debilidade dos traços que compunham o caráter nacional argentino ganhavam destaque a partir das tentativas dos estrangeiros de construir, a partir de vastos e crescentes conjuntos imigratórios, outras identidades coletivas. Diante disso, a elite argentina via a rápida transformação da sociedade como a dissolução do nacional,

sobretudo porque se observou em alguns grupos de estrangeiros a aparição de novas práticas culturais, destinadas a conservar os traços nacionais de origem como a língua, a tradição ou a história e a fomentar os laços afetivos de adesão às velhas pátrias como parte do movimento de afirmação da nação que se desenvolvia em seu país de origem (BERTONI, *op. cit.*, p. 183).

Podemos afirmar, portanto, que no final do século XIX o governo argentino adotou medidas que buscavam, ao mesmo tempo, construir a idealizada nacionalidade e minar quaisquer possibilidades de formação de outras identidades diferentes daquela que buscava legitimar. Contudo, partindo de uma perspectiva econômica ainda havia a necessidade de braços para o trabalho e, dessa forma, as portas do país continuariam abertas aos imigrantes e seriam dissipados os temores suscitados pelos potenciais requerimentos de seus Estados de origem.

4.2 – *La región del trigo*: literatura de viagem e ação política.

Estanislao Zeballos discutiu amplamente a imigração para a Argentina nas páginas da *RDHL*, especialmente entre os anos de 1900 e 1912, momento em que esse fenômeno passou a ser interpretado pela elite dirigente como uma fonte de problemas. Para que possamos compreender as raízes desta questão, julgamos importante destacar que, no final do século XIX, sobretudo na década de 1880, tanto o Estado quanto a elite intelectual argentina atuavam no sentido de estimular a imigração para o país, o que buscaremos demonstrar a partir de uma breve análise da obra *La región del trigo*, de Estanislao Zeballos, publicada em 1883.

Enquanto funcionário do regime oligárquico e com o sentido de apoiar a aliança roquista, Zeballos organizou a obra *Descripción amena de la República Argentina*⁸⁰,

⁸⁰ O vasto projeto da *Descripción amena de la República Argentina* tinha o propósito específico de comunicar os fundamentos e conquistas do projeto modernizador combinando a divulgação à

apresentada em três tomos, publicados no decorrer da década de 1880. No primeiro deles, *Viaje al país de los araucanos* (1880), narrou o avanço do progresso como um observador descritivo que, a partir da força das armas incorporou a terra, a natureza e a paisagem, apresentando ao leitor todas as características do deserto conquistado; no segundo, *La Rejión del Trigo* (1883), destacou a evolução agrícola das colônias de Santa Fé, publicando-o previamente à sua candidatura como deputado pela referida província. Nesse mesmo sentido, com o fim de ser escolhido para ocupar a presidência da Sociedade Rural Argentina, pulicou *Através de las cabañas* (1887), volume centrado na análise da produção de lã e na criação de ovelhas. Seguindo a perspectiva iniciada no primeiro volume, os outros dois apresentam um deserto já transformado. Para Fernando Navarro (2011, p.26), Zeballos utilizou tais textos para cristalizar distintos propósitos e diferentes perfis pessoais ao assumir diferentes tons na escritura, manifestando, dessa forma, a constante vontade de plasmar em uma série de escritos as transformações suscitadas nos pampas desde as décadas de 1860, 1870 e 1880.

A obra foi composta de forma fragmentária a partir da junção de descrições, opiniões, lembranças, informações e dados apresentados em cada um dos tomos. O relato de viagem foi a forma característica presente em todo o conjunto, concebido por Zeballos como um produto claramente moderno que mesclava a tensão entre a busca e a mudança, especialmente em *La rejión del trigo*, uma vez que apresentou a transfiguração do pampa como uma maneira de revelar sua própria mutação (Fernández; Navarro, 2011, p. 256.). Nesse sentido, devemos interpretar estas publicações como o esforço de um membro do grupo dominante por plasmar as transformações individuais e coletivas desenvolvidas nestas décadas de consolidação de um modelo que foi um marco na periodização e interpretação do século XIX argentino.

O pampa da infância do autor foi apresentado como transformado em função das mudanças ocorridas no território e no espaço social, uma vez que se encontrava cortado pelas linhas férreas, povoado de trabalhadores estrangeiros e coberto por cultivos. Intercalando a narração de sua experiência de viajante, com a relevância da crônica oficial baseada em informes, estatísticas e comentários acerca do espaço retratado, Zeballos buscava justificar a transformação do deserto e a instalação do progresso,

fundamentação científica e a viagem funcionava, então, como um disparador fundamental não só do relato em si, mas da obra em geral (Fernández; Navarro, 2011, p. 256).

evidenciadas tanto pelo espaço físico como pelos sujeitos sociais responsáveis por seu povoamento. Os índios desapareceriam ou seriam reduzidos e ocupariam regiões afastadas dessa que se encontrava em processo de transformação, os *criollos* aceitariam o progresso, os estrangeiros difundiriam seus bons hábitos e mudariam os cidadãos argentinos.

Nesse ínterim, como deputado nacional, Estanislao Zeballos apoiava decididamente o projeto nacional baseado na imigração europeia e na colonização agrícola e, neste livro de viagens, ressaltou o exemplo bem-sucedido de Santa Fé, sua província natal, como portadora do progresso, principalmente a partir da introdução das ferrovias na região. Em sua concepção, a província era uma terra nova, onde o progresso se impunha de maneira gradual e pacífica, pois, no lugar dos índios, colonos de diversas origens - estrangeiros e *criollos* - não apenas povoavam mas, também, cultivavam os campos e, por estarem amparados pela segurança promovida pelo governo à vida e propriedade, estes colonos gozavam de uma existência mais próspera que a proporcionada pelas cidades populosas.

Conforme aponta SÁNCHEZ (2009, p. 228), Zeballos considerava que a vida nas colônias de Santa Fé oferecia aos recém-chegados todas as possibilidades de trabalho e ascensão social, produto do próprio esforço honesto. Seguindo essa lógica, o contraste entre o ontem e o hoje é frequente em seu texto: por um lado, um passado primitivo, pobre e violento da etapa *criolla* e indígena e, de outro, a prosperidade, a segurança e o progresso da nova era, regida pelos trilhos, pela imigração europeia e agricultura extensiva.

No final do século XIX, as ferrovias resolveram o problema crucial do transporte ao possibilitar o deslocamento das colheitas até os mercados do ultramar sem que as colônias de imigrantes estivessem localizadas próximas ao rio, como ocorrera no início de sua fundação. Àquela época, as terras *santafesinas* começavam a render frutos, mas à medida que as terras foram sendo ocupadas e exploradas, seus preços subiram paulatinamente o que, somado a algumas colheitas ruins complicaram o panorama idílico descrito em *La región del trigo*. Contudo, cabe ressaltar que a construção da identidade nacional não estava pautada no passado *criollo*, mas no futuro, representado pelo progresso entendido como natural, benéfico e irreversível, que se impunha sem

traumas, tal como já havia projetado Alberdi.

A análise desta obra nos permite traçar uma aproximação às ideias de civilização e barbárie expressas por Domingo Faustino Sarmiento em *Facundo*, cerca de trinta anos antes. Entretanto, Sarmiento e Zeballos abordaram essa oposição a partir diferentes pontos de partida já que o primeiro discorreu acerca de um espaço que desconhecia, já o segundo constituiu-se tanto em ator como em expectador da transformação operada nos pampas, comparando o pampa de sua infância ao novo pampa repleto de colônias agrícolas e, apesar de ambas as abordagens terem se apropriado da noção de deserto, Zeballos o fez com o olhar de um viajante oficial, que atuava como narrador e mediador do discurso legitimador da ocupação do referido deserto por um Estado que buscava legitimar-se como tal. Nesse sentido, por meio do uso da palavra, pensou este espaço e estabeleceu comparações identificando sua atuação a uma missão civilizatória.

Os colonos atuavam, na narração de Zeballos, a partir de seu avanço letal sobre a população indígena e integravam de forma a complementar o princípio de ocupação do espaço e negação do outro, ou seja, eram fundamentais para o processo de branqueamento e de extinção do “deserto”, considerado não apenas como um território, mas, também como um vazio de hábitos e costumes civilizados, tal como evidenciado no trecho a seguir:

De San Carlos al Norte, al Sur y al Oeste, colonias, trigales, molinos, fábricas, actividad, riqueza, anhelo de una paz firme y protectora y confianza absoluta en los grandes destinos de este país.

Aquelos hechos y estos sentimientos palpitan en un teatro de decenas de leguas cuadradas, como se vê en el mapa, ocupando y redimiendo el inmenso y pavoroso desierto que corre hasta los límites de Córdoba.⁸¹

A partir deste trecho, entendemos que o deserto não era apresentado como um

⁸¹ ZEBALLOS, E. “La región del trigo”. In: *Descripción amena de la República Argentina*. Buenos Aires: Peuser, 1883, p. 177.

simples espaço vazio, desocupado, mas, sim, como um local repleto de “outros”, onde imperava a barbárie. Os colonos, por outro lado, encarnavam o exemplo do avanço e do progresso, desempenhando a função de braço civil do Estado na execução de seu projeto político.

A parte final da referida obra foi dedicada aos imigrantes. Partindo da perspectiva de que todos os problemas argentinos estavam subordinados ao problema da população e que a prosperidade da Argentina seria alcançada mediante a contribuição dos estrangeiros, Zeballos analisou os dados estatísticos disponíveis acerca da chegada e instalação dos imigrantes no período de 1857 a 1882, a fim de compreender a como se deu a atuação do governo acerca desse assunto (SÁNCHEZ, *op. cit.*, p. 232). A partir disso, destacou em *La región del trigo* que, apesar de grande parte da imigração europeia dirigir-se aos Estados Unidos, a Argentina era o país que oferecia as melhores garantias jurídicas aos estrangeiros, o que permitiria a esses se encontrarem em pé de igualdade aos nativos:

No existe país sobre la tierra donde los extranjeros gocen de mayor amparo, de estímulos más positivos y de privilegios más atrayentes y completos que en la República Argentina. Conservan desde luego su nacionalidad y su religión, ao amparo de una constitución adelantadísima, que ofrece sus derechos y garantías a todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino.

Gozan de a libertad de trabajo y de industria, de navegación y de comercio, de petición a las autoridades, de tránsito em el territorio nacional, de publicar sus ideas por la prensa sin censura previa, de enseñar y aprender y de asociarse com propósitos útiles, coronando el cuadro de estos derechos el de propiedad, sin trabas ni condiciones (Artículo 4 de la Constitución).

La igualdad ante la ley es un hecho para todos los habitantes, no solamente em la distribución del impuesto, sino em el uso y el goce de todos los derechos civiles.⁸²

⁸² Idem, p. 170.

Além de mencionar as vantagens institucionais da Argentina sobre a Europa, Zeballos também destacava aquelas oferecidas pela natureza, como a variedade de climas - o que permitia a radicação de europeus oriundos de qualquer região -, a fertilidade do solo e os vastos territórios. Já demonstrava, todavia, a existência de duas correntes imigratórias específicas, uma espontânea e, por isso, apontada como sendo de alta qualidade, tal como a experimentada pelas colônias agrícolas de Santa fé, e, outra, artificial, estimulada pelos governos, apresentando um caráter massivo e nocivo. Nesse sentido, defendia um tipo ideal de imigrante, que pertencesse à classe média, possuísse capital próprio e conhecimentos práticos para reproduzir em terras argentinas a exitosa figura do *farmer* norte-americano, o que não se concretizava na maior parte do país.

A maior parte dos estrangeiros que imigraram para a Argentina dependiam da ação governamental, implicando em altos custos para o país devido aos subsídios de passagens e dos gastos que se tinha em isolá-los quando de sua chegada. Outro problema enunciado por Zeballos dizia respeito ao fato de que, entre eles, abundavam anciãos, inválidos e pessoas que não se mostravam dispostas para o trabalho, entre os quais o inconformismo e a rebeldia estariam sempre latentes. No lugar dos dedicados agricultores prometidos pela imigração espontânea, a política imigratória argentina atraía os elementos indesejáveis, como exóticos judeus e turcos, grosseiros espanhóis, ciganos do mediterrâneo, delinquentes e enfermos de todos os portos (BERTONI, *op. cit.*, p. 22).

A proposta de Zeballos era que o governo promovesse uma imigração de classe média e que preparasse os agentes argentinos responsáveis por recrutar imigrantes na Europa para que não apenas fizessem propaganda, mas difundissem informações precisas sobre a Argentina e facilitassem a chegada dos estrangeiros a partir da venda de terras a preços baixos, tal como fora feito nos Estados Unidos, México e Brasil (SÁNCHEZ, *op. cit.*, p. 234).

Certamente, a experiência vivida por Zeballos nas colônias de Santa Fé e sua atuação como publicista do governo o impulsionaram a elaborar o projeto de *Ley de*

*Extranjeros*⁸³, apresentado como um apêndice em *La región el trigo*. Neste projeto, apresentado à Câmara dos Deputados em 1883, já assinalava a necessidade de legislar sobre a naturalização dos imigrantes e propunha a criação de um Departamento nacional de imigração, colonização e agricultura, vinculado ao Ministério do interior, subdividido nos setores de imigração, colônias, terras públicas, agricultura, naturalização, contabilidade, estatística e publicidade, sendo cada um deles responsável por questões específicas, porém envolvidos no propósito de promover uma imigração mais sã e adequada ao país. Nesse sentido, incentivava uma imigração natural e espontânea em detrimento da massiva e artificial subvencionada pelo Estado argentino e definia que o imigrante deveria ser aquele que buscasse fixar residência no país para continuar sua indústria, ofício, profissão ou modo de viver, que tivesse menos de cinquenta anos e uma conduta moral.

O interessante ao interpretar esse projeto de lei é que ele não descartava apenas os estrangeiros que não se enquadrassem em seus requisitos, mas, também, os argentinos que viviam fora de seu país e pretendessem a ele retornar. Portanto, a noção de estrangeiro manifestada por Zeballos não dizia respeito apenas àquelas pessoas que buscavam viver em um país diferente do seu de origem, mas incorporava àquelas que de deslocavam de um país a outro e que podem não ser classificadas como imigrantes, mas sim como passageiros, viajantes ou, até mesmo, exilados.

Devoto (*op. cit.*, p. 21) explica que a noção de estrangeiro foi definida pelo Estado moderno a fim de distinguir aqueles que poderiam gozar de determinados direitos dos que não teriam tal possibilidade. E, segundo essa visão, no período que vai do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a definição acerca de quem poderia ser considerado um imigrante era bastante simples: correspondia aos europeus, mais ou menos pobres, camponeses, homens, majoritariamente analfabetos que chegaram à Argentina para “fazer a América”, segundo sua perspectiva, e para povoar um deserto, de acordo com as elites argentinas. Seu valor era atribuído de acordo com sua capacidade de trabalho.

A legislação vigente fixava a idade de 60 anos como máxima para a admissão de imigrantes na Argentina. Zeballos justificou em seu projeto que a essa idade os homens

⁸³ Para uma análise mais profunda desse projeto, consultar SÁNCHEZ, S., 2009, p. 223-258.

já não eram aptos a realizarem o trabalho e, por isso, não eram úteis ao país. Sánchez (*op. cit.*, p. 236) destaca o pensamento higienista manifestado no projeto ao discorrer acerca da seleção física dos recém-chegados – uma vez que não havia lugar para aqueles que apresentassem algum tipo de incapacidade, bem como não o havia para delinquentes ou mendigos – bem como sobre a organização do espaço urbano⁸⁴. Nos textos de Zeballos esta concepção higienista é evidente, ainda, a partir do contraste entre as cidades populosas e viciosas e as colônias sãs, pacíficas e prósperas.

La Rejión del Trigo foi, por conseguinte, um meio escolhido por Estanislao Zeballos para discutir a ideia de uma identidade civilizada que apenas seria possível a partir do extermínio do deserto e da barbárie, partindo de uma atuação de escritor que escondia a função de funcionário e político desempenhadas pelo autor, o que nos possibilita afirmar que, tomada em seu conjunto, a obra constituiu-se num texto político que transcende a literatura de viagem.

4.3 – Zeballos e os novos tempos: a imigração na RDHL

Um clima de sentimentos e uma imagem ambígua da imigração afluíam em distintos setores da sociedade argentina no início do século XX. Os estrangeiros começavam a ser identificados como elemento de desagregação da sociedade e uma ameaça à identidade nacional. Começava a ganhar forma a mudança da anterior imagem positiva da imigração para outra mais crítica, decorrente do grande número de estrangeiros que eram agregados à população do país, presumivelmente de forma permanente, porém sem esboçar sinais de sua progressiva integração.

Diagnosticar a situação foi a função de alguns políticos e intelectuais – ligados ao regime – como Estanislao Zeballos. Como destacou Viñas (2003, p. 227), Zeballos encarnou como nenhum outro as figuras paradigmáticas do “jovem provinciano na grande urbe” e do “gentleman escritor”, pois foi o representante da Geração de 1880

⁸⁴ Era muito comum, no final do século XIX, que regiões periféricas das cidades fossem utilizadas para o isolamento de focos infecciosos.

mais obstinadamente metódico enquanto herdeiro e continuador do projeto liberal durante o momento culminante da república conservadora. Entretanto, no final do século XIX, passou a desenvolver pautas que divergiam cada vez mais em relação às políticas do governo nacional, o que fica evidente tanto em seus discursos como Deputado quanto nas páginas da RDHL.

Em 1887, Estanislao Zeballos era deputado pela província de Santa Fé e, desde seus discursos no Congresso Nacional, passou a expressar uma grande preocupação com relação à imigração massiva, sobretudo pela possível desagregação e consequente desaparecimento da identidade nacional. O cosmopolitismo representado pelos imigrantes levaria a uma sociedade relaxada, que aceitaria a existência de vários idiomas e de múltiplas tradições, cultuando todos os heróis e todas as pátrias; essa heterogeneidade, segundo a perspectiva de Zeballos e, também, de Sarmiento, impediria que a Argentina se constituísse plenamente como uma nação. No referido discurso, Zeballos sustentava que já não mais bastava povoar o território e que a tarefa do momento era a mais difícil do século: fundar nações. A nacionalidade, explicava ele, não se formava “cuando la masa es extraña”, pois “al mismo tiempo que se busca los brazos para que cumplan las evoluciones económicas, es necesario preparar los elementos políticos y morales que den por resultado la nacionalidad”⁸⁵. Considerava, portanto, que havia chegado o momento do Congresso se preocupar com a naturalização dos estrangeiros, isto é, de que todos eles se fizessem argentinos. Esse era o grande problema que impedia a formação efetiva da nação, garantindo a certeza de um futuro profícuo para o país:

¿Qué será de las instituciones argentinas cuando no tengamos en nuestro país sino trigo, maíz, palacios e industrias, pero no ciudadanos que sepan practicarlas, defenderlas y perfeccionarlas? Es que nosotros vamos perdiendo el sentimiento de la nacionalidad.⁸⁶

⁸⁵ *Apud* BERTONI, *op. cit.*, p. 123.

⁸⁶ Congresso Nacional, Câmara dos deputados, Diário de Sessões, 21 de outubro de 1887. *Apud* BERTONI, *op. cit.*, p. 124.

A questão jurídica da nacionalidade era, provavelmente, a maior preocupação do Estado argentino e da elite dirigente. A situação de uma sociedade composta por argentinos que gozavam de cidadania e estrangeiros que conservavam sua pátria de origem tornava-se preocupante à medida que este último grupo crescia, especialmente porque o fato de uma grande proporção da população não participar das decisões políticas, ou ainda, fazê-lo de forma limitada, poderia abrir brechas ao questionamento da legitimidade do sistema político.

Zeballos, portanto, não estava sozinho e seu discurso coincidia com o início de medidas amplas em prol da naturalização dos estrangeiros. Conhecidos atores da via política, social e intelectual argentina, muitos deles ligados à *RDHL*, fundaram o Comitê Patriótico, uma associação que reunia homens do cenário nacional e estrangeiro, como o senador Antonino Cambaceres, Amancio Alcorta, Luis Varela, Adolfo Dávila, Adolfo Saldías, Bonifacio Lastra, Roque Sáenz Peña, Francisco Latzina, Torcuato de Alvear, o general Edelmiro Mayer, Domingo F. Sarmiento e o próprio Estanislao S. Zeballos, além de Jacobo Peuser⁸⁷ e Joaquín Crespo – estes últimos, italianos, – com o propósito de gestar, em conjunto, as possibilidades de naturalização dos estrangeiros.

O comitê defendia a aprovação de uma lei que concederia a cidadania de forma automática, sem a solicitação do imigrante, definindo uma naturalização geral e automática de todos aqueles que residissem durante certa quantidade de anos no país⁸⁸. Não obstante, aqueles que não estivessem de acordo poderiam manifestar-se por escrito – o que seria um entrave já que grande parte dos imigrantes não dominavam o idioma – de forma a conservar a nacionalidade e cidadania de seu país de origem. A proposta invertia, portanto, a lei de cidadania que vigorava até então e transformava em ato voluntário a ação de recusar a nacionalidade argentina, ao invés do interessado solicitá-la. Sarmiento, por sua vez, separou-se do grupo, pois defendia o princípio de que a obtenção da nacionalidade e da cidadania deveria ser resultado de um ato voluntário de

⁸⁷ Jacobo Peuser era o proprietário da gráfica responsável pela publicação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

⁸⁸ No momento da formulação da lei em questão não havia uma definição, por parte do Comitê Patriótico, a partir de quantos anos de residência na Argentina ela seria aplicada.

incorporação ao novo país, escolha que, segundo sua perspectiva, pressupunha um certo grau de formação cidadã dos estrangeiros.

Este, entretanto, não foi o único ponto de desacordo entre os membros do Comitê. O propósito da naturalização⁸⁹, defendido por um setor da elite, e o de conservar sua condição e, claro, certos privilégios, por parte de alguns grupos estrangeiros revelaram interesses divergentes. Bertoni (*op. cit.*, p. 125) argumenta que a naturalização geral e automática representou uma saída encontrada diante da ambiguidade estabelecida, já que aquele que escolhesse se tornar argentino poderia ser tachado de desrespeitoso por seus compatriotas de origem. Ainda segundo a autora, esta iniciativa recebeu o entusiasmado respaldo de instituições como o *Club Gimnasia y Esgrima* – que contava com a participação de vários estrangeiros – e a *Unión Industrial Argentina* – composta por membros do Comitê Patriótico.

Em pouco tempo, a naturalização de estrangeiros havia se convertido em um tema de primeira ordem e Zeballos se mostrava convencido da existência de um grave problema político cuja solução não seria encontrada com a infrutífera espera da naturalização espontânea e declarava: “concurramos a que todos los extranjeros se hagan argentinos, por medio de leyes que les invitan a aceptar los beneficios de la patria”⁹⁰. Esse discurso encontrou uma boa acolhida entre os deputados e um grupo integrado por Cambaceres, Crespo e Zemborain se reuniu com Juárez Celman, presidente da nação, a quem entregou um projeto de reforma da lei de cidadania.

Contudo, a solução não era tão simples, sobretudo porque havia diferentes percepções e interpretações acerca do significado da naturalização. Para alguns se tratava de converter estrangeiros em argentinos; estes, representados por considerável parcela da elite política e intelectual, pensavam que uma rápida naturalização resolveria a difícil situação vivida no país. Por outro lado, para os estrangeiros – fossem os que já viviam há algum tempo na Argentina ou os chegados recentemente, porém, igualmente interessados em participar formalmente da vida política –, significava conseguir estes direitos sem abandonar a nacionalidade de origem (*Idem*, p. 126). As leis da maioria dos países de emigração estabeleciam que a nacionalidade e a cidadania seriam perdidas

⁸⁹ Ao naturalizar-se argentino, o imigrante teria de abrir mão de sua cidadania de origem, uma vez que não era permitida a dupla cidadania.

⁹⁰ Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Diário de Sessões, 21 de outubro de 1887.

quando outra fosse solicitada, como ocorria no caso dos italianos; além disso, várias nações europeias reconheciam a cidadania dos filhos de seus emigrados e ignoravam as leis do país em que aqueles haviam nascido.

Dessa forma chegava-se ao limite da questão. A garantia de direitos políticos⁹¹ aos estrangeiros – sem maiores exigências – poderia implicar no fortalecimento desses grupos como tais. E se italianos, espanhóis ou alemães adquirissem os mesmos direitos outorgados pela nacionalidade e cidadania argentina aos nativos? Quais seriam as características desta nacionalidade? Uma nação como a Argentina, ainda em formação, iria se constituir conforme os planos da elite dirigente, a partir destes termos? Tais indagações continham, ainda, uma questão de fundo: quais eram as garantias de que, num momento de expansão imperialista e dominação colonial, o território argentino teria sua jurisdição respeitada e não passaria a ser considerado como uma “colônia” de estrangeiros no Rio da Prata? Essa problemática pautou as discussões da *RDHL* acerca da função e importância dos imigrantes para o país.

O historiador Romen Man discorreu acerca da interessante distinção entre os imigrantes e os estrangeiros, conceitos de significados distintos. De acordo com esta perspectiva, a imigração era um processo alentado e desejado e constituía-se numa das bases do projeto nacional; a maioria dos estrangeiros, por outro lado, não quis ou pôde ser assimilada e permaneceu nesta condição. Diante do fracasso na recepção de um modelo imigrante ideal (preferentemente norte-europeu) e do desencanto que a figura do estrangeiro em si carregava em meio à questão social que se impunha, surgiu a necessidade, por parte das elites dirigentes, de diferenciar no interior do contingente imigratório, ao menos dois grupos distintos: os imigrantes desejados – base indiscutível do progresso agroexportador – e os estrangeiros catalogados sob o estigma de compor um grupo responsável pela desestabilização social (MAN, 2011, p. 206).

É importante destacarmos que, ainda que o projeto imigratório não tenha sido abandonado no início do século XX, o “mau imigrante” era aquele que não havia se incorporado ao “crisol de raças” e mantinha sua condição de estrangeiro, atitude reprovada pela elite governante que passou a caracterizá-los como anarquistas ou exóticos, funcionando como uma representação cabal de que o ideal de imigração

⁹¹ Cabe destacar que não havia preocupação em se discutir a respeito dos direitos civis.

desejada e alentada não correspondia àquela que realmente se manifestava no país.

Dentre os grupos imigratórios cuja ação era associada à desagregação social, devemos citar o caso dos italianos pois, como ressaltou Fernando Devoto (p. 40), eram considerados um grupo sob suspeita devido ao grande número, à pouca disposição em se integrar à sociedade argentina e ao vigor de suas instituições étnicas; pesavam sobre eles, ainda, sua presença pública em manifestações e comícios, principalmente em festejos a seus heróis, tais como Mazzini e Garibaldi, o que contribuiu para que fossem vistos como um empecilho à construção da identidade argentina. A tudo isso, podemos acrescentar seu envolvimento no movimento operário – iniciado já em fins do século XIX –, cujo ponto culminante foi a greve geral de 1902, pela primeira vez organizada a nível nacional.

Conforme destacou José Luis Beired, algumas horas após a decretação da greve geral pela Fundação Operária Argentina (FOA), o governo sancionava através do Legislativo o projeto de Lei de Residência, de autoria do senador Miguel Cané, a qual visava sobretudo os anarquistas e autorizava o Poder Executivo a ordenar a expulsão de imigrantes em casos de delitos de direito comum ou que comprometessem a segurança nacional e a ordem política; além disso, proibia a entrada de imigrantes que manifestassem antecedentes criminais e políticos (BEIRED, *op. cit.*, p. 25).

Zeballos argumentava desde o final da década de 1880, que o grupo de imigrantes considerados “exóticos” não pertenciam racialmente ao arco hispano/latino tradicional, além de serem portadores de religiões que não eram nem a protestante – originalmente requerida no processo imigratório, provavelmente numa tentativa de identificação com o que ocorrera no norte dos Estados Unidos – nem tampouco a católica – religião tradicional e ligada ao passado colonial. Por outro lado, os imigrantes “exóticos” foram os introdutores de religiões heterodoxas que competiam com as cristãs. Considerando o contexto de ressurgimento tradicionalista das raízes hispânicas e católicas – do qual Zeballos foi um grande expoente – estes grupos imigratórios menores eram vistos como uma categoria de impossível assimilação, já que seriam a expressão por excelência de um cosmopolitismo desintegrador do nacional e de uma heterogeneidade étnico cultural.

Desde sua ótica, embora a imigração não devesse ser repudiada em seu

conjunto, pois ainda era uma ferramenta fundamental para o progresso nacional, ela gerava um sentimento dúbio em torno da figura do imigrante que passou a ser visto como um “mal necessário”. Assim, diante da forçosa presença do elemento estrangeiro, funcionários, legisladores e homens públicos voltaram seus esforços e dinamismo para a questão da cidadania e dos direitos políticos dos imigrantes. Na opinião de boa parte da elite, os problemas do Estado eram decorrentes da heterogeneidade étnica de sua população e, por isso, um setor cada vez mais amplo passou a reconhecer que, além da organização constitucional e jurídica, a nação deveria expressar uma singularidade cultural própria. Esta elite considerava a nacionalidade como eixo fundamental para a plena soberania da nação e foi a responsável por definir o gozo dos direitos políticos dos estrangeiros.

A imigração foi mencionada na *RDHL*, pela primeira vez, em janeiro de 1900. As discussões iniciais foram suscitadas a partir da repercussão de um artigo da publicação italiana *Nuova antologia* – em outubro de 1889 - de autoria de Pietro Barbera, que, segundo Manuel E. Malbrán⁹² – responsável pelo texto da *RDHL* - teria causado uma mescla de estranhos sentimentos aos argentinos devido à forma como expunha a visão de seu autor acerca da assimilação pela Argentina, daqueles que haviam emigrado do país. Em *Los italianos en la república Argentina*, publicado em 1900 como resposta a seu equivalente italiano, Malbrán destacou as condições climáticas privilegiadas, a natureza, o solo fértil, a salubridade do ar e o forte núcleo italiano já existente no país como uma forma de reconhecê-lo como a parte do mundo mais adaptada à colonização. Malbrán completou sua análise afirmando que a imigração italiana era bem-vinda, especialmente a de intelectuais que tivessem o objetivo de conhecer a Argentina como portadora de um “povo viril e progressista”, mas advertia que:

... si ellos llevan como los nombrados la impresión de un viaje rápido -, si esa impresión ha sido recibida al calor de una imaginación soñadora poco feliz en el conocimiento de nuestros hábitos y costumbres – si va a tener como consecuencia el extravío del criterio de los hombres del gobierno

⁹² Zeballos descreveu Manuel E. Malbrán como um jovem, bacharel em direito, de equilibrado espírito nacional e representante da esperança do país. (*RDHL*, 1900, p. 406).

italiano – si han pasado de largo sin mezclarse á nuestra sociedad y sin conocer los ideales y los alientos del país; entonces fuerza es manifestarlo, preferimos que los italianos que nos vitan sean los hombres de trabajo, la inmigración laboriosa y activa que no atenta jamás a los derechos de nuestra soberanía, ni pretende menoscabarla, contribuyendo al contrario, como lo hace a ensanchar su riqueza y poder.⁹³

Em suas palavras podemos notar a intenção de que os imigrantes se comportassem como força produtiva a contribuir para o desenvolvimento econômico do país e que qualquer tentativa de atuação política ou social deveria ser considerada como um problema, uma vez que poderia confrontar os interesses estabelecidos ao se comportarem como sujeitos políticos.

O artigo do periódico italiano, por outro lado, aplicou a dedução lógica de que seu governo deveria considerar o país americano como uma extensão de suas províncias. Nessa perspectiva, a política exterior das nações europeias, particularmente da Itália, ameaçava o reconhecimento internacional da Argentina enquanto um Estado independente e plenamente soberano, o que gerava dúvidas acerca da repercussão dos projetos expansionistas sobre os residentes estrangeiros. A esse respeito, o historiador Paulo Gonçalves afirma que prevalecia, na Itália, compreensão da emigração como um fator positivo de desenvolvimento econômico, já que, de acordo com vários estudiosos, a exuberância demográfica italiana era uma realidade e a emigração seria um instrumento para transformá-la em elemento de progresso nacional sob dois aspectos: por meio do desenvolvimento da marinha mercante e de setores ligados à indústria naval, inclusive a marinha de guerra e, também, porque contribuiria para a abertura de novos mercados no além-mar com a criação das chamadas colônias pacíficas, que naturalmente demandariam produtos italianos (Gonçalves, 2011, p. 352), como, por exemplo, a Argentina.

Essa questão já havia enunciada por Sarmiento, em uma série de artigos

⁹³ MALBRÁN, M. E. “Los italianos em la república Argentina”. In: *Revista de Derecho, História y Letras*, tomo V, 1900, p. 408.

publicados em 1881⁹⁴, nos quais demonstrava a preocupação com o caráter das escolas italianas instaladas no Rio da Prata, pois as considerava como um instrumento de formação da nacionalidade italiana (BERTONI, *op. cit.*, p. 25). Em resposta ao diário italiano, a *RDHL* assegurava que não havia sentido na manutenção das tradições italianas pelos imigrantes, já que haviam sido muito bem recebidos no novo país e possuíam quase os mesmos direitos que os Argentinos⁹⁵.

A partir de 1902 a imigração passou, efetivamente, a ser abordada sob o prisma de um problema, evidenciando a preocupação da *RDHL* com a grande quantidade de estrangeiros que regressavam aos países de origem, interpretada, pelo periódico, a partir da relação estabelecida entre o sucesso daqueles que voltavam e do consequente fracasso dos que permaneciam na Argentina. Nesse sentido, formulava-se a hipótese de que ficavam na região do Rio da Prata apenas os maus elementos, considerados assim porque não mostravam intenção em se integrar à nova nação. Dentre as causas do regresso analisadas pela publicação, foi apontado como fator preponderante a dificuldade encontrada pelos imigrantes em relação ao acesso à terra:

Los inmigrantes, en su mayoría, que abandonan el suelo patrio para dirigirse a un país de inmigración, realizan la dura expatriación con esperanza de encontrarse con el trabajo medios de vivir, de llegar a ser propietarios y aun de hacerse unas unidades útiles como ciudadanos de su tierra de adopción. (...)

No alcanzando en sus respectivas patrias a ser propietarios porque allí la población es más densa y la propiedad más dividida, acogieron el llamamiento que les dirigieran nuestro gobierno o nuestros especuladores, y llevaron al vasto país, en el que sobra el suelo y escasean los brazos, sus esperanzas ilusorias halagadas y excitadas por medio de sonoras promesas,

⁹⁴ Estes artigos foram uma reação às deliberações do Congresso Pedagógico Italiano, realizado em Buenos Aires em 1881, com grande repercussão nos diários italianos publicados no Rio da Prata.

⁹⁵ É sintomática a preocupação da revista em destacar os direitos que poderiam ser desfrutados pelos estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, cerceá-los, uma vez que não possuíam, por exemplo o direito de voto.

realizando la travesía del Atlántico.

Y ¿qué és lo que encontraran? Una condición inaceptable, tanto del punto de vista individual que del punto de vista cívico.⁹⁶

Partindo deste princípio, o próprio Zeballos acusava os latifundiários de terem se aproveitado do estado de necessidade em que os imigrantes se encontravam para pagar-lhes salários irrisórios e dispensar-lhes um tratamento desumano, gerando ódio e desconfiança. A desconfiança era apontada como fator responsável pela volta à terra natal; já o ódio teria incentivado a subversão, o que explicava o envolvimento de muitos estrangeiros em greves e manifestações do movimento operário, bem como a vinculação de vários deles ao anarquismo. A revista foi além em suas críticas, afirmando que o Estado tinha uma grande parcela de responsabilidade sobre esta situação, já que, composto por uma elite latifundiária, não via com bons olhos o fato dos imigrantes se tornarem proprietários. A elite dirigente, composta por grandes fortunas ligadas ao setor agroexportador, não se mostrava, portanto, simpática à ascensão social dos estrangeiros, cerceando-lhes a concessão de direitos, inclusive políticos, com vistas à sua manutenção no poder.

Nesse sentido, o posicionamento político da *RDHL* era condizente com o de Estanislao Zeballos, que apresentava a situação do imigrante como um entrave ao desenvolvimento do país; os Estados Unidos se constituíam como ponto de referência para os projetos imigracionistas apresentados na publicação, pois era um local onde havia altos índices de radicação da população imigrante, além de leis que garantiam seus direitos, o que foi apontado por Zeballos, em vários textos da revista, com o intuito de justificar a necessidade de se legislar sobre a questão, especialmente a respeito da implantação da cidadania automática, amplamente defendida por ele.

Foram publicados, neste contexto, artigos⁹⁷ que evidenciavam a preocupação do

⁹⁶ SISSON, Fr Enrique. “El problema de la inmigración”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XII, 1902, p. 560.

⁹⁷ Muitos deles assinados por indivíduos que haviam imigrado para a Argentina, mas que, diante das dificuldades encontradas, teriam voltado a sua terra natal. É interessante destacarmos que, após o desenvolvimento do movimento operário argentino e da promulgação de leis que perseguiam os

governo italiano em relação a seus compatriotas, sob o argumento de que poucas notícias chegavam à Itália sobre as condições políticas, econômicas e morais encontradas pelos imigrantes na Argentina, a não ser aquelas que envolviam denúncias de desordem e irregularidades administrativas. É interessante discutirmos a escolha de Zeballos ao publicar tais textos, já que continham pesadas críticas ao governo e à forma como os italianos eram recebidos. Entretanto, entendemos que a escolha se justifica, pois a ênfase dada pelo editor não recaía sobre os aspectos negativos apontados como causas do retorno, mas, sim, sobre a forma como o Estado argentino poderia resolver os empecilhos impostos à radicação dos estrangeiros; ou seja, buscou reforçar a emergência da discussão legal, chamando a atenção para a necessidade de se criar uma legislação específica e mais abrangente acerca da questão imigratória, algo que já enunciava desde o projeto de 1887.

Para Zeballos, era dado que a Argentina, diferentemente do que ocorrera nos Estados Unidos e na Austrália, não recebera imigração espontânea, o que lhe permitia sair em defesa da instituição de uma imigração selecionada, utilizando as páginas de sua revista como uma forma de obter projeção política e intelectual. Segundo sua perspectiva, a massa imigratória que chegava à Argentina era repleta de elementos inferiores e analfabetos que retardavam a evolução política do país e não contribuíram para a solução da grande questão – já enunciada por Sarmiento e Alberdi em meados do século XIX -, a de povoar o país, pois, para Zeballos, a Argentina, no século XX, ainda era um deserto. As “boas” correntes imigratórias seriam atraídas, de acordo com ele, pela existência de uma legislação que garantisse seus direitos; e a inexistência de tal condição era apontado como incompetência do governo. Portanto, a imigração, entendida no início do século XX como o maior problema nacional, era fruto de uma má administração que supostamente defendia seus próprios interesses em detrimento do desenvolvimento político e social da nação.

A proposta de Zeballos, portanto, era a de que fosse realizada uma seleção qualitativa sobre o aluvião qualitativo, privilegiando a imigração de poucos, porém, bons, capazes de transformar a política do país receptor:

imigrantes, sobretudo italianos, como a Lei de Residência (1902) e a Lei de Defesa Social (1910), a estratégia de publicar textos de ex-imigrantes foi abandonada pelo editor da RDHL.

Los países que la seleccionan y la naturalizan robustecen su organismo político e aseguran las conquistas del gobierno libre rápidamente. Los países en cuyas principales masas inmigratorias predomina el elemento inferior y analfabeto, están retardados en su evolución política.

A fim de superar a Lei de Residência de 1902 e de fortalecer seu argumento, Zeballos defendia ser preferível impedir a entrada a expulsar imigrantes já domiciliados e, por isso, alertava acerca da necessidade de aperfeiçoar o controle migratório anteriormente ao embarque, evitando que os conflitos sociais penetrassem e pudessem ser freados antes do ingresso ao país. Além disso, atentava à necessidade de canalizar a imigração para o interior do país com vistas a promover o povoamento das zonas rurais e agrícolas – visando o aumento da produção – e evitando as aglomerações encontradas na capital e no litoral, locais convertidos em centros de conflitos sociais. Em outras palavras, o bom imigrante, aquele desejado, deveria estar disposto a se deslocar rumo às zonas rurais, evitando a estagnação econômica e os problemas derivados do parasitismo urbano.

Um aspecto interessante é que o texto constitucional preconizava que a Argentina receberia “todos los habitantes del mundo que quieran venir al suelo argentino”; no entanto, Zeballos restringia sua interpretação, já que propunha exigências mais contundentes e seletivas que privilegiariam somente um determinado tipo de imigração baseado no molde do branco europeu, especialmente do norte da Europa. Nesse sentido, entendia que a Constituição

... promueve la naturalización de los extranjeros, con liberalidades sin precedente en constitución alguna, lo cual se explica por el doble interés de atraer y de radicar la inmigración europea. Cuando la Constitución fué

sancionada, la población argentina apenas sumaba alrededor de un millón de habitantes, y el estado de su civilización política no podía inspirar suficiente confianza a los emigrantes de Europa. (...) Imponer entonces la naturalización a los extranjeros habría sido una política de aislamiento y de barbarie, a tres meses de viaje de Europa, como entonces se ponía, mientras que en doce y quince días llegaban los inmigrantes á los Estados Unidos⁹⁸.

Na interpretação de Ronen Man, Zeballos não buscava apenas privilegiar o tipo europeu, mas excluir os demais do perfil ideal de imigrante ao demonstrar estar consciente de que a imposição da naturalização atentava contra os princípios constitucionais e se opunha à ideia pactista e voluntária de adoção da cidadania. Não obstante, destacava que desde 1880 a Argentina havia se transformado e que já não apresentava mais a situação desfavorável que a convertia em um destino desvantajoso aos imigrantes (2011, p. 212).

Vigorava na Argentina, desde a Constituição de 1853, o princípio do *jus soli*, ou seja, o “direito de solo”, que definia a nacionalidade de um indivíduo a partir de seu local de nascimento; ainda assim, a instituição do *jus sanguini* – nacionalidade baseada na ascendência do indivíduo – havia sido uma exigência dos espanhóis ao reconhecerem a independência do país e fora sustentada por importantes políticos e pensadores argentinos como Juan Bautista Alberdi. A adoção do *jus soli* no momento de elaboração da Carta Constitucional da Confederação Argentina pode ser interpretada como uma forma de distanciamento com a antiga metrópole e de rompimento com a herança espanhola, mas, devemos ressaltar, que a ideia do *jus sanguinis* não foi completamente abandonada, já que a Lei de Cidadania e Naturalização de 1869 garantia ao imigrante o direito de optar pela nacionalidade argentina.

A proposta de Zeballos consistia, portanto, não apenas em atrair, mas em radicar o imigrante partindo da perspectiva de que a aquisição da nacionalidade argentina

⁹⁸ ZEBALLOS. “La nacionalidad de los hijos de extranjeros. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1906, tomo XXV, p. 305.

deveria ser encarada como uma honra e, para tanto, utilizou a RDHL como um instrumento de difusão dos princípios do *jus soli* combinado com a naturalização de estrangeiro, uma vez que buscava atingir não somente os imigrantes, mas, também, seus filhos, estes já nascidos em território argentino. Ainda de acordo essa perspectiva, a naturalização não se limitava a conferir o status legal de cidadão e buscava uma dimensão mais profunda que seria capaz de expressar a identidade nacional. Em vários escritos e frases pronunciadas por Zeballos é perceptível a pretensão de transmitir aos imigrantes o amor à nova terra e o sentimento de pertencimento à nação, com o intuito de fazer com que se esquecessem da pátria de origem, o que contribuiria para que deixassem de ser “outros” e passassem a se sentirem e se comportarem como “argentinos”.

Contudo, a RDHL não discutiu, com o mesmo vigor, a naturalização enquanto extensão do direito político aos estrangeiros e manteve seu foco na questão da adoção da uma nova nacionalidade, o que é compreensível, já que a equivalência de direitos políticos ameaçava a frágil nação que ainda se encontrava em processo de construção. Desta discussão depreenderam-se duas outras questões que adquiriram evidência a partir disso: o exercício dos direitos políticos próprios da cidadania e a aquisição de uma nova nacionalidade e, com ela, o pertencimento à nação.

Para Bertoni (*op. cit.*, p. 127), a nacionalidade acabou, por conseguinte, estabelecendo o limite à definição do gozo dos direitos políticos. Não havia, também, concordância plena acerca da implantação de uma naturalização obrigatória – tal como defendia Zeballos e o Comitê Patriótico. Muitos estavam de acordo com as vantagens da naturalização geral, mas assinalavam a conveniência de manter os termos da lei vigente; outros a incentivavam, tomando como referência o que havia sido estabelecido no Brasil em 15 de dezembro de 1889, com a “grande naturalização” implantada a partir da instauração do governo republicano.

Em uma aula magna do curso de Direito Internacional Privado, em 1902, Zeballos discutiu quais os limites estabelecidos pelas leis de cada Estado-nação e concluiu que o imigrante se via envolto em duas problemáticas: a preocupação com relação à sua cidadania e, num segundo momento, as implicações jurídicas que afetavam sua vida particular ao tomar a decisão de mudar de país e, conseqüentemente,

submeter-se a outra legislação. Naquele momento, não havia uma definição nítida acerca da questão jurídica dos imigrantes e Zeballos defendia a necessidade não apenas de se legislar sobre a nacionalização dos imigrantes, mas, também, de que isso fosse feito no âmbito do direito internacional:

... ¿está limitada la actividad jurídica del Hombre a la Patria o tiene por teatro el Mundo? [...] Al cumplir la edad de la ley, o simplemente, al adquirir el desarrollo material que os habilita para pensar y para preocuparos por vosotros mismos de las relaciones jurídicas, ¿no os hallaréis en el seno de otra soberanía, sometidos a extraño régimen político y, por consiguiente, a una distinta legislación privada?⁹⁹

Defendemos a perspectiva de que a naturalização automática desconsiderava a capacidade de opção dos indivíduos, mostrando-se como uma estratégia de assimilação de caráter coercitivo a fim de suprimir as identidades prévias dos contingentes imigratórios incorporando-os a um conglomerado homogeneizante denominado “argentinidade”. Além disso, as propostas feitas por Zeballos de criar privilégios e incentivos para que o imigrante abandonasse sua condição de estrangeiro e aceitasse a cidadania argentina, se apresentava, na prática, mais como condição que como possibilidade. Não havia, portanto, a intenção de abrir espaço aos imigrantes no cenário político argentino¹⁰⁰, tal como pôde ser evidenciado na província de Santa Fé onde, desde a constituição liberal de 1872, foram outorgados direitos políticos aos estrangeiros nos municípios como forma de estimular a colonização. O desenvolvimento de uma ativa vida política havia transformado os colonos em novos e

⁹⁹ ZEBALLOS, E. “Conferencia inaugural del Curso de Derecho Privado”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XIII, Buenos Aires, 1902, p. 438.

¹⁰⁰ Os supostos “incentivos” pregados por Zeballos para fomentar a imigração e melhorar a qualidade de vida dos estrangeiros eram, na realidade, um prêmio para os nativos e para aqueles que se naturalizavam argentinos, mas não para os que conservavam sua condição de estrangeiros, uma vez que estes últimos não teriam acesso gratuito à terra pública, aos direitos sociais de aposentadoria e nem a direitos políticos eleitorais.

destacados atores, o que contrastava com a tradicional política provincial, baseada na atuação dos caudillos, do clientelismo e na fraude (Gallo, 1983), a qual via com desconfiança o desempenho das atividades políticas pelos estrangeiros. Não obstante, a reforma da Constituição provincial de 1890 havia modificado as condições legais de grande parte dos imigrantes ali instalados, alijando-os do processo político enquanto mantivessem sua condição de estrangeiro, o que poderia ser revertido caso se naturalizassem argentinos.

Conforme sustenta Bertoni, a preocupação com nacionalidade e o enfoque patriótico, tão importantes para os grupos dirigentes, adquiriam outros matizes em Santa Fé, pois o extremismo adotado não tinha como finalidade a defesa da nacionalidade, mas, sim, constranger certo tipo de liberdade que passava a ser vista como perigosa para a manutenção da ordem estabelecida. Assim, em 1893, os colonos se levantaram em armas para lutar por seus direitos políticos e organizaram o Centro Político de Estrangeiros (CPE), defendendo a manutenção de sua condição de imigrantes não naturalizados, o que foi interpretado pela imprensa e pelos políticos *santafesinos* como um ato antinacional.

Neste contexto, a RDHL desempenhou um papel importante, funcionando como um espaço de sociabilidade que permitia aos intelectuais elaborarem propostas com vistas a atenuar os problemas decorrentes da imigração massiva. A exaltação do patriotismo, a discussão das questões educacionais e a comemoração do centenário de independência, em 1910, foram alguns dos temas nos quais a publicação teve participação ativa.

4.4 – Educar para nacionalizar

Desde 1853 a questão educacional adquiria importância para a nova nação que se buscava consolidar, principalmente a partir de uma estratégia educativa de longo prazo destinada à produção de novos sujeitos políticos capazes de impor e manter o novo regime político instaurado (Faria Filho; Pineau, 2009, p. 89).

Os homens de 1880, inspirados por Domingo F. Sarmiento, viam a educação como uma ferramenta importante para homogeneizar a nova sociedade, pois a concebiam a partir de uma missão civilizadora que visava preparar as massas para o desempenho das atividades políticas, porém, sempre guiadas pelos que detinham as luzes, isto é, pela elite política e intelectual.

A discussão de assuntos relativos à educação pública e o resgate de textos de Sarmiento, serviram de suporte para a compreensão da nação argentina. A escola, desde os anos de 1880, havia se transformado numa ferramenta em prol da questão nacional argentina. Os debates políticos travados no século XIX assinalaram a possibilidade de se construir o Estado e a Nação por meio de um esforço civilizatório, uma verdadeira política de identidade, que tinha a escola como um eixo central; questão que adquiriu um papel fundamental na década de 1910.

A escola pública, laica e obrigatória foi idealizada como um instrumento que deveria transformar os filhos dos imigrantes em seres argentinos a partir da instrução primária, cuja finalidade era a de incorporar os imigrantes e recuperar a “argentinidade”. Pela utilização de símbolos como a bandeira, o hino e o escudo nacional, da história nacional e das instituições políticas, o governo pretendia assimilar os filhos dos estrangeiros, acreditando que, quando aqueles se vissem rodeados pelos símbolos nacionais e pela exaltação dos heróis pátrios, passariam a sentir-se pertencentes à nação argentina. Seguindo essa perspectiva, o ensino da história nacional deveria mostrar o caminho percorrido pelos grandes personagens e despertar um sentimento de pertencimento à pátria.

Conforme demonstrou Stella Franco (*op. cit.*, p. 43), na virada do século XIX para o XX, em razão do surgimento na Argentina dos movimentos anarquista e socialista e com a realização das primeiras greves de trabalhadores a partir de 1895, as

elites começaram a temer a desordem social. A preocupação em forjar a consciência nacional se ampliava na medida em que as elites associavam os imigrantes aos movimentos sociais desencadeados desde o final do século XIX. Nesse contexto, o ensino da história nacional, da instrução cívica e do idioma nacional eram meios buscados para “argentinizar” o elemento estrangeiro, ou seja, formas de integrá-lo à sociedade argentina.

A partir da reforma do Conselho Nacional de Educação (CNE), a história pátria passou a ser abordada a partir de uma perspectiva que buscava recuperar as tradições e o ensino da história nacional era concebido como um meio de assimilar imigrantes e promover a consciência nacional, processo que se intensificou no século XX. Esse órgão também foi responsável por construir museus e escolas, ritualizar os atos escolares, erigir monumentos e difundir os símbolos pátrios. Zeballos, em companhia de Bartolomé Mitre, Julio Argentino Roca, Ramón Cárcano e Adolfo P. Carranza, foram membros da comissão para a criação de um museu histórico convertendo os objetos do passado em relíquias, pontes emocionais que os uniam a uma história lendária que começava a ser escrita, que precisava ser escrita (BERTONI, *op. cit.*, pp. 102-106).

Em discursos proferidos como presidente da Câmara dos Deputados em 1887 e posteriormente publicados na *RDHL*, Zeballos alertava sobre a indiferença cívica observada nas escolas. Àquela época já havia sido sancionada a Lei 1420, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário, mas, para ele, o sistema educacional público ainda não estava completo e apontava a falta de infraestrutura adequada e de uma maior área de cobertura geográfica. Segundo Sánchez (*op. cit.*, p. 242), a escola argentina se encontrava em desvantagem frente a escola subvencionada pelos estrangeiros, ainda que fosse uma situação que começava, lentamente, a ser corrigida, já que foram necessários vários anos para que a matrícula escolar fosse ampliada e que a influência do Estado fosse consolidada em todo o sistema educativo.

Em 10 de dezembro de 1900, Zeballos fora eleito pelo Conselho de Educação de Córdoba para atuar como seu representante no Congresso Pedagógico e seu discurso, prontamente reproduzido na *RDHL*, destacava o momento crucial do evento:

El Congreso se reúne en un momento histórico de la evolución argentina, en el momento en que todas las tendencias e ideales morales, políticos y sociales, están empeñadas en la lucha para apoderarse del espíritu público y dirigirlo.¹⁰¹

Aquele era o momento da segunda presidência de Roca e o tema da naturalização dos estrangeiros havia desaparecido dos grandes debates públicos. As questões imigratória e da nacionalidade argentina continuavam na agenda, porém, estavam agravadas pelas tensões sociais decorrentes do movimento operário. Além disso, conforme aponta Sánchez (*op. cit.*, p. 249), italianos e espanhóis não eram os únicos imigrantes a desafiar o poder da elite dirigente, já que o país recebia uma importante parcela de imigrantes não desejados como os turcos (sírio-libaneses) e judeus de maioria russa.

Diante desse quadro, em seus discursos, Zeballos indicava o problema da educação das massas como o mais urgente, mas, também, como o mais descuidado:

De modo que en la actualidad no hay en la República Argentina un asunto más trascendental, pero desgraciadamente voy a hacer una afirmación definitiva, con la convicción profunda que tengo al respecto y en la forma terminante con que acostumbro hacer todas las afirmaciones cuando estoy convencido de su verdad: desgraciadamente, repito, en nuestro país el pueblo y los poderes públicos apenas acuerdan a estas trascendentalísimas cuestiones una importancia secundaria¹⁰²

¹⁰¹ ZEBALLOS, E. “Escuelas populares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo IX, 1901, p. 110.

¹⁰² *Idem*, p. 111.

A existência de um sistema educativo bem estruturado, de amplo alcance e eficácia, tanto pedagógica quanto moral, era interpretada como fundamental para a sobrevivência do projeto nacional. A revista transmitia a ideia de que havia um temor de que a sociedade em processo de formação se afastasse dos ideais da Revolução de Maio de 1810 e adotasse um outro caráter em decorrência da caótica e viciosa influência das massas imigratórias:

Por eso corremos el peligro de que esta sociedad en embrión se sienta arrastrada por una dirección vigorosa, de sorpresa, que lejos de responder a los ideales de Mayo, nos lleve a una resultante que no cuadre a nuestras tendencias, ni a nuestros anhelos y que ocasione, cualquier día, perturbaciones profundas a la manera como sorprenden las grandes crisis sociales a los pueblos descuidados.¹⁰³

Podemos notar uma grande preocupação com a ordem, a qual parecia cada vez mais insegura, pois estava assentada sobre uma base instável e potencialmente explosiva. Neste contexto, o estímulo à educação fora projetado com vistas a definir uma tradição uniforme, dirigida e dominada pelos intelectuais liberais que buscavam, tal como enunciou Zeballos, definir a tradição nacional nos moldes da própria Constituição Nacional:

La lucha por dirigir la educación, que representa grandes sumas de poder, de riqueza y de influencia, actuando persistentemente sobre el espíritu público argentino, debe tener su principio y su fin en los orígenes y en las tendencias de nuestra constitución.¹⁰⁴

¹⁰³ *Idem*, p. 111

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 111

Contudo, Zeballos insistia que ainda faltava à educação um alcance verdadeiramente nacional que tornasse possível uniformizar cultural e politicamente o país:

No hay sino un medio de defender de cualquier peligro a nuestra nacionalidad, en el pasado y en el porvenir, del punto de vista educacional: el de declarar que los ideales de la educación correspondan al Estado, prestigiando el sistema que dirige el Consejo Nacional con sus delegaciones federales en el resto de la República, combinadas con los consejos de las provincias. Éste es el sistema de educación de la carta fundamental. ¡Él ofrece amplias seducciones para todos los anhelos y creencias, porque a todos los comprende y a todos asegura los beneficios de las garantías y libertades declamadas! [...] Es el único sistema que dará homogeneidad al sentimiento nacional y que habilita para ejercitar los derechos acordados por nuestra constitución, en un ambiente de fundadora libertad de pensamiento y de acción, para todos los hombres y para todas las creencias, acordando a cada uno su legítimo lugar. Es la vía para alcanzar el equilibrio de las influencias e intereses contradictorios al amparo de la dirección uniforme de los destinos de nuestra nacionalidad.¹⁰⁵

Em algumas regiões da Argentina, como Rosário e Buenos Aires, as bandeiras, as celebrações patrióticas e as estátuas patrocinadas pela coletividade de estrangeiros haviam se tornado abundantes e ocupavam lugares de destaque. Esse era o caso dos italianos, que de acordo com Fernando Devoto (*op. cit.*, p. 40), eram considerados um grupo sob suspeita e representavam uma ameaça devido ao grande número, à pouca disposição em se integrar à sociedade argentina e ao vigor de suas instituições étnicas;

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 112.

além disso, sua presença pública em manifestações e comícios, principalmente em festejos a seus heróis, tais como Mazzini e Garibaldi, contribuíram para que fossem vistos como um empecilho à construção da identidade argentina. Devoto argumenta, também, que a promoção da imigração subsidiada converteu-se num exemplo da intenção do governo argentino de incrementar e reorientar o fluxo para diluir a importância da imigração espontânea italiana, já que os italianos foram rigorosamente excluídos de tal iniciativa.

O empenho em enaltecer a nação que se buscava construir ecoava nas páginas da revista, tal como em um artigo do próprio Zeballos, publicado no ano de 1900, que pretendia rastrear as origens do escudo e das cores nacionais definidos pela Assembleia de 1813. A grande preocupação detectada estava relacionada à adulteração que teriam sofrido ao longo do tempo e sobre como possivelmente o caráter nacional daquele símbolo pátrio teria sido corrompido pela atuação de funcionários e artesãos:

Los atributos nacionales corren de tal manera adulterados por eliminación de caracteres o por adiciones y variantes arbitrarias y a las veces ridículas, que aún las personas instruidas se preguntan a menudo: ¿cuál es el verdadero escudo nacional?¹⁰⁶

A preocupação já existia desde o final do século XIX, como podemos perceber a partir de um decreto do então presidente Roca, em 1884¹⁰⁷, proibindo o uso indiscriminado de bandeiras estrangeiras e determinando que fossem destacadas as cores argentinas:

¹⁰⁶ ZEBALLOS, E. S. “El escudo y los colores nacionales”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo VII, 1900, p. 279.

¹⁰⁷ O decreto do presidente Julio Argentino Roca foi transcrito por Zeballos na RDHL.

Artículo 3º. Queda prohibido enarbolar en tierra los pabellones de otros Estados, com excepción de las casas de sus Agentes Diplomáticos y Consulares.

Artículo 4º. En el ornato de fachadas de edificios o de locales preparados para festejos públicos, podrán usar indistintamente los colores de todas las banderas, y en los trofeos que se formen la Argentina ocupará siempre el centro.¹⁰⁸

Zeballos parecia obstinado em resgatar a pureza dos “emblemas sagrados da pátria”, transformados pela “fantasia” de artesãos, arquitetos e pedreiros, muitos deles estrangeiros, uma vez que a tentativa de descobrir quais as verdadeiras cores nacionais encobria uma questão de fundo, esta sim, mais geral e complexa e da qual se ocupou enquanto diretor da *RDHL*: qual era a verdadeira nacionalidade?

José Luis Romero assinala que o robustecimento do patriotismo pareceu, a muitos intelectuais, a arma necessária para neutralizar os perigos representados pela imigração aluvional (*op. cit.*, p.71). José Maria Ramos Mejía, diretor do Conselho Nacional de Educação (CNE) à época do Centenário, via a necessidade de resgatar a história do país, criar um panteão pátrio, dotar de símbolos, ou seja, elaborar uma “mitologia” capaz de fazer nascer no peito da nova geração – formada pelos filhos dos imigrantes – um sentimento de pertencimento à terra que os acolhera. O melhor método seria induzi-los a uma espécie de sujeição interior, pois Ramos Mejía considerava tratar-se de uma massa carente e pouco ilustrada que carregava consigo outros comportamentos e sentimentos, distintos dos argentinos. Ricardo Rojas também defendia a necessidade de rever os princípios fundamentais da educação argentina, pois afirmava que a educação baseada na História seria o único caminho capaz de criar o sentimento coletivo que o país requeria para fundir todos os seus elementos.

Para Romero, a retórica oficial parecia ter cunhado definitivamente o tópico da “grandeza nacional”, do invejável destino argentino e de suas inatas virtudes. A ideia de pátria havia adquirido um valor convencional nas frases feitas, mas arrastava um

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 276.

sentimento autêntico e inevitável que se difundia e operava na sociedade como um vivo estímulo para a transformação do heterogêneo em homogêneo e para a absorção dos grupos humanos de diversas origens em uma coletividade (*op. cit.*, p.70).

A *RDHL* evocava o Estado para assumir o protagonismo e se impor sobre as “vontades dispersas e forças centrífugas” que atuavam no país e competiam com a educação patriótica, apontada como única expressão genuína do Estado nacional e do projeto liberal que parecia naufragar. Em outro discurso, pronunciado durante a inauguração do novo Conselho Escolar do Distrito Norte da Capital, realizado na escola Sarmiento, Zeballos reconhecia que deveriam ser impostos limites à liberdade de pensamento e de ensino, de forma a garantir o êxito do projeto nacional:

... en la misma capital de la República, en este distrito central, se agitan y desarrollan diversos y antagónicos ideales educativos. Advertiríamos que mientras el uno cultiva la sencillez igualitaria de nuestro sistema político, preparando los niños para la vida de ciudadanos libres, el otro fomenta las preocupaciones de clases, la anarquía social y la subordinación del ciudadano a influencias y a disciplinas que enfrían el sentimiento patriótico y lo desvían de los ideales democráticos. Estas tendencias, abusos de la libertad de enseñar, subsisten porque la Nación carece de un ideal definido y de una acción resuelta en materia de educación. La libertad de pensamiento y de enseñanza reconocen un límite: el culto patriótico, cuya Biblia es la constitución federal.¹⁰⁹

As escolas de estrangeiros eram um elemento preocupante, porém, os centros anarquistas representavam maior ameaça aos ideais da elite dirigente. Por rechaçar a existência de toda organização estatal, baseada no poder e na autoridade, as escolas libertárias colidiam com as públicas à medida que não reconheciam, combatiam e refutavam o ideal patriótico que as sustentavam.

¹⁰⁹ ZEBALLOS, E. “Discursos escolares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1901, pp. 289-299

4.5 – 1910: o Centenário da Independência e o retorno às origens

Os anos que antecederam a comemoração do Centenário da Independência foram marcados por grandes manifestações patrióticas na *RDHL*. A imigração continuava presente, porém, passou a ser discutida de uma forma mais branda pela publicação. A defesa da nacionalidade continuou a ser o principal objetivo da revista, que passou a dar maior destaque às políticas educacionais – que não representavam uma novidade no discurso de Zeballos – e às comemorações do Centenário da Independência, convertidos em assuntos de primeira hora.

A data da comemoração do Centenário da Independência foi tomada como pretexto pela elite política e intelectual para inspirar na população o sentimento de pertencimento à nação argentina. Impulsionados pelos grupos dirigentes, múltiplos setores sociais foram, de alguma forma, incluídos nos preparativos de manifestações que tinham por objetivo resgatar a “argentinidade” e as tradições históricas, o que acabou transformando as festividades num modo de enfrentar a heterogeneidade étnica causada pela grande porcentagem de imigrantes.

Por outro lado, o movimento operário se intensificava e, em 1909, foi vinculado a um atentado a bomba praticado pelo anarquista Simon Radowitzky, culminando na morte do Coronel Ramón Falcón e de seu secretário, além da decretação de estado de sítio e de uma forte repressão governamental (Beired, *op. cit.*, p. 27). Houve manifestações públicas organizadas pela FORA com participação de cerca de 70000 operários que exigiam a abolição da Lei de Residência e a liberdade de presos em conflitos sociais. Diante do início de uma greve geral, houve pronta resposta governamental por meio de uma operação policial repressiva que tratou de destruir as instalações dos jornais anarquistas *La protesta* e *La Batalla* e do socialista *La Vanguardia*, além de prisões e deportações de envolvidos no episódio.

Um novo projeto de lei teve sua aprovação acelerada em 1910 após um atentado à bomba no teatro Colón, em Buenos Aires – deixando várias pessoas feridas e

causando pânico e medo nos políticos – cuja autoria foi atribuída pela polícia a um anarquista. A lei de Defesa Social fora um projeto apresentado por Carlos Meyer Pellegrini e elaborado por Nicolas Calvo e Lucas Ayarragaray¹¹⁰ que proibia a reunião ou associação de anarquistas, regulava a realização de manifestações públicas, prescrevia penas para aqueles que provocassem tumultos, atentados, fabricassem ou portassem explosivos ou fizessem apologia daquilo que a lei considerasse delito; além disso, ratificava a Lei de Residência. Interpretamos, portanto, ambas as leis como medidas que atentavam os direitos civis e sociais, demonstrando o caráter autoritário e perseguidor do Estado argentino em relação aos que se opunham ao projeto nacional.

Para resgatar o sentimento nacional, a elite intelectual propunha retornar ao passado, às origens, em busca de uma definição do ser essencialmente argentino. Nesse sentido, a identidade nacional, antes simbolizada pelo imigrante europeu, passou a ser problematizada a partir de outra perspectiva, na qual a herança colonial, outrora repudiada pelos liberais, foi recuperada e considerada parte integrante do novo modelo nacional.

Conforme demonstrou José Luis Beired (2010, p. 47), naquele ambiente de debate sobre a nacionalidade, produziu-se uma surpreendente mudança de posição em relação à herança espanhola na Argentina e sobre as relações que deveriam ser estabelecidas entre ambas as nações. Parte de um processo de circulação de ideias que conectou os dois lados do Atlântico, essa redefinição repercutiu sobre as representações das identidades nacionais, mobilizando defensores e críticos da tradição hispânica.

Nicolas Shumway (2008) destaca a existência, no século XIX, de uma corrente que concorria com a anti-hispanista, defendia as mesclas culturais e se orgulhava da tradição hispânica como nacionalista ou populista e a relacionou aos nomes de José Hernández, Olegario Andrade e Carlos Guido y Spano (SHUMWAY, *op. cit.*, p.317-318). Para este historiador, o nacionalismo era, antes de mais nada, nativista, orgulhoso da herança hispânica e de sua mistura étnica e rejeitava o racismo “esclarecido” dos liberais argentinos (Idem, p.369). A perspectiva criollista também foi resultado dessa visão otimista acerca do passado colonial. Originando-se no campo literário, o criollismo utilizava-se da mitificação do passado e do discurso telúrico, e associava a colonização espanhola a um período positivo da história argentina, pois considerava que

¹¹⁰ O projeto inicial contemplava a pena de morte para maiores de 15 anos, sem distinção de sexo, o que foi alterado para atingir os maiores de 18 anos.

foi a partir da miscigenação com os espanhóis que surgiu o tipo gaúcho identificado, por esses intelectuais, como aquele que melhor representaria a nação argentina. Estas perspectivas foram, portanto, retomadas num momento crucial para a nação argentina.

A independência cubana simbolizou o fim do império colonial espanhol na América e contribuiu para que a constante hispanofobia argentina transitasse a uma hispanofilia, que alcançou sua máxima expressão à época do Centenário da Independência (MEN, *op. cit.*, p. 218). Podemos enunciar alguns exemplos simbólicos que demonstram a mudança de orientação da Argentina em relação à “mãe pátria”, tanto no âmbito cultural quanto diplomático, como a supressão de uma estrofe do hino nacional argentino considerada ofensiva à Espanha, a presença de uma comitiva liderada pela infanta Isabel durante os festejos do Centenário da Revolução de Maio e a posterior adoção da comemoração do “Dia da Raça” em homenagem ao “descobrimento” colonial espanhol. Beired aponta, ainda, a importância da passagem do historiador espanhol Rafael Altamira pela Universidade de La Plata que inaugurou um novo ciclo para as relações científicas e culturais entre os dois países (BEIRED, *op. cit.*, p. 51).

A RDHL difundiu o hispanismo à medida que Zeballos¹¹¹, membro da Academia Argentina da Língua, se empenhava em consolidar o castelhano como língua oficial, contribuindo de forma direta para que o legado espanhol e a hispanidade fossem relidos a partir de uma perspectiva positiva como aglutinador da nova identidade em processo de construção.

Por meio das ideias hispanistas, Zeballos pretendia promover a integração dos imigrantes espanhóis deixando para trás sua posição estigmatizada associada à hispanofobia. A carga simbólica negativa foi voltada a outros grupos étnicos mais vulneráveis e com menor possibilidade de integração; por isso, entendemos que a revalorização positiva dos espanhóis, do “sangue ibérico” e da “raça hispânica”, tal como eram por ele enunciados, só se deu de maneira fortuita às expensas da exclusão de outros contingentes imigratórios, aos quais foram atribuídas as características de exóticos e marginais.

Os preparativos para a grande comemoração do Centenário da Independência iniciaram-se com anos de antecipação, o que permitiu a chegada de propostas,

¹¹¹ Rafael Monner Sans foi colaborador da RDHL e, nas homenagens póstumas prestadas a Zeballos, fez questão de destacar que deveria ser lembrado como um eloquente defensor do hispanismo.

informações e pedidos vindos de todos os cantos do país, os quais serviram como base para que as autoridades nacionais decidissem acerca dos locais onde seriam construídos estátuas e monumentos que deveriam representar fatos históricos importantes para a Argentina.

Os artistas da época buscavam identificação com momentos históricos que haviam marcado o século XIX e que continuavam vivos na memória dos contemporâneos, tais como a Revolução de Maio de 1810, a luta pela independência, a construção do Estado nacional e a consolidação da nação. A estratégia elaborada pelo governo para criar um ambiente que inspirasse o sentimento patriótico contou, a princípio, com dispositivos visuais, mas logo foi complementada pela expressão escrita por meio da produção poética sobre temas relacionados ao significado histórico do Centenário. Revistas e jornais publicaram obras de poetas de reconhecida trajetória e também de autores das províncias, os quais viam nos festejos uma oportunidade de fazer com que seus versos fossem ouvidos. Com este intuito, estimulou-se, ainda, a impressão de obras completas de notáveis intelectuais argentinos, além da publicação de documentos históricos e cartas geográficas que traziam as atualizações dos limites do país, e da inauguração de bibliotecas.

A *RDHL* publicou os discursos proferidos na capital federal como uma forma de exaltar o patriotismo inspirado pela data, os quais integravam uma seção intitulada “O Espírito do Centenário” e que teve continuação, durante os anos seguintes, porém, apresentando discursos proferidos nas províncias argentinas que apareciam sob o título de “Crônica Intelectual do Primeiro Centenário”.

No discurso de apresentação do curso intensivo de direito internacional privado na Universidade de Buenos Aires, Estanislao Zeballos afirmava, em 1911, que a temática abordada seria a nacionalidade. Pretendia discutir a situação da Argentina diante da alta cifra imigratória, do grande número de cidadãos cujos pais não eram argentinos, das discussões diplomáticas travadas a partir disso e aproveitava para tecer críticas ao governo nacional, indicando seus membros como o público-alvo de suas aulas:

Este curso interesa por consiguiente a los hombres de Estado de la República Argentina, que no ha completado su organización nacional, porque después de haber obtenido la independencia, de haber asegurado la libertad contra la dictadura y sancionado y promulgado las constituciones federal y provinciales, queda todavía en pie el gran problema substancial de la homogeneidad y definición de la población, sin que nos hayamos preocupado de sus soluciones sino por movimientos parciales y espasmódicos.¹¹²

A nacionalidade afluía, mais uma vez, como uma questão que se buscava definir e revelava, outrossim, a debilidade do estado argentino e o caráter ainda incompleto de sua organização política e institucional. Passados mais de vinte anos desde o início dos debates pela nacionalização dos estrangeiros a situação parecia não apresentar mudanças significativas.

De acordo com Zeballos, se constituía em um assunto que deveria interessar, sobretudo, aos estrangeiros, que acreditavam ser cidadãos europeus mas que, na realidade, não possuíam pátria alguma, já que não desempenhavam ação cívica para contribuir com o progresso de sua pátria de origem e nem para a que os havia acolhido. Entretanto, notamos que ele buscou dialogar com outro público, dirigindo seu discurso à juventude que ocupava os assentos universitários e que era composta, em grande medida, por filhos de imigrantes, considerados, elementos chave para a definição da nacionalidade:

El millón y docientos mil argentinos, hijos de europeos, que se hallan en este caso, están llamados a formar la cabeza de la columna, en la solución de tan arduos y complejos problemas y en las leyes orgánicas que requieren. Honrarán así a sus padres, cuya situación es injusta e incómoda en los hogares argentinos, porque esos hombres sienten la voluntad de ser ciudadanos legales, porque lo son ya en el hecho social y económico, en el derecho privado y solo les falta la consagración del derecho público! Yo no

¹¹² ZEBALLOS, E. “La nacionalidad”, discurso inaugural del curso intensivo sobre la materia en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 5 de abril de 1912, en *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXXIX, 1912, p. 299-300.

concibo nada más digno de la piedad filial que obtener algún día la carta de naturalización de sus progenitores, que tornar a los hogares con la doble alegría del que va a honrar a su padre y al nuevo ciudadano de la República.¹¹³

A questão não era pertinente apenas aos “novos argentinos”, mas, também, a seus pais, cuja situação jurídica ainda era incerta apesar de radicados há muitos anos no país. E, mais uma vez, Estanislao Zeballos evocava sua naturalização. Cabe ressaltar que esta postura destoava daquela outrora enunciada por Alberdi, quem defendia que a manutenção da nacionalidade original dos imigrantes, tanto para eles, quanto para seus filhos, contribuiria para seu arraigo na América, sintetizada na proposta do *jus sanguinis*.

Zeballos enunciava, também, o caráter efêmero representado pelos festejos do Centenário e garantia que a naturalização dos estrangeiros, contribuiria para uma mudança profunda e permanente que atingiria as estruturas políticas do país, marcando o início de uma etapa mais madura e construtiva:

... en la República Argentina no existen organizaciones políticas de partidos permanentes, sino individualismos que pretenden dirigir la opinión pública, para los cuales sería el golpe definitivo la incorporación de cientos de miles de electores calificados de nacionalidades extranjeras en su origen. Todos los recursos (...) han sido agotados para despertar el espíritu público argentino en materia electoral. (...) La naturalización de los extranjeros producirá un sentimiento reflejo. ¡Entonces los argentinos por amor propio no les cederán la urna e irán a disputársela con voto!¹¹⁴

¹¹³ *Ibidem*, p. 301.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 301-302

Este discurso de Zeballos fora proferido em um momento emblemático já que, poucos meses depois, no ano de 1912, teve início a reforma eleitoral proposta por Roque Sáenz Peña e, em março daquele ano, foram realizadas em Santa Fé, as primeiras eleições sob seu funcionamento. O voto ainda não foi secreto, mas se deu em caráter obrigatório e foram utilizados registros militares, garantindo a eleição de Manuel Menchaca, representante do radicalismo, ao governo da província; dias mais tarde foram realizados pleitos para deputados nacionais em todo o país e, mais uma vez, em várias regiões, a União Cívica Radical voltou a triunfar.

A instauração do sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório levou a uma forçosa ampliação da participação política das massas e, dessa forma, os filhos de estrangeiros nascidos na Argentina que, por conseguinte, eram cidadãos, se viram ser obrigados a votar. Contudo, a Lei Sáenz Peña era ainda bastante excludente, pois não permitia o voto feminino e nem dos inúmeros estrangeiros que viviam no país sem possuir a nacionalidade argentina. A proposta difundida por Zeballos, por sua vez, conservava-se a mesma desde 1887 e demonstrava ser mais democrática já que abarcava a grande maioria de homens maiores de dezoito anos.

5 – POR UMA IDENTIDADE INTERNACIONAL

Desde a consolidação do Estado nacional, em 1880, a maioria dos dirigentes argentinos buscou integrar o país ao mercado mundial que se encontrava em plena expansão. Imigrantes, capitais – sobretudo ingleses – e comércio estavam no centro deste cenário e transformaram a Argentina em protagonista de um dos mais espetaculares processos de expansão da história do capitalismo.

O crescimento econômico experimentado no final do século XIX e mantido durante a primeira década do XX inspirou seus dirigentes a desempenhar uma missão civilizadora na América Latina, demarcando sua hegemonia sobre a região. As atenções fora do continente, por sua vez, estavam voltadas para a Europa, sobretudo direcionadas à Grã-Bretanha, e era reativa às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, sob a égide do pan-americanismo (BUENO, 2003).

De acordo com José Paradiso (2005, p. 38), enquanto os mercados mostravam o perfil de uma relação privilegiada com a Europa, a agenda diplomática argentina mantinha em posição preponderante o âmbito territorial imediato, já que o país estava envolvido em um conjunto de litígios limítrofes que provocavam fricções com os países vizinhos. O autor acrescenta que várias destas questões se arrastavam desde a época da independência e foram se agravando à medida que transcorria a segunda metade do século XIX. Essas disputadas devem ser consideradas como reflexo de um fenômeno não circunscrito ao continente americano, mas associado ao processo de consolidação dos Estados nacionais, em meio a circunstâncias econômicas que valorizavam o recursos naturais de cada país e, por conseguinte, dos respectivos territórios (*Idem*, p. 38).

É importante destacarmos que foi com o governo de Julio Roca, entre 1880 e 1886, que a Argentina inaugurou uma nova e moderna concepção em relação à administração do país e do exercício das relações internacionais. A Campanha do Deserto liderada por ele – enquanto general no governo de Nicolás Avellaneda - garantiu a presença argentina no sul patagônico¹¹⁵. Roca promoveu a reorganização do exército¹¹⁶: modificou sua estrutura e coordenou seus quadros, enquanto tratou de

¹¹⁵ A região patagônica incorporada pela Argentina foi alvo de litígio com o Chile que reivindicava o direito sobre as terras. A questão parecia solucionada com as negociações de Bernardo de Irigoyen, chanceler argentino, por meio do Tratado de 1881.

¹¹⁶ Até aquele momento, era chamado de Guarda Nacional e funcionava como uma força miliciana.

incrementar seu equipamento militar.

A Argentina do início do século XX poderia ser traduzida, portanto, como uma nação orgulhosa e otimista que desfrutava o despertar de um imperialismo do qual, segundo Roberto Etchepareborda (1978), Estanislao Zeballos era o maior representante. Na *RDHL*, Zeballos demonstrava que a questão nacional extrapolava os limites territoriais. Partindo de uma abordagem que contemplava a organização nacional, Zeballos entendia que a afirmação da Argentina enquanto nação soberana não deveria se dar apenas diante dos países americanos, mas, também, das potências europeias.

Neste capítulo nos propomos a analisar a forma como a *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)* refletiu as relações diplomáticas da Argentina com o Brasil e o Chile, países vizinhos que, em várias situações, foram vistos como uma ameaça a seus interesses hegemônicos. Defendemos, também, a hipótese de que a *Revista* foi utilizada por Zeballos para promover a projeção de seu país enquanto uma potência continental, mesmo quando afastado da chancelaria argentina.

5.1 – Zeballos chanceler

Estanislao Zeballos percorreu, ao longo de sua vida política e intelectual, uma trajetória de ascensão. Seu envolvimento com as letras, a ciência e a política, o levou a ocupar o disputado Ministério das Relações Exteriores em três oportunidades: nos governos de Juárez Celman (1889-1890), Carlos Pellegrini (1891-1892) e de Figueroa Alcorta (1906-1908), contribuindo para a construção de sua reputação como profundo conhecedor das questões diplomáticas e do direito internacional.

Aos 35 anos de idade já era considerado um dos mais renomados especialistas argentinos em questões diplomáticas e de limites. Sua designação para a chancelaria do governo Celman se deu num momento de reorganização política¹¹⁷ em que o chefe do executivo buscava o apoio de Zeballos e de outros jovens e ambiciosos políticos com o

¹¹⁷ Zeballos substituiu Norberto Quirno Costa – ex vice-presidente durante o governo de Roca - que passou à frente do Ministério do Interior, já que o titular, Wenceslao Pacheco, retornou ao Ministério da Fazenda

intuito de mudar a fachada do oficialismo *roquista*, fortemente associado ao tradicionalismo provinciano e à astúcia de uma política mesquinha (Paredes, 2011, p. 113). Roberto Ortigueira, em um texto introdutório à obra *La política exterior de Chile* (1993, p. XIII), corrobora esta versão e ressalta que, embora jovem, o grande prestígio de Zeballos na área do direito¹¹⁸ – especialmente em questões de limites –, relacionava-se ao profundo conhecimento que possuía em geografia e história colonial hispano-americana.

Zeballos não militou organicamente em nenhum partido político e não estava voltado especificamente a nenhum dos grupos políticos que dominavam o cenário argentino, além disso, não mantinha uma relação plena com os dirigentes que os representavam. Nesse contexto, seu primeiro mandato à frente do Ministério das Relações Exteriores era frágil. Manifestava respeito pessoal pela figura de Bartolomé Mitre¹¹⁹ e, em relação a Roca, ainda que no início de sua carreira política o tivesse admirado pela Campanha do Deserto e por sua gestão progressista, houve um rompimento político em 1885 quando o então presidente se opôs à pretendida candidatura de Zeballos para o governo de Santa Fé.

O grande foco da primeira passagem de Zeballos pela chancelaria argentina foi a condução das negociações diplomáticas com o Chile. Como forma de preservar as conquistas territoriais, o ministro resolveu, por meio de um decreto ministerial, em 20 de novembro de 1889, que a partir dessa data, todos os mapas e cartas geográficas do território argentino anteriores a ele eram ilegítimos¹²⁰. Com esta medida, buscava evitar que os países adversários pudessem utilizar os mapas produzidos no país¹²¹ para fundamentar pretensões expansionistas que incorporassem o território argentino (ORTIGUEIRA, *op. cit.*, p. XIV).

Em segunda gestão no Ministério Exterior, durante o governo de Carlos Pellegrini, Zeballos não mais necessitava de apoio explícito para ter participação nas decisões governamentais. Buscou organizar toda a documentação relativa à questões de

¹¹⁸ Sua notoriedade se deu em virtude da defesa que realizou do jornal *La Prensa* em resposta a uma ação movida pelo governo de Buenos Aires, cuja defesa fora baseada na liberdade de imprensa.

¹¹⁹ Apesar de não concordar com a tendência conciliadora manifestada em seu apoio à política do acordo.

¹²⁰ Essa determinação incluía os mapas e cartas cartográficas publicados com autorização oficial anteriores a 20 de novembro de 1889.

¹²¹ Muitos destes mapas continham erros de traçado e demarcação de territórios que não haviam sido enunciados anteriormente.

limites, pois constatou que ela estava exposta livremente, sem nenhum tipo de controle ou segurança e, demonstrando preocupação com a manutenção das fronteiras e, por conseguinte, com a soberania nacional, ordenou o envio de importantes documentos para arquivos europeus, onde acreditava que estivessem mais seguros. Criou, também, a *Oficina de limites internacionais*, voltada ao estudo de problemas limítrofes, cuja função era investigar antecedentes de questões geográficas, históricas, topográficas e diplomáticas; além disso, fez parte de suas atribuições, o envio de uma comissão, liderada por José de Orellana, para Sevilha com o intuito de recompilar toda a documentação de antecedentes coloniais referente a limites e jurisdições existente no Arquivo de Índias¹²². A criação de uma biblioteca especializada em questões limítrofes e em história diplomática latino-americana foram, também, realizações da gestão de Zeballos.

Não obstante, sua atuação na chancelaria foi interpretada por muitos como imperiosa e conflitiva, especialmente em relação a questões que envolviam o Chile e o Brasil em um contexto dominado pela definição de limites a nível local e por alianças continentais a nível internacional, marcando a inserção da Argentina em uma arriscada disputa pela influência na porção sul do continente americano.

A *RDHL* refletia estes ideais e buscava dar significado à nação a partir de discussões sobre assuntos políticos internos, mas, também, externos. Dessa forma, estabelecia a identificação a nação argentina a partir de sua importância diante dos “outros” que poderiam ameaçar sua soberania. A construção da identidade nacional argentina estava vinculada, portanto, à constituição do *eu* (argentinos), do *nós* (representados pelos imigrantes e seus filhos) e dos *outros* (as demais nações).

5.2 – *Divortia aquarum*

A questão de limites envolvendo a Argentina e o Chile havia sido iniciada desde

¹²² Zeballos teria ordenado que os pesquisadores averiguassem se agentes de outras nações teriam buscado por documentos argentinos.

Caseros, mas nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, os conflitos fronteiriços atingiram seu ponto de saturação.

.Em 1856, ambas as nações haviam estabelecido a aplicação do princípio de *Uti Possidetis Iure*, segundo o qual, após a independência da Espanha, as ex-colônias teriam suas fronteiras delimitadas a partir do território ocupado no período colonial. Posteriormente, Chile e Argentina passaram a adotar o conceito de *terra nullius*, buscando criar colônias em terras não ocupadas por outro país. Apesar disso, não havia um acordo que satisfizesse as pretensões territoriais de ambas as partes.

O tratado de 1881 fixava os limites precisos entre os dois países ao longo de toda sua fronteira comum. Assinado em Buenos Aires por Francisco de B. Echeverría, cônsul-geral do Chile em Buenos Aires e por Bernardo de Irigoyen, ministro das relações exteriores da Argentina, demarcou as fronteiras no sentido norte ao sul pelo cume mais alto da Cordilheira dos Andes a partir da divisão das águas. O Estreito de Magalhães foi considerado território neutro¹²³ e a Terra do Fogo passou a domínio chileno em sua parte ocidental e, argentino, na oriental.

Estanislao Zeballos declarava abertamente sua oposição formal ao governo de Roca e, por conseguinte, ao tratado estabelecido com Chile durante aquele governo. Considerando a soberania argentina ameaçada, transformou sua *Revista* em porta-voz da preponderância de seu país na América do Sul:

(...) la propaganda que inspiró la fundación de la Revista de Derecho, Historia y Letras en 1898, que la ha robustecido dándole una circulación y estabilidad singulares, ampliada en mis últimas conferencias, comienza a producir un movimiento de concentración suramericana y en el interior mismo de la República Argentina, que estimulan y presagian resultados eficaces en la política internacional¹²⁴.

¹²³ O Chile atribuía grande importância ao Estreito de Magalhães e à Terra do Fogo, pois além de busca a manutenção de seu reduzido território, a maior parte de seu comércio era orientado rumo à Europa.

¹²⁴ ZEBALLOS, E. "Política internacional suramericana". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1901, Tomo VIII, p. 590.

Outrossim, considerava que a intervenção da *RDHL* em vários momentos importantes do cenário nacional sul-americano havia sido reconhecida por importantes representantes destes países que lhe rendiam homenagens e gratidão:

Estos actos solemnes fortalecen la propaganda de la Revista de Derecho, Historia y Letras justificando que fué su fundación oportuna y llegó en hora propicia a debatir los grandes intereses argentinos y de la política continental a ellos vinculada. La dirección acepta agradecida estos ecos de la opinión pública del Peru y Bolívia, como una nueva manifestación inspirada por la comunidad de ideales y de simpatías internacionales.

Quepa por lo menos a la República Argentina el honor de la iniciativa intelectual con el objeto de organizar y de mantener el acuerdo y la simpatía de los estados sud-ecuatoriales, como base de una alta política internacional defensiva y conservadora, hacia la cual avanzamos lenta pero seguramente, a pesar de una parte de nosotros mismos!¹²⁵

Pablo Lacoste (2003, p. 112) defende a perspectiva de que Zeballos demonstrava grande preocupação com a questão territorial e, por isso, desenvolveu uma visão territorial pautada na “tendência ao desmembramento”, caracterizado pela nostalgia manifestada pelo Vice-reinado do Rio da Prata e pela explicação da história argentina a partir de uma sucessão de perdas territoriais, tal como revelou o artigo “La política exterior de Chile y las Repúblicas Argentina, del Perú y Bolivia”, publicado em 1900, na *RDHL*:

¹²⁵ *Ibidem*, p. 594.

La desmembración nacional, de 1810 a 1852, está señalada por la segregación de la mayor parte de las Misiones de ambos lados del Uruguay, de las repúblicas Oriental y de Bolivia, con el territorio atacameño del Pacífico desde el Salado de Copiapó hasta el Loa del Perú y con la erección de la provincia chilena, al oriente de los Andes, en Magallanes. Desde 1852 hasta 1900, largo período de guerra civil e incertidumbre, de prostitución de las instituciones adoptadas en 1853, de grandes adelantos morales y materiales y de mercantilismo insaciable, sin miedo y sin escrúpulos, la desmembración territorial ha continuado. El Chaco al norte del Pilcomayo, los territorios del grado 52 de latitud sur en la Patagonia, y una parte de Atacama oriental entre los paralelos 22° y 23° pasaron a extraños dominios, cuyo engrandecimiento aumenta los peligros futuros para la República Argentina¹²⁶

Em 1898, logo em seu primeiro número, a *RDHL* conferiu elevado destaque aos assuntos diplomáticos, motivada pela latente discussão dos limites então estabelecidos com o vizinho andino conforme o Tratado de 1881. Naquele ano havia sido formada uma comissão para, efetivamente, demarcar os limites estabelecidos pelo referido tratado; os peritos nomeados foram Diego Barros Arana, pelo Chile e Octavio Pico Burgess pela Argentina.

A discussão do momento dizia respeito ao artigo primeiro do referido tratado:

Artículo 1º. El límite entre Chile y la República Argentina es, de Norte a Sur, hasta el paralelo cincuenta y dos de latitud, la Cordillera de los Andes. La línea fronteriza correrá en esa extensión por las cumbres más elevadas de dicha Cordillera que dividan las aguas y pasará por entre las vertientes que se desprenden a un lado y otro. Las dificultades que pudieran suscitarse por la existencia de ciertos valles formados por la bifurcación de la Cordillera y en

¹²⁶ Zeballos, Estanislao. La política exterior de Chile y las Repúblicas Argentina, del Perú y Bolivia. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VI, 1900, p. 302-303.

que no sea clara la línea divisoria de las aguas, serán resueltas amistosamente por dos Peritos nombrados uno de cada parte. En caso de no arribar éstos a un acuerdo, será llamado a decidir las un tercer Perito designado por ambos Gobiernos. De las operaciones que practiquen se levantará una acta en doble ejemplar, firmada por los dos Peritos, en los puntos en que hubieren estado de acuerdo y además por el tercer Perito en los puntos resueltos por éste. Esta acta producirá pleno efecto desde que estuviere suscrita por ellos y se considerará firme y valedera sin necesidad de otras formalidades o trámites. Un ejemplar del acta será elevado a cada uno de los Gobiernos.

Barros Arana apresentou sua interpretação do referido artigo, a qual julgava que o limite entre os países estava fixado no *divortium aquarum* continental. A aceitação da versão chilena significava, para a Argentina, a perda de parte do território da Patagônia oriental. Diante desse impasse, a demarcação foi suspensa.

Zeballos caracterizou o momento a partir da perspectiva de uma crise internacional e não mediu palavras em um artigo dotado de ironia e duras críticas, a fim de marcar seu posicionamento em relação ao pedido de revisão do Tratado de limites de 1881, proposta por Barros Arana:

(...) Todos los tratados y protocolos – cesiones territoriales o diplomaticas de la República Argentina en favor de Chile – celebrados desde 1881 hasta 1896, han sido el fruto de aquella presión de la atmósfera en que se negociaba. No hago un reproche. Rememoro apenas el argumento heroico presentado a los acuerdos del gabinete y al congreso de la República Argentina, para inducirlos a aceptar aquellos papeles de Estado, de cuyo voto están arrepentidos la mayor parte de sus autores. La guerra, según los agentes argentinos, era inminente. Las clases superiores de Chile conservaban “sentimientos amistosos hacia la República Argentina”; pero la Araucania rugía irritada. Nadie podría contenerla y era necesario aplacarla, arrojándole las prendas en la retirada. ¡Y cedieron la Tierra del Fuego casi en su totalidad, un Estado sobre Magallanes, los puertos en el Pacífico... el

protocolo de 1893... no comprendido aún por la opinión argentina, otras cosas que no es oportuno discutir, y el derecho de citarnos ante el árbitro, en son de rebeldía, como a litigante de dudosa buena fe!¹²⁷

Para Zeballos, a proposta de Arana contrariava o real teor do acordo e residia em uma nova discussão da questão; o representante chileno, por outro lado, insistia na possibilidade de uma outra interpretação. Nesse sentido, entendia, ainda que, devido ao interesse do Chile na solução arbitral, esse país pressionava a Argentina sob a ameaça de um conflito bélico.

Zeballos, então a cargo das Relações Exteriores argentinas, acompanhado pelo perito Otavio Pico, contestou a proposta de Arana e confirmou que o critério vigente era aquele expresso pelo Tratado de 1881 que considerava os altos cumes das montanhas andinas como marco limite para as jurisdições argentina e chilena. Diante do desacordo dos peritos a questão foi transferida para responsabilidade dos chefes dos governos. Por meio de uma nota dura, Pellegrini, presidente da Argentina, reiterou a posição enunciada por Zeballos e Pico, declarando¹²⁸ que não aceitaria outro critério a não ser o orográfico e pôs as Forças Armadas em estado de alerta.

A nota de Pellegrini foi entregue pelo embaixador argentino no Chile, José Evaristo Uriburu e teve repercussões também na Argentina. Os setores que se apresentavam como pacifistas e conciliadores acusavam Pellegrini e Zeballos de expor a paz entre as duas nações a um perigo desnecessário que servia simplesmente para satisfazer seu afã belicista e intransigente.

Com o objetivo declarado de oferecer elementos para que as classes superiores e dirigentes argentinas pudessem julgar a questão de limites que se desenrolava com o Chile, a *RDHL* publicou vários excertos de obras produzidas por autores de outras nacionalidades que, é claro, justificavam a posição que defendia. Ao texto “Chile contra

¹²⁷ ZEBALLOS, E. “La crisis internacional”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1898, tomo I, p. 450-451.

¹²⁸ Ortigueira (1993) salienta que havia sido a primeira vez, na história das relações diplomáticas com o Chile, que a Argentina apresentou uma postura firme e coerente por parte de todos os seus representantes diplomáticos.

Chile”, transcrito do livro *La cuestión chilena y el arbitraje*, de Antonio Bermejo¹²⁹, Zeballos acrescentou uma nota explicatória – cujo conteúdo era mais extenso que o artigo em si – buscando reforçar a hipótese de que os interesses manifestados pelo Chile divergiam daqueles defendidos por esse país em 1881. E foi além, pois afirmou conseguir provar a partir de centenas de documentos e papéis oficiais produzidos pelo Estado chileno que, dado seu difícil acesso, deveriam ser reproduzidos por veículos como a sua *Revista*. Com a mesma intenção, Zeballos se apropriou de um discurso proferido pelo senador chileno Frederico Purga Borne, denunciando os chilenos de ampliação territorial sobre os domínios seculares da República Argentina, ideia que, segundo sua perspectiva, o senador teria repetido em tom insistente nas sessões do Senado.

A superioridade bélica argentina também era um assunto de destaque para Zeballos. Sustentava a hipótese de que o Chile não estava preparado para enfrentar as armas argentinas e que as ameaças oriundas não apenas do governo, como, também, da imprensa chilena não seguiram um plano de guerra, mas, sim, diplomático, pautado na intimidação para alcançar seu objetivo maior: a arbitragem ilimitada.

Suas críticas foram estendidas ao governo argentino, considerado omissivo. O silêncio governamental diante dos ataques efetuados pela imprensa chilena, prejudicavam o prestígio exterior da Argentina e fortaleciam e consagravam a supremacia chilena. Tal atitude contribuía, portanto, para que a “civilização política” argentina fosse consagrada como inferior à chilena, pois julgava que a grandeza das nações era medida pelo caráter de seu povo e pela moral de seus estadistas. Acrescentou, todavia que era possível, simples e rápido reestabelecer a supremacia política de seu país na América do Sul, desde que existisse um governo composto por homens de Estado propriamente ditos.

Nesse sentido, a *RDHL* foi utilizada por Estanislao Zeballos como uma forma de inserção política já que, quando publicou muitas dessas críticas, não integrava o corpo político governamental, mas se fazia presente nos mais importantes debates nacionais e internacionais.

¹²⁹ Antonio Bermejo era um ex-ministro chileno, deputado nacional e professor de direito internacional que, em 1879, havia publicado um estudo com vistas a demonstrar que o limite natural e jurídico entre a Argentina e o Chile era a Cordilheira dos Andes e que havia servido de base para as resoluções do Tratado de 1881.

Sob a acusação de que o Chile teria se valido de possíveis equívocos cometidos pela Argentina em protocolos adicionais para questionar toda a linha de fronteira que separava os dois países, Zeballos supunha que a questão estava marcada por uma conduta “anti-diplomática”:

La cuestión de Chile ha sido manejada últimamente por las dos naciones de una manera absolutamente anti-diplomática. Los graves negociados degeneraron en camaraderías y comadreo informales y sin precedentes en la historia de dos países serios. De los ministros Uriburu e Quirno Costa se decía allende los Andes que eran *amigos* de Chile. Del señor Barros Arana se repetía que era un “gran amigo” de los argentinos; y eso se atribui al nuevo ministro señor Deputron. Pero no debieran ser sino amigos de su país los chilenos y mui argentinos los nuestros. Esperar outra cosa es violar la severidad diplomática y las leyes de la naturaleza y del buen sentido. Chile tiene razón para felicitarse de haber conquistado la amistad de los doctores Uriburu, Quirno Costa, Alcorta y outros. La República Argentina dirá siempre respecto de la amistad del señor Barros Arana y de los suyos; “de los amigos libreme Díos”...¹³⁰

Transcorridos dois anos do segundo governo de Julio A. Roca, em 1900, a chancelaria estava a cargo de Amancio Alcorta e as relações diplomáticas com o Chile viviam o clima de máxima expectativa devido à proximidade da apresentação das conclusões do árbitro britânico, as quais os argentinos presumiam ser desfavoráveis a seus interesses.

Naquele momento delicado, Zeballos era uma importante referência em razão de sua autoridade intelectual e experiência para discutir as tramas das relações diplomáticas com o Chile desde uma perspectiva histórica e, também, por ser um dos poucos opositores à forma como a chancelaria argentina tratava a questão. Lacoste (*op.*

¹³⁰ ZEBALLOS, E. “Anti-diplomática”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1898, Tomo I, p. 349.

cit., p. 113) ressalta que durante as tensões argentino-chilenas das últimas décadas do século XIX, Zeballos liderou os “falcões” da chancelaria argentina em momentos importantes como, por exemplo, quando a Argentina não se deixou arrastar pela Bolívia e Peru na Guerra do Pacífico, em 1881 e Zeballos encabeçou as críticas ao governo; pouco depois, impulsionou a assinatura do tratado entre a Argentina e a Bolívia, de acordo com o qual a região de Tarija foi cedida em troca de Puna de Atacama, o que criou um novo conflito entre Argentina e Chile.

Em virtude de seu prestígio, foi convidado a realizar conferências, posteriormente publicadas na *Revista*, mas que foram bastante divulgadas e aguardadas pela opinião pública. O jornal *La Nación* noticiou a conferência intitulada “Bolívia y Chile” que seria realizada no Instituto Geográfico Argentino:

El Dr. E. S. Zeballos, accediendo a repetidas instancias del Centro Jurídico y de Ciencias Sociales, dará mañana a la noche en el local de la Sociedad y del Instituto Geográfico Argentino una conferencia de política internacional, titulada Bolívia y Chile. (...) Estudiará el problema diplomático planteado de dividir a Bolívia entre Chile, la Argentina y el Brasil, y las conveniencias y deberes de nuestro país ante e grave problema. Finalizará la Conferencia examinando la actitud que corresponde a la República Argentina ante el drama político del Pacífico, tocando por vía incidental la reclamación chilena que exige el desalojamiento de los fortines andinos, situados al oriente de los Andes, fuera de la cuestión de límites (...)

Em sua exposição improvisada, Zeballos enfocou a disputa entre o Chile e a Bolívia a partir de um dos aspectos que, de acordo com sua visão, eram menos estudados, porém, muito importante para a compreensão de todo o processo: os antecedentes históricos e geográficos da história colonial de ambos os países. A

conferência obteve êxito, pois além de ter provocado efusivas reações nos presentes¹³¹, gerou repercussões nos âmbitos nacional e internacional. Devemos considerar que foi apenas a partir desta conferência que muitos argentinos e chilenos tiveram conhecimento do significado das disputas fronteiriças em curso; e, ainda, que Zeballos alcançou o objetivo de denunciar a política exterior chilena como uma ameaça aos países vizinhos.

A *RDHL*¹³² publicou uma versão da conferência de outubro de 1900, já corrigida e acompanhada de extensas notas do autor, na qual foram omitidos os mapas utilizados durante sua exposição no Centro Jurídico y de Ciencias Sociales. Não obstante, visando movimentar fomentar uma visão anti-chilena, Zeballos também reproduziu, em um folheto de quarenta e três páginas, com tiragem limitada outra versão de seu discurso, provavelmente endereçada a um tipo diferente de leitor, dada sua linguagem simples e a existência de elementos gráficos.

Cerca de um mês depois, recebeu o convite do *Colegio de Escribanos de la Ciudad de La Plata* para se pronunciar a respeito da política exterior chilena. Naquela oportunidade realizou uma revisão da política exterior chilena em relação à Argentina em um discurso pautado na exaltação patriótica, com a clara intenção de comover e emocionar seu seletor auditório.

Assim como ocorreu com a Conferência de outubro, esta última também obteve grande repercussão, com passagens de sua fala reproduzidas por vários diários e solicitações, por parte de vários embaixadores, de cópias datilografadas para serem traduzidas e enviadas a seus respectivos governos (Ortigueira, *op. cit.*, p. XXVIII), além de uma versão comentada editada pela *RDHL*¹³³.

A fim de reforçar quais eram os limites territoriais entre Argentina e Chile, Zeballos elaborou suas próprias interpretações sobre as fronteiras históricas da época colonial, especificando quais territórios correspondiam a cada país de acordo com o princípio de *Uti Possidetis Iuris* de 1810, estabelecido pelo Tratado de 1856. Este foi o sentido dos esboços publicados em sua *Revista* em dezembro de 1900, nos quais representava a Capitania Geral do Chile como um território cuja fronteira sul ficava

¹³¹ Acontecimento narrado em sua transcrição para a *RDHL*.

¹³² ZEBALLOS, E. "Bolívia y Chile". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1900, Tomo VIII, p. 259-302.

¹³³ ZEBALLOS, E. "La política exterior de Chile". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1901, Tomo VIII, p. 425-472.

próxima da região de Bio Bio; o Vice-reinado do Rio da Prata, no entanto, era apresentado com amplos territórios sobre o Pacífico, incluindo a ilha de Chiloé (Lacoste, *op. cit.*, p. 118).

Ao contestar a versão de Barros Arana, Estanislao Zeballos assinalava que a fronteira legítima entre a Argentina e o Chile deveria percorrer a Cordilheira dos Andes e não a divisão pelas águas. Nesse sentido, julgava que o próprio Tratado de 1881 havia sido redigido de forma a favorecer o Chile e, portanto, negava à Argentina alguns pontos sobre o extremo sul do Oceano Pacífico.

O laudo arbitral foi apresentado em 1902 e determinou que o território litigioso fosse dividido pela metade entre os dois países. O desacordo de Zeballos com a decisão ficou evidente na *RDHL*:

Chile no ha tenido jamás derecho para pretender tierras al oriente de las más altas cumbres de los Andes. Necesitaba el Estrecho, como única vía de comunicación con las fuentes de las civilizaciones europeas; y aunque sus geógrafos declararon en 1843 que al este de Punta Arenas era incuestionablemente argentino, sus anhelos de dominar aquel canal son explicable equitativamente. Se trataba de la seguridad, de la conservación nacional¹³⁴.

Diante disso, se propôs a realizar um estudo de todos os pontos que integraram a decisão da arbitragem de forma justaposta aos argumentos da defesa argentina:

(...) y habré entonces comprobado las ganancias territoriales líquidas, que deja a la República de Chile, su política de pedirlo todo, para obtener el

¹³⁴ ZEBALLOS, E. “El laudo humanitario del fuerte”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1902, Tomo XIV, p. 289.

Estrecho. El resultado geográfico representa para Chile, pues, todo el Estrecho de Magallanes, siete décimos de la Tierra del Fuego, todas las islas del Atlántico al sur de esta, y acaso cuatro mil leguas de Patagonia al oriente de las más altas cumbres de los Andes.¹³⁵

Nesta análise, considerou os resultados políticos obtidos pelo Chile com a arbitragem como pouco importantes se comparados à volumosa quantia gasta em incrementos militares, em estudos científicos e de arbitragem. Acreditava que a atitude chilena não apenas questionou a demarcação de limites estabelecida pelo Tratado de 1881, mas quebrou uma regra do direito público e concluiu que a manobra chilena não se constituía em interesses puramente geográficos e, por isso, deveria ser interpretada como uma aspiração política, mais transcendental que o simples interesse em incorporar algumas centenas de léguas de terra:

Chile, país de ambición y de conquista, com estadistas de carácter y población viril y homogénea, sopladas por la ambición de militares extranjeros, había hecho blanco de sus anhelos el territorio argentino y luchaba por salir de las laderas e islotes de Occidente, tramontar los Andes, descender al Oriente, obtener tierras en la Patagonia y puertos en el Atlántico, para transformar su hegemonía en influencia progresiva y conquistadora sobre los dos océanos.¹³⁶

Na perspectiva de Zeballos, a arbitragem havia ratificado um gravíssimo plano

¹³⁵ *Idem*, p. 291.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 293.

político e os acordos assinados entre os dois governos – sob os auspícios de uma guerra que nunca ocorreria – não beneficiavam a Argentina. Na realidade, a grande preocupação com a ampliação do território chileno baseava-se na ameaça que este país representava para os planos hegemônicos traçados por Zeballos para o predomínio de seu país sobre toda a porção sul do continente americano.

As contendas a respeito da região do Estreito de Magalhães e da Patagônia estenderam-se por três décadas. Paula Ramos (2013, p. 106) salienta que, naquela conjuntura, teorias sobre uma possível aliança entre o Chile e o Brasil contra a República Argentina alimentaram hipóteses de guerra e as pautas da política militar do país. Cogitava-se que seria natural a formação de uma aliança entre as diplomacias de Santiago e Rio de Janeiro, em contrapartida às manifestações de aproximação entre a Argentina, a Bolívia e o Peru, que abriram espaço para o surgimento da teoria de um “sistema cruzado” de equilíbrios sul-americanos (PARADISO, *op. cit.*, p. 28-9, 38).

Zeballos tornou público seu desacordo com a agenda exterior empreendida pela administração de Roca e declarou como dever fundamental do governo argentino realizar uma política viril e de “cabeça erguida” diante das demais nações sul-americanas. Os Pactos de Maio, firmados em 1902, eram o ponto nevrálgico da questão¹³⁷, e as páginas da *RDHL* os questionavam fortemente:

Ninguna nación organizada, ningún diplomático avisado, conciben que un país – no vencido – subscriba pactos que limiten su soberanía, que coarten su acción política en el exterior, que suspendan *pro tempore* el derecho de proveer a su propia seguridad y que entreguen estas cuestiones de vida nacional al arbitraje de una gran potencia, que, además, nos presta sus capitales!¹³⁸

¹³⁷ O ponto principal deste acordo versava a respeito da limitação de armamentos e tinha como objetivo deter a corrida armamentista travada entre Chile e Argentina.

¹³⁸ ZEBALLOS, E. “Los armamentos navales del Brasil”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1904, Tomo XX, p. 291.

Em vista disso, entendemos que as escolhas do conteúdo editorial da *RDHL*, especialmente entre os anos de 1898 e 1902¹³⁹ foram norteadas por dois princípios: esclarecer que a questão limítrofe argentino-chilena já havia sido resolvida – apesar das ressalvas de seu editor em relação à assinatura do tratado – e que o Chile, por meio da proposta de Barros Arana, voltava atrás daquilo que havia sido acordado, provavelmente, por considerar a Argentina como uma ameaça a seus interesses na América do Sul. A Argentina, por sua vez, foi apresentada pela publicação como uma vítima das circunstâncias, um país ameaçado que justificava seu incremento bélico a partir da tática da defesa e não do ataque como era enunciado por seu rival.

5.3 – O Brasil e a ameaça aos planos hegemônicos argentinos

As relações diplomáticas argentinas durante o ministério de Zeballos não foram marcadas apenas por disputas territoriais, mas, também, por rivalidades acadêmicas¹⁴⁰, antagonismos pessoais¹⁴¹ e político-partidários (PAREDES, *op. cit.*, p. 116-7). Sua atitude beligerante não se dirigiu exclusivamente contra o Chile ou Roca, pois, com o avanço da década de 1900-1910, e com o aumento das tensões internacionais que acabaram desembocando na Primeira Guerra Mundial, a Argentina viveu sua versão própria e local da Paz Armada.

Além do Chile, o Brasil também representava uma ameaça aos interesses hegemônicos argentinos. De acordo com Paradiso (*op. cit.*, p. 52), ambos os países mantinham uma atenção recíproca prioritária que não se baseava apenas em desavenças

¹³⁹ Este foi o período em que se desenrolou de forma mais acentuada o conflito com o Chile, porém é salutar que em anos posteriores a *RDHL* ecoou os reflexos dos acordos políticos e seus desdobramentos para a política externa argentina.

¹⁴⁰ Como com Francisco P. Moreno – com quem, desde a publicação de *La Conquista de las Quince Mil Leguas*, Zeballos disputava a especialização sobre a região patagônica - figura que também se destacou durante as negociações argentino-chilenas, tanto por ser reconhecimento pessoal do território andino, como por sua presença efetiva na demarcação de limites.

¹⁴¹ Tais como os embates protagonizados por Zeballos e o Barão do Rio Branco.

fronteiriças, mas em uma atitude preventiva ligada a questões de equilíbrio regional, alimentadas por um legado histórico herdado da antiga rivalidade luso-espanhola.

Boris Fausto e Fernando Devoto (*op. cit.*, p. 227) caracterizam o campo das relações internacionais dos dois países como uma dupla via com ligações entre si, formada, de uma parte, pelo papel desempenhado no mundo e, de outra, pela posição de cada um deles no continente americano, especialmente no Cone Sul. Para os autores, Brasil e Argentina apresentavam muitas semelhanças na posição ocupada no contexto internacional, pois eram países periféricos com escassas possibilidades de encontrar um espaço ao lado das potências. A Argentina estava ligada ao capital inglês na área do comércio exterior, dos investimentos e dos empréstimos internacionais, enquanto o Brasil, nas últimas décadas do Império, realizava uma política de gradativa aproximação com os Estados Unidos, país que demonstrava, cada vez mais, seu interesse em desempenhar um papel hegemônico na América e ter maior presença no cenário mundial.

A proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889, contou com o rápido reconhecimento por parte da vizinha Argentina que àquela época, tinha Estanislao Zeballos à frente do Ministério do Exterior. Como chanceler do governo Pellegrini, firmou com Quintino Bocaiuva, ministro das relações exteriores brasileiro, um acordo bilateral para a definição de limites na litigiosa região de Misiones-Palmas. O objetivo era impedir a amputação de uma faixa de território considerado brasileiro, ao longo do oeste de Santa Catarina, o qual era essencial para o Brasil por razões de segurança e para a comunicação do rio Grande do Sul com o restante do país (*Idem*, p. 231).

A proclamação da República no Brasil (1889) e o rápido reconhecimento por parte da Argentina contribuíram para um clima de confraternização entre os dois países que assinaram, em 1890, o Tratado de Montevideu que partilhava o território disputado sem a necessidade de arbitragem. Este acordo, entretanto, provocou protestos violentos do Exército e da Marinha brasileiros e não foi ratificado pela maioria na Câmara dos Deputados¹⁴², inaugurando uma nova fase nas negociações diplomáticas entre os dois países (Paredes, *op. cit.*).

A Argentina concordou com a volta do princípio da arbitragem e, em 07 de

¹⁴²

Situação apontada por Zeballos como resultado da influência chilena sobre o Brasil.

setembro de 1889, Zeballos, designava Nicolás A Calvo como defensor dos interesses argentinos e ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleaveland, como responsável pela elaboração do laudo arbitral. O inesperado falecimento de Calvo, em maio de 1893, levou à nomeação de Zeballos¹⁴³, enquanto o Brasil constituiu José María da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, como artífice de sua defesa. O laudo do presidente Cleaveland foi apresentado em 5 de fevereiro de 1895 e mostrou-se favorável ao argumento brasileiro¹⁴⁴. Segundo a perspectiva de José Paradiso (2005), as desavenças das décadas de 1870 quase levaram os dois países a um conflito armado, acentuaram as discórdias e fortaleceram a posição de confronto entre eles. Para o autor, o litúgio com o Chile adiou esse antagonismo, deslocando a atenção argentina para a fronteira andina.

O fracasso diplomático e o período que viveu nos Estados Unidos marcaram um novo momento na carreira política e intelectual de Zeballos, evidente a partir de sua ruptura com Julio Argentino Roca e seus seguidores. Ao retornar à Argentina, em 1896, passou a articular uma nova campanha no campo político e diplomático contra Roca – que se lançava para as disputas presidenciais de 1898 –, por meio de seu mais importante instrumento de ação política e intelectual: a *Revista de Derecho, Historia Y Letras*.

A partir de suas páginas evidenciamos uma importante mudança nas ideias sustentadas por Zeballos a respeito de diplomacia, guerra e território. Segundo a perspectiva de Rogelio Paredes (*Ibidem*, p. 115), as inquietações pelo conhecimento geográfico e genericamente científico que Zeballos havia evidenciado no início de sua carreira política¹⁴⁵ deram lugar a influências marcadas pela política de alianças e hostilidades que a França e a Alemanha desenvolviam desde o Tratado de Frankfurt, de 1871¹⁴⁶ e que o inspiraram a um alinhamento diplomático entre a Argentina e a recém-proclamada República Brasileira. Contudo, o fracasso na negociação de limites na região de Misiones-Palmas e o resultado desfavorável do laudo arbitral de Cleveland,

¹⁴³ Como ministro extraordinário do governo argentino nos EUA, Zeballos se instalou em Washington por um período de dois anos, enquanto preparou a tese de defesa argentina na questão de Misiones-Palmas.

¹⁴⁴ Moniz Bandeira afirma que a inclinação dos Estados Unidos pelo Brasil deveu-se a razões de afinidades políticas e econômicas. Ver: BANDEIRA, Luiz A. Moniz, 2007.

¹⁴⁵ Concepções que contribuíram para a publicação de obras como *La Conquista de las quince mil léguas* (1878) e *Viaje al país de los araucanos* (1881).

¹⁴⁶ O Tratado de Frankfurt pôs fim à guerra franco-prussiana e converteu a Alemanha em uma grande potência europeia.

levou Zeballos a buscar novos modelos para compreender a situação continental da Argentina que, em sua perspectiva, se opunha ao bloco brasileiro-chileno, contra o qual deveria empreender, inevitavelmente, um conflito decisivo pelo controle da região.

5.4 – Visitas presidenciais e a reaproximação diplomática

Na virada do século XX, Brasil e Argentina estreitaram laços de amizade e cooperação. Os tomos VII e VIII da *RDHL*, publicados nos meses de outubro e novembro de 1900, dispensaram especial atenção ao Brasil por meio de inúmeros artigos¹⁴⁷ que marcavam a ruptura política ocorrida no país vizinho, mas, também, rendiam homenagens à monarquia findada. O soneto intitulado “O adeus”¹⁴⁸, da autoria de D. Pedro II fora escolhido para abrir a edição da *RDHL* dedicada à consagração da fraternidade entre a Argentina e o Brasil e buscou destacar a boa relação mantida entre os dois países enquanto vigorou o império brasileiro. A publicação apresentou, também, uma compilação de dados que funcionou como um resumo histórico das mudanças ocorridas no Brasil após 1889¹⁴⁹, além de uma seção que trazia os provérbios mais utilizados pelos brasileiros e homenagens a figuras políticas como General Osório e Quintino Bocaiuva.

Durante a segunda gestão do governo Roca, portanto, as relações entre Brasil e Argentina mantiveram um certo nível de concordância, dada a troca de visitas entre ele e Campos Sales que afirmaram a simpatia entre os dois países (BUENO, *op.cit.*, p 170). Na *RDHL*, a proximidade e os laços de amizade entre os vizinhos sul-americanos tiveram destaque:

La crisis del Brasil es honda y persistente. Una quincena, varias, no bastarán

¹⁴⁷ Os textos haviam sido escritos por brasileiros e contaram com a tradução de Zeballos.

¹⁴⁸ De acordo com a nota explicativa de Zeballos, D. Pedro II escreveu o soneto enquanto realizava a viagem de volta a Portugal após a proclamação da República Brasileira.

¹⁴⁹ Os dados apresentados diziam respeito à população brasileira, ao território do país, às rendas e gastos do governo, aos Estados que eram governados por bacharéis em direito, além de análises quantitativas de deputados senadores por estados e quantas e quais eram as estátuas erigidas a próceres.

para dominrla; de manera que la visita del Presidente Campos Sales tiene para nosotros méritos excepcionales que la República Argentina reconoce y con mayor efusión, si cabe, agradece, al aclamar al noble varón y alto magistrado de la República amiga y vecina, huésped de la tierra libre, hospitalaria y justa del plata¹⁵⁰.

Zeballos ressaltou o esforço do presidente brasileiro em visitar a Argentina em um momento de dificuldades econômicas para o Brasil¹⁵¹, dedicou várias páginas de sua revista a homenagens a homens políticos vinculados ao novo governo e registrou as palavras proferidas por Roca e Campos Sales no banquete realizado no palácio argentino em homenagem à comitiva brasileira, pois, de acordo com sua perspectiva, jamais havia ocorrido na América do Sul expectativa tão intensa e solene:

El Brasil, la Argentina, Chile, el Perú, Bolivia, el Ecuador, el Paraguay y el Uruguay de una manera inmediata y las otras naciones con menos fervor, aguardaban la palabra de los presidentes Campos Sales y Roca em el banquete del Palacio argentino, para pesar profundamente cada una de sus frases políticas¹⁵².

A visita de Campos Sales foi uma retribuição à ida de Julio A. Roca ao Brasil no ano anterior e contribuiu para uma franca aproximação entre os países por eles representados. Fausto; Devoto (*op. cit.*, p. 231) explicam esse entendimento a partir do quadro de tensas relações, naqueles anos, entre a Argentina e o Chile, em que o Brasil

¹⁵⁰ ZEBALLOS, E. “Campos Sales”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1900, tomo VIII, p. 139.

¹⁵¹ As dificuldades apontadas por Zeballos estavam relacionadas à queda dos preços do café, principal produto de exportação brasileiro, temática que ganhou atenção especial na edição de novembro de 1900.

¹⁵² ZEBALLOS, E. “La palabra de los presidentes”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1900, tomo VIII, p. 157.

não tomou partido¹⁵³, adotando uma posição de neutralidade e afirmando sua disposição de atuar como intermediário, em busca de um relacionamento pacífico. Acerca disso, Moniz Bandeira (1973) observa que a Argentina sempre temeu e evitou cair em uma situação que a deixasse política e militarmente comprimida entre o Brasil e o Chile, o que a levaria a lutar em duas frentes, em caso de guerra, com resultados catastróficos previsíveis. Assim, as relações de maior tensão ou de relativa aproximação entre a Argentina e o Chile tinham muito a ver com a postura respectivamente mais ou menos amistosa desse país relativamente ao Brasil (FAUSTO; DEVOTO, *op. cit.*, p. 232).

5.5 – A lei de armamentos e a reativação das disputas

As disputas entre Brasil e Argentina se reativaram a partir da sanção da lei dos armamentos navais no Brasil, em 1904, que causou grande comoção em Buenos Aires. O programa naval elaborado pelo almirante Júlio César de Noronha, Ministro da Marinha brasileira, compreendia a compra de navios, cujos modelos eram os das melhores esquadras da época e fora motivado, sobremaneira, pela vitória do Japão sobre a Rússia (1904-05) em uma guerra decidida nos mares e que exerceu forte influência sobre países¹⁵⁴ interessados em modernizar suas armadas com embarcações de grande porte (BUENO, *op. cit.*, p. 183-4). O argumento do ministro Noronha residia na comparação com o Chile que, entre 1891 e 1900, havia investido na renovação de sua marinha de guerra, e justificava o incremento naval brasileiro a partir de uma estratégia de defesa¹⁵⁵.

A Argentina, por sua vez, estava condicionada pelos Pactos de Maio (1902), que determinavam sua equivalência naval com o Chile, situação que contribuiu, para que ecoassem no país, denúncias acerca da insuficiência de sua defesa e da urgência na

¹⁵³ Zeballos fazia questão de destacar que o Chile havia realizado tentativas de cooptar o apoio brasileiro, porém, sem sucesso.

¹⁵⁴ A guerra russo-japonesa teve grande repercussão na RDHL que dedicou amplo espaço à análise do conflito.

¹⁵⁵ Noronha e a Marinha brasileira seguiam a doutrina criada pelo almirante Alfred Mahan, da Marinha norte-americana, que preconizava a necessidade de forças navais de um país terem esquadra capaz de, atuando reunida, disputar ao inimigo, em batalha decisiva, o domínio do mar.

adoção de medidas para o reequipamento militar com vistas a impedir a supremacia naval do país vizinho (PARADISO, *op. cit.*, p. 55).

Desde 1902, a chancelaria brasileira era ocupada por Rio Branco¹⁵⁶ que desempenhou a função até 1912, ano de sua morte. Na primeira década republicana, o Brasil havia carecido de uma diretriz norteadora de sua política externa e perdeu rapidamente a credibilidade internacional que havia conquistado no Segundo Império (MUÑOZ, 2010, p. 47) e o Barão assumiu a pasta das relações exteriores visando a recuperação da imagem internacional do Brasil.

Zeballos logo se manifestou a respeito da lei de armamentos brasileira. Para ele, tratava-se de uma questão de Estado e afirmava compreender as motivações brasileiras – apresentadas pelo periódico carioca *O Paiz*¹⁵⁷ –, segundo as quais, o Brasil precisava de uma esquadra que satisfizesse suas aspirações legítimas e nobres. Conforme havia sido especulado pelo *Jornal do Commercio*, existia a expectativa de que Zeballos tomasse a iniciativa de uma campanha contrária à nova lei brasileira; contudo, em sua *Revista*, fez questão de ressaltar a postura de aproximação e cordialidade sincera entre os dois países:

Pienso hoy, como en 1889 y en 1892 en el ministerio de relaciones exteriores, que hay conveniencias fundamentales, diplomáticas y económicas que aconsejan esta solidaridad de las dos naciones. Ellas tienen la responsabilidad del éxito de los anhelos de civilización y de libertad en Sur América. Ellas serán las grandes potencias continentales del hemisferio sur antes de cincuenta años. (...). Soy, pues, amigo convencido y resuelto del

¹⁵⁶ A primeira desavença entre Zeballos e Rio Branco ocorreu em 1875, quando o enviado especial argentino no Rio de Janeiro, Carlos Tejedor, retornou à Argentina sem se despedir do Imperador. Na ocasião, o futuro Barão do Rio Branco defendeu, pelas páginas de *A Nação*, que não houve “nenhuma ofensa internacional ao Brasil. Houve apenas uma *gaucherie*”. Em Buenos Aires, os ânimos se exaltaram. Zeballos, através do jornal *Nacional*, respondeu ao jovem Paranhos, traduzindo erroneamente *gaucherie* como gauchada, afirmando: “Um dos diários mais importantes do Brasil qualificou de *gaucherie* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo de se exprimir não é mais do que uma macacada de má lei. E melhor ser gaúcho do que macaco.” Com a Questão de Misiones-Palmas, resolvida em 1895, havia se iniciado um novo período de embates entre os dois personagens que se estendeu até 1912, com a morte de Rio Branco.

¹⁵⁷ Zeballos se mostrou simpático ao jornal *O Paiz*, que geralmente lhe tecia elogios; já em relação ao *Jornal do Commercio* apresentava ressalvas.

Brasil.¹⁵⁸

Diante do exposto, Zeballos se voltou a buscar explicações para a compra de armamentos empreendida pelo Brasil e apontou as razões que considerava já ser conhecidas por muitos brasileiros e estrangeiros:

El Brasil necesita reorganizar su poder naval. Para el pueblo del Brasil esta reorganización es, además de necesaria, punto de amor propio nacional!

(...) Una nación como la vecina, cuyas costas marítimas corren sobre mil docientas leguas, del Plata hasta las Guayanas, ofrece todo flanco marítimo descubierto al comercio de los países que dominan los mares.

(...) El Brasil siente necesidades supremas de seguridad y de vida externa e interna que no pueden ser satisfechas sino por medio de una marina de guerra eficiente. El Brasil ha sido, debe ser y será siempre una potencia naval!¹⁵⁹

O autor concordou, portanto, com a necessidade de armamentos para proteção costeira e defesa territorial, mas ressaltou que a satisfação dessa necessidade deveria adotar uma medida razoável que, segundo Zeballos, escapava à observação do governo brasileiro. Considerou como excessiva a quantidade de armamentos que, conforme afirmara o próprio Rio Branco, respondia ao objetivo de defesa e conservação.

A conclusão de Estanislao Zeballos era a de que o Brasil buscava constituir uma força superior a todas as frotas sul-americanas reunidas, a qual poderia vir a ocupar o

¹⁵⁸ ZEBALLOS, E. “Los armamentos navales del Brasil”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1904, tomo XX, p. 293.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 294.

sétimo lugar entre as potências marítimas mundiais. De acordo com a interpretação do diretor da *RDHL*, o Brasil se armava para superar a força naval argentina, bastante superior à sua e a mais importante da América do Sul. Contudo, ressaltou que não concebia um propósito de ataque à Argentina, apesar de reconhecer a rivalidade alimentada pelos brasileiros. Em síntese, compreendeu que o Brasil não investia em armamentos com vistas a promover um ataque ao país “amigo”, embora percebesse a necessidade de se precaver e superá-lo. Neste contexto, Zeballos passou a defender que a Argentina também se armasse, alegando as mesmas razões manifestadas inicialmente pelo Brasil.

Não obstante, argumentava a respeito da necessidade da Argentina demonstrar um posicionamento diante da postura exagerada adotada pelo Congresso brasileiro. Para ele, havia três caminhos diplomáticos possíveis de serem trilhados para a resolução do impasse. O primeiro e preferido por Zeballos, consistia na negociação de um plano de desenvolvimento naval proporcional, econômico e racional que afastasse o perigo recíproco; o segundo residia em convidar o Chile, em nome da lealdade aos Pactos de Maio, a contribuir com a Argentina, realizando pressões sobre o Brasil e forçando seu governo a desistir de lançar a América do Sul em uma nova era armamentista. O terceiro, por sua vez, propunha que fosse denunciado o pacto argentino-chileno – baseado na limitação de armamentos – e que fosse adotado o mesmo critério estabelecido pelo Brasil e ratificado por sua imprensa: a necessidade de proteção.

De fato, o projeto naval brasileiro apresentou-se como um desafio para a Argentina, que se via como a principal potência da região. Conforme afirmou Etchepareborda (*op. cit.*, p. 82), a política armamentista do Brasil era julgada pelo governo argentino como perigosa e, de algum modo, justificava a prédica de Zeballos, pois representava a ruptura do equilíbrio naval sul-americano; além disso, o argumento de que estes armamentos navais apenas seriam utilizados para proteger a extensa costa brasileira não tranquilizaram os condutores da política argentina.

Na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Zeballos advogava em favor de um “Destino Manifesto” argentino, noção associada à superação de obstáculos que se impunham à criação da nacionalidade (ETCHEPAREBORDA, 1982, p. 52). Esta expressão foi empregada, pela primeira vez, na *RDHL*, durante um discurso pronunciado por Zeballos no funeral cívico do General Bartolomé Mitre:

(...) los hombres del Plata entraran en acción con un verdadero “destino manifiesto”. Dotados de una cultura más clásica que política, todo lo improvisaran: ideas de gobierno, soldados, generales y armamentos, y de triunfo em triunfo fundaron la independencia de Chile, del Uruguay, del Paraguay, de Bolivia, del Perú con sentimientos recíprocos e de civilización¹⁶⁰.

Ainda com referência a esta ideia, Zeballos sustentou, em 1904, ao defender uma política armamentista para a Argentina que:

La vida de las Naciones modernas no es una Arcadia. Es de choques de intereses, de peligros y de sabias previsiones. Los países que por cobardía del espíritu público o por lirismo de sus estadistas hayan soñado que le es posible vivir fuera de la regla universal, es decir sin armamentos proporcionados, harían bien de abdicar de una vez su soberanía, ingresando como colonias inermes de las grandes potencias. Pero los pueblos viriles, por más mercantiles que sean -Estados Unidos, Alemania e Inglaterra lo enseñan- deben aceptar simultáneamente cargas pecuniarias y la labor que la militarización de los tiempos les imponen, sin más limitaciones que las del criterio nacional, aconsejada por sus recursos y por sus necesidades.¹⁶¹

¹⁶⁰ ZEBALLOS, E. “Mitre”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXIV, 1906, p. 78.

¹⁶¹ ZEBALLOS, E. “Los armamentos navales del Brasil”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XX, 1904, pp. 297-298.

Para Zeballos, a Argentina estava destinada a ser uma Nação moderna com um povo viril, mas ele não era o único a professar a superioridade do país. José Ingenieros também o fazia, porém, a partir da superioridade da “raça argentina” explicada, por ele, com base em quatro fatores: a amplitude de seu território, a fertilidade de seu solo, seu clima temperado e sua raça branca. Esses fatores permitiriam que a Argentina superassem Brasil e Chile, seus adversários na região, consolidando, conforme defendia Ingenieros, a influência moral e material da Argentina na América do Sul:

(...) la Historia se burla de los débiles y es cómplice de los fuertes. Sin fuerza no hay derecho, quienes desean reivindicar un derecho, sea un individuo, una nación o una raza, debe trabajar para *ser el más fuerte*. Eso basta".¹⁶²

Nessa conjuntura, o espírito da época favoreceu o recrudescimento da antiga rivalidade entre as duas maiores repúblicas limítrofes na América do Sul e Zeballos voltou a evocar o “Destino Manifesto argentino” diante daquilo que chamou de Plano de Rio Branco; não obstante, o rearmamento tornou-se um componente da disputa pelo prestígio e contribuiu para criar um ambiente típico de corrida armamentista (Bueno, *op. cit.*, p. 197). Assim, entre os anos de 1904 e 1908, a imprensa portenha desenvolveu uma campanha em prol do rearmamento naval que tinha como contraponto o projeto brasileiro.

Embora a chancelaria brasileira e o Senado tivessem se manifestado acerca do caráter pacífico da reorganização da esquadra, seus argumentos não foram suficientes para conter a imprensa de Buenos Aires. Zeballos era uma figura influente e contava com o apoio de vários jornais¹⁶³, sobretudo *La Prensa* e *La Razón* para ecoar as críticas à lei de armamentos brasileira e a defesa de um projeto que previa o aumento da

¹⁶² INGENIEROS, José. *Sociología argentina*. Buenos Aires: Editorial Tor, 1956, p. 120.

¹⁶³ Zeballos utilizava os jornais como veículos de divulgação de seus ideais, pois estes tinham um alcance maior que o pretendido com a *Revista de Derecho, Historia y Letras* e, dessa forma, conseguia atingir a diferentes públicos leitores.

Armada e do Exército de seu país. Conforme demonstra Clodoaldo Bueno (*Ibidem*), Estanislao Zeballos e o Barão do Rio Branco discutiram por meio dos jornais, mas sempre foi um princípio do ministro brasileiro não permitir nenhum arranhão ao prestígio nacional.

Em 1906, com o falecimento do presidente argentino Manuel Quintana, o vice-presidente José Figueroa Alcorta passou a comandar o país. A partir de então, teve início uma fase de relações tensas entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, principalmente depois que Zeballos assumiu a chancelaria argentina, em novembro do mesmo ano. Bueno (op. cit., p. 170-171) pondera que eram cordiais as relações entre os dois países no começo da gestão de Rio Branco, principalmente em razão da atuação do presidente Roca e de Manuel Gorostiaga, ministro argentino no Rio de Janeiro que deixou o posto em 1905.

Com Zeballos à frente da chancelaria a discussão a respeito do rearmamento naval argentino atingiu um ponto crucial. O ministro argentino, para efeitos de política interna, forçou um convite para visitar o Brasil; Rio Branco havia instruído Assis Brasil – representante brasileiro em Buenos Aires - para fazer constar que se Zeballos quisesse realizar a visita, que o fizesse por sua própria vontade, pois formular um convite, naquela conjuntura, seria encarado como intimidação e humilhação do governo brasileiro (*Ibidem*, p. 222).

Em contrapartida, o convite foi direcionado ao general Julio Roca e a Emilio Mitre, quem, a pedido do presidente F. Alcorta, desembarcou no Rio de Janeiro na volta de uma viagem à Europa. A “chancelaria paralela” desempenhada por E. Mitre tornou-se notícia em vários diários portenhos e foi planejada pelos próprios políticos argentinos que não estavam de acordo com o estilo e os propósitos de Zeballos; a acolhida que Rio Branco ofereceu a Mitre deve ser interpretada, portanto, como uma manobra para desprestigiar seu rival.

Roca visitou o Brasil em março de 1907 e foi recebido com grande entusiasmo pelo presidente Afonso Pena, pelo ex-presidente Campos Sales, pelo ex-ministro das relações exteriores Quintino Bocaiuva, além do próprio Barão do Rio Branco. Durante sua estadia, Roca proferiu um discurso que pregava a aproximação entre a Argentina e o Brasil contrariando a política desenvolvida por Zeballos.

Com o falecimento de Bartolomé Mitre, em 1906, Figueroa Alcorta passou a ser

o responsável por emitir o laudo arbitral a respeito do conflito fronteiriço entre o Peru e a Bolívia¹⁶⁴. Com isso em mente, Zeballos interpretou as homenagens tributadas a Roca no Brasil como parte do interesse desse país na decisão da questão de limites que seria arbitrada pelo governo argentino.

Nas páginas de sua *Revista*, Zeballos encarnou, a partir de 1908, uma postura belicista e fomentou uma intensa campanha armamentista sob a justificativa de buscar um equilíbrio com a política desenvolvida pelo Brasil. O artigo intitulado “Resurgimiento cívico. El alma argentina”, primeiramente publicado no diário *La Prensa*, versava acerca do patriotismo que renascia na Argentina diante da controvérsia internacional:

Algo muy argentino llena de orgullo a los espíritus que contemplan serenamente esta alta expresión del patriotismo nacional, y es la cultura, la circunspección, el respeto reinante en esas manifestaciones populares con relación a la acusa que las motiva; ninguna agresión, ningún descomedimiento por nadie; todos los entusiasmos para la patria, todos los anhelos de seguridad y de grandeza para ella. Esos pueblos no se conmueven sino para servirla, para pedir a los poderes públicos, para exigirles que velen por ella, que la resguarden contra toda eventualidad, proveyéndola de los medios de defensa que necesitan su vida, su integridad y su honra.¹⁶⁵

A RDHL apresentou, também, trechos de jornais argentinos que se posicionaram e responderam à convocação de Zeballos para as manifestações pró-armamentos. Os periódicos que apoiaram a causa estavam localizados em La Plata, Buenos Aires,

¹⁶⁴ Muñoz argumenta que a decisão do laudo argentino teria marcada influência sobre o território do Acre, já que este havia sido previamente transferido pela Bolívia ao Brasil e, portanto, uma vitória boliviana no pleito arbitral seria um êxito brasileiro. Por outro lado, se Alcorta desse ganho de causa ao Peru, as relações entre Lima e o Rio de Janeiro, provavelmente, se agravariam. Ver: Muñoz, 2010, p. 53.

¹⁶⁵ ZEBALLOS, E. “Resurgimiento cívico. El alma argentina”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1908, tomo XXXI, p. 302.

Corrientes, Santa Fé e Córdoba, dentre os quais podemos citar: *El argentino*, *El dia de La Plata*, *La Prensa*, *La voz del interior*, *La Capital* e *La justicia*, além de um órgão católico chamado *Los principios*, que apoiava a causa e de outro, *La libertad*, ligado ao Partido Radical, que se opunha ao chamado de Zeballos, mas que, todavia, se manifestou.

O interessante é que a manifestação patriótica pró-armamentos foi o grande destaque da publicação em novembro de 1908, ressaltando o protagonismo de Zeballos nesta ação. Somado às convocações, apareceram as respostas emitidas, por meio da imprensa, de vários grupos – muitos deles compostos por jovens estudantes – e órgãos, acompanhados da transcrição dos discursos proferidos por Zeballos em cada um dos locais que visitou. Além disso, a RDHL adotou uma postura inédita ao publicar fotografias dos principais artífices das manifestações e, de uma em especial, de forma destacada, na qual estavam identificados todos os políticos, intelectuais e homens de prestígio nacional que integraram a comitiva de Zeballos na reunião realizada em Córdoba, que reproduzimos a seguir.



COMISIÓN ORGANIZADORA DEL MEETING DE CÓRDOBA — COMITIVA DEL DOCTOR ZEBALLOS

1ª fila: Comandante Alfredo P. Lamas, Juan M. Ortiz de Rozas, E. S. Zeballos, doctor José Cortés Funes, Martín Gil.
2ª fila (de pie): T. Argüello, Romeo Zaccane, Ismael Cisneros, J. García González, Justiniano Allende Posse (Presidente de la Comisión Universitaria Pro Armamentos), Juan B. Castro (Secretario de la misma), Lucas Allende Posse, Alfredo Martínez.
3ª fila: E. M. Zeballos (Secretario privado del doctor Zeballos), Allende Posse, alférez de navío Armando Jolly, alférez de fragata Berdera, A. Ortiz de Rozas, alférez de navío Alfredo Mayer. (El señor Ortiz de Rozas fue invitado por la comisión a formar parte del grupo, honrando así su actitud parlamentaria).

É incontestável que a presença de Zeballos no ministério assinalou um novo momento nas relações diplomáticas argentinas. Sua defesa do rearmamento e da equivalência naval entre o Brasil e a Argentina, nunca foi apresentada, ao governo brasileiro, como uma proposta formal, circunscrevendo sua ação política a debates travados por meio da imprensa. Segundo argumenta Muñoz, Zeballos via em Rio Branco um continuador da diplomacia astuta do Barão de Cotegipe e propôs-se a empregar todos os meios para impedir que o Brasil se rearmasse. Desde os Pactos de Maio (1902), Buenos Aires e Santiago detinham uma discreta equivalência naval e Zeballos procurou a consecução de uma aliança defensiva com o Chile para forçar o Brasil a se adequar a mesma paridade (MUÑOZ, *op. cit.*, p. 55). O plano de isolar o Brasil por meio de manobras políticas – tal como ocorria na diplomacia europeia – havia levado Zeballos a recompor as relações com Paraguai e Uruguai, além da fundamental reaproximação com o Chile, para que se apresentassem em conjunto e exercessem maior pressão sobre o Brasil, de forma a fazê-lo desistir de seus objetivos armamentistas. Contudo, a tradicional “amizade” entre estes países frustrou a tentativa do chanceler argentino.

Em junho de 1908, o ministro argentino propôs ao presidente Figueroa Alcorta um plano que previa a exigência de o Brasil dividir seus navios e, até, uma eventual ocupação do Rio de Janeiro. Segundo Paradiso (*op. cit.*, p. 57), ao tomar esta medida, Zeballos procurava demonstrar que sua política era preventiva, pois garantia ter provas de que era Rio Branco quem planejava um ataque tão logo o programa naval fosse completado.

Os planos de Zeballos foram publicados pelo jornal *La Nación* (ETCHEPAREBORDA, *op. cit.*, p. 40-41), de acentuada oposição ao ministro, despertando reações no Brasil e no Uruguai (BUENO, *op. cit.*, p. 258), o que tornou

insustentável sua permanência na chancelaria argentina.

Em relação a isso, é salutar o debate promovido por dois estudiosos das relações internacionais argentinas: Roberto Etchepareborda e Miguel Angel Scenna. No trabalho *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*, publicados em vários números de *Todo es Historia* durante o ano de 1973, Scenna analisou as relações entre Argentina e Brasil a partir do desempenho político de Zeballos considerado, por ele, como representante de uma diplomacia agressiva. Defendeu que resultaram deste posicionamento a deterioração das relações bilaterais a ponto de provocar uma guerra entre os dois países e que, portanto, Estanislao Zeballos foi um político primário, agressivo e ingênuo, cuja postura acarretou sérios problemas à Argentina, sobretudo com relação a seu principal vizinho. Etchepareborda, por sua vez, questionou fortemente o trabalho de Scenna e, em 1974, *Todo es historia* se transformou num *locus* de debate para estes autores.

A resposta de Etchepareborda se materializou na obra *Zeballos y la política exterior argentina*, publicada em 1982, na qual reservou uma parte significativa para responder às críticas tecidas por Scenna. Sustenta que Zeballos nunca pretendeu, de fato, fomentar uma guerra contra o Brasil, ainda que de caráter preventivo e interpreta todo o ocorrido como um *ultimátum* ao Brasil (ETCHEPAREBORDA, *op. cit.*, p. 99), conforme justificativa na carta enviada por Zeballos a Roque Sáenz Peña¹⁶⁶, em 23 de junho de 1908. Nesse sentido, argumenta que Zeballos propôs uma diplomacia armada para defender os interesses nacionais diante da política de supremacia naval de Rio Branco, cujo intuito era o de conduzir a política na porção sul do continente americano (*Idem*, p. 99).

De qualquer maneira, a continuação de Zeballos à frente do ministério havia se tornado insustentável. Sofrendo intensa pressão política, o presidente Figueroa Alcorta lhe propôs que renunciasse ao Ministério das Relações Exteriores e Culto e assumisse, definitivamente, o Ministério da Justiça e Instrução Pública, que já ocupava interinamente. Sentindo-se isolado, Zeballos não aceitou a proposta e comunicou ao presidente sua renúncia ao ministério, em 16 de junho de 1908.

A queda de Zeballos não deve ser considerada, apenas, como resultado de pressões externas, pois havia se indisposto, ao longo de sua carreira, com setores

¹⁶⁶ Sáenz Peña representava a Argentina em Roma.

políticos argentinos e, também, de opinião pública¹⁶⁷, especialmente no tocante aos armamentos. Conforme demonstrou Etchepareborda (*Ibidem*, p. 48, 51), o próprio Zeballos reconheceu que sua saída do ministério esteve relacionada a intrigas de um círculo pequeno, uma espécie de ministério privado que cercava o presidente Alcorta.

A renúncia de Estanislao Zeballos pode ser compreendida, ainda, como uma alternativa a um conflito armado com o Brasil; nesse sentido, seu afastamento buscou evitar perturbações à paz estabelecida na região. Por outro lado, não significou a interrupção de seus projetos de equilíbrio naval¹⁶⁸ e, tampouco, pôs fim à tensão entre os dois maiores países sul-americanos que continuavam a alimentar as disputas pela hegemonia na região.

Na *RDHL* e no diário *La Prensa*, a atuação política de Zeballos em favor da carreira naval e da aprovação da lei de armamentos no Congresso argentino seguia e se fortalecia e, no final de 1908, já fora do ministério, sua campanha proselitista continuou a exigir que os armamentos fossem divididos entre o Brasil e a Argentina:

Si el Brasil ama la paz, si es amigo de la República Argentina, si no se arma para imponérsele en la acción diplomática o militar, concluya en un día, en una hora, la negociación diplomática iniciada por mí, para dividir entre nuestros dos países amigos, su nueva escuadra. Cédanos de una vez un "dreadnought" y algunos otros cascos, ya que reconoció en mayo (1908) cuando temían mi acción -que era posible pactar la equivalencia naval sobre esa base.¹⁶⁹

¹⁶⁷ No meio político a oposição a Zeballos era efetuada, principalmente, pelos seguidores dos ex-presidentes Julio Roca e Bartolomeu Mitre e a campanha pela queda de Zeballos era comandada pelos jornais *La Nación*, *El Diálogo* e *El País*.

¹⁶⁸ As encomendas navais foram feitas a países adversários. Argentina as fez aos Estados Unidos enquanto o Brasil as fizera à Grã-Bretanha, o que contraria visões simplistas sobre o imperialismo (Bueno, 2005, p. 260).

¹⁶⁹ ZEBALLOS, E. "Diplomacia desarmada". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1908, tomo XXXI, p. 529.

5.6 – Telegrama número 9

Por ocasião de sua renúncia, Zeballos já havia afirmado possuir documentos firmados por Rio Branco em que ficava explícita a política agressiva brasileira. Em setembro de 1908, em sua *Revista de Derecho, Historia y Letras*, o ex-Ministro argentino novamente atacou a política “pacifista” de Rio Branco:

Desgraciadamente los armamentos del Brasil dicen lo contrario y lo dice explícitamente además, la cancilleria de Itamaraty. Su política oficialmente pacifista es mantenida a fin de sugestionar, de uniformar hasta extremos peligrosos para el Brasil mismo, el odio y el ardor bélico del pueblo brasileño contra la República Argentina.¹⁷⁰

Afirmava possuir documentos comprometedores, como aquele em que o chanceler brasileiro ordenava a um de seus agentes que

divulgue las pretenciones ‘imperialistas’ de la República Argentina, haciendo saber en los altos círculos políticos que en su vanidad sueña con el dominio de Bolivia, del Paraguay, del Uruguay y también de nuestro Rio Grande. (...) parte Demuestre que el Brasil, en homenaje a la justicia ampara a los débiles en defensa de sus intereses internacionales, con cuyo proceder humanitario muéstrase conforme la cancillería de Washington.¹⁷¹

A possibilidade da existência de tais documentos provocou uma grande tensão nas relações diplomáticas não só de Brasil e Argentina, mas também nos países vizinhos

¹⁷⁰ *Idem*, p. 116.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 116.

e Rio Branco apressou-se a desmentir a informação, alegando nunca ter emitido semelhante documento. Zeballos, por sua vez, por meio de *La Prensa*, declarou possuir fotografia absolutamente comprovada do documento, cujo teor revelava um plano agressivo de Rio Branco contra a Argentina. Assim, ao denunciar o telegrama, Estanislao Zeballos transmitiu a ideia de que não defendia apenas os interesses argentinos, mas de todas as nações da América do Sul e, ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de proteção contra o Brasil, representada pela sanção da lei de armamentos.

Numa atitude desafiadora, propôs que o Barão revisasse seu arquivo secreto do Pacífico e lesse o documento original que lá existia, sob as seguintes chaves: 17 de junho de 1908, às 6 horas e 57 minutos, Número 9; além disso, cogitou a possibilidade de submeter o assunto a um tribunal arbitral, constituído por três ministros plenipotenciários europeus acreditados em Buenos Aires, a serem escolhidos por Rio Branco (Bueno, *op. cit.*, p. 264).

O documento secreto a que Zeballos se referia existia e era um telegrama enviado à Legação Brasileira em Santiago (Chile), em 17 de junho de 1908, um dia após a renúncia do ministro argentino, que fora interceptado em Buenos Aires, possivelmente por ordem dele próprio, e decifrado com um conteúdo deturpado. A mensagem foi lida na Câmara de Senadores pelo novo Ministro das Relações Exteriores, Victorino de La Plaza, como prova de uma política brasileira perigosa para a Argentina.

Rio Branco divulgou a chave com que eram cifrados os telegramas reservados do Itamaraty e demonstrou que Zeballos, quando ainda era ministro, interceptou o telegrama número 9 e mandou que fosse decifrado. No entanto, a decifração não correspondeu ao seu teor exato e conferiu um sentido diverso daquele manifestado pelo ministro brasileiro na versão verdadeira. Diante disso, o chanceler brasileiro pediu a Domício da Gama, ministro brasileiro em Buenos Aires, para comunicar ao governo do Chile que o telegrama número 9 havia sido interceptado e falsificado com vistas a enganar o presidente Figueroa Alcorta, seu governo e o Congresso argentino; também solicitou que fosse publicada a cifra, o texto cifrado, letra por letra, a decifração e o texto falso do telegrama nos jornais *El Diálogo*, *La Nación*, *El País* e *La Argentina* que o atenderam prontamente, já que engrossavam as fileiras opositores a Zeballos.

Concordamos com a perspectiva aberta por Clodoaldo Bueno (*op. cit.*, p. 266),

de que o incidente do “número 9”, embora deva ser debitado à conduta pessoal de Zeballos, não pode deixar de ser visto como um lance da concorrência pelos armamentos, a qual se alimentava na rivalidade entre os dois maiores países do segmento sul-americano. O governo argentino não emitiu nenhuma manifestação formal sobre o incidente nem declarou que as relações entre os dois países tivessem sofrido alguma alteração, outrossim, manteve a discussão da lei de armamentos e a negociação da equivalência naval.

Zeballos, embora desmoralizado e fora da atuação direta na política externa, continuou sua campanha anti-brasileira por meio da imprensa e da Câmara dos Deputados. Na *Revista de Derecho, Historia y Letras* publicou, entre setembro de 1908 e maio de 1910, uma série de artigos intitulados “Diplomacia Desarmada”¹⁷², nos quais expôs o espírito agressivo do Brasil em relação à Argentina e, em 1912, por ocasião do falecimento de Rio Branco, um texto carregado de críticas ao adversário.

No artigo “Río Branco”, esclareceu, desde o início, que a glorificação dos mortos por parte daqueles que os combateram em vida era a maior hipocrisia cometida pelos humanos e que não se renderia a homenagear o Barão, mas sim, a julgar seus atos à luz da história.

Em sua análise, rebateu a ideia amplamente aceita de que Rio Branco era um sábio. Para Zeballos, a atuação brilhante do ministro brasileiro, além de contar com reflexo das glórias de seu pai, o Visconde do Rio Branco¹⁷³, era fruto da habilidade em aproveitar a ocasião. Com a queda do Império, o Brasil apresentava uma política exterior complicada pelo envolvimento em graves questões que ameaçavam suas fronteiras e Rio Branco, familiar a essas questões – devido à colaboração que havia prestado ao Visconde -, entendeu que era sua ocasião:

El primer acierto de Río Branco fué la oportunidad elegida para iniciar su carrera diplomática en el medio desorganizado y vacilante de la República.

¹⁷² Cabe destacar que a EUDEBA – editora da Universidade de Buenos Aires -, considerada um símbolo da intelectualidade acadêmica argentina, publicou, em 1974, uma reedição desses textos, mantendo seu título, porém, incorporando um artigo da RDHL de 1912, assinado pelo próprio Zeballos, por ocasião da morte do Barão do Rio Branco.

¹⁷³ José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, foi um político, monarquista, jornalista e diplomata brasileiro.

Tuvo la visión del momento y el dominio perfecto de los hombres que recogían la sabia herencia monárquica. Sabía que para ellos era una providencia el ofrecimiento de sus servicios. Comprometidos los republicanos en las hondas cuestiones de organización general, sin elementos militares y con querellas internacionales peligrosas, la presencia del barón en la arena era, em efecto, una garantía para todos, y motivo de desahogo y de alivio para los repúblicos improvisados de la Revolución.¹⁷⁴

O referido texto apresentou dois importantes significados: em primeiro lugar, evidenciou a atuação política de Zeballos em assuntos diplomáticos, mesmo após seu afastamento da pasta; além de que, deve ser encarado como um manifesto em sua própria defesa. Sem mencionar o incidente que envolveu o telegrama número 9 e sua queda do ministério, ressaltou veementemente o caráter defensivo que, de acordo com ele, marcou sua atuação na chancelaria. A política desenvolvida por Rio Branco foi apresentada como manipuladora, já que teria forjado um “perigo argentino” sob o pretexto de não encontrar empecilhos a sua militarização; além disso, acusou o governo brasileiro de tentar incutir a noção de que a Argentina representava uma ameaça iminente para que o Itamaraty aparecesse, diante da opinião pública brasileira, como o “salvador da pátria”.

Segundo Zeballos, o plano do ministro brasileiro consistia em:

formar una gran masa de opinión, de diplomacia y de poder militar sudamericano, que rodeando a la República Argentina la aislara bajo las inspiraciones de Itamaraty. Los Estados Unidos, la conquista de su apoyo moral o por lo menos de su prescindencia, formaban capítulo en el plan.¹⁷⁵

¹⁷⁴ ZEBALLOS, E. “Río Branco”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1912, tomo XLI, p. 415.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 430.

Manifestou que, embora o governo brasileiro negasse, a Argentina conhecia esse plano desde 1904 e que seu fracasso se deveu ao fato de Rio Branco ter menosprezado o adversário por imaginar que poderia dar à Argentina o mesmo tratamento dispensado pelo Brasil a outros países de menor importância na região. Em outras palavras, Zeballos buscou uma inversão de papéis, salientando que aqueles que se referiram ao chanceler brasileiro como pacifista, conciliador, justo e contrário à conquista, esconderam profundas contradições e ironias; e que a política argentina, apesar de julgada como imperialista e agressiva, agiu de forma preventiva e defensiva¹⁷⁶.

Zeballos terminou seu texto ponderando que, naquele momento (1912), Brasil e Argentina viviam um ponto de evolução internacional, que os argentinos não alimentavam ódio pelo Brasil, assim como seus homens de Estado não tinham planos que ameaçassem a soberania; contudo, criticou a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Seu intuito era o de selar a amizade entre os países vizinhos, o que entendemos como algo importante diante da ampliação da zona de influências norte-americana sobre o continente.

Estanislao Zeballos foi um aguerrido adversário de Rio Branco. Durante três décadas a opinião pública argentina anti-brasileira foi influenciada por ele, aguçando a rivalidade entre os dois países. Todavia, diante da morte do ministro brasileiro, afirmou:

He tenido el honor de ser adversario resuelto e irreductible de la política del barón de Río Branco, pero jamás de su persona, cuyos talentos me hice siempre un honor en respetar. Le debo intensa gratitud, porque su obsesión llegó hasta el extremo de encarnar en el alma brasileña dos nombres, como los dos principios igualmente eternos, del Bien y del Mal: el suyo y el mío.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Advertiu, ainda, que pretendia publicar documentos da chancelaria que poderiam provar à História, de forma irrefutável, que a política argentina foi pacífica, conciliadora, prudente, de previsão defensiva e de desarme continental. Gostaríamos de ressaltar que tais documentos nunca foram publicados.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 438.

Tanto Rio Branco, como Zeballos, tiveram a pretensão que o seu país conquistasse a hegemonia na América do Sul e, para isso, procuraram enfraquecer e “desconstruir” o adversário. Com Zeballos afastado, ao menos oficialmente, das questões políticas externas, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina passaram gradualmente para um período de distensão. Em 1912, diante da influência norte-americana na região, o discurso havia sido transformado e as ideias de uma aproximação da Argentina com relação ao Brasil foram revisitadas por Zeballos que, por meio de sua *Revista*, ecoava a vontade de que esta aproximação pudesse ser protagonizada pelos dois maiores adversários sul-americanos, ele próprio e o Barão do Rio Branco.

CONCLUSÕES

A construção da identidade nacional argentina esteve condicionada por circunstâncias criadas pela sociedade local, já que era uma nação nova e ainda não completamente formada, mas, também pelas originadas a partir do processo de formação e expansão das nações europeias, de onde provinha uma parcela considerável de sua população.

No final do século XIX, a elite política e dirigente já questionava os rumos tomados pelo país e tinha sérias dúvidas acerca de como seria sua configuração social no futuro, pois, longe de ser um grupo coeso, apresentava diferentes formas de conceber a nação. As distintas visões nacionais, por conseguinte, alimentavam diversas ideias sobre como se deveria construir a sociedade e a respeito de quais eram os traços definidores dessa nacionalidade.

No centro da discussão estava a organização da política nacional comandada, desde 1880, por um grupo oligárquico, caracterizado pelos intelectuais reformistas como um sistema amoral e sem princípios, cuja manutenção no poder era associada à cooptação eleitoral e à compra de votos, viabilizadas pelas redes de solidariedade promovidas pelas relações pessoais entre os membros da elite política.

Não obstante, o grande afluxo imigratório, fomentado com entusiasmo em seus

primeiros tempos, era, naquele momento, interpretado como um elemento desagregador à ordem nacional. Iniciativas governamentais em incentivar – ou, como em propostas mais extremas, em obrigar – a integração dos estrangeiros à nação, compunham a agenda da elite dirigente. Somado a isso, a Argentina se viu envolvida em intensos conflitos por zonas fronteiriças, dos quais destacamos as questões que envolveram disputas com o Brasil e o Chile. Neste contexto, garantir a integridade de seu território era numa maneira de se afirmar diante das demais nações, não apenas americanas, mas, também, europeias; isto é, de conformar uma identidade internacional.

Consideramos Estanislao Zeballos como representante do espírito reformista, já que via a necessidade de transformar as instituições e hábitos políticos do país com a introdução de uma “política de princípios” que tinha a solução da questão social como parte do projeto de regeneração moral e política de seu país.

Como poucos de seus contemporâneos, Zeballos protagonizou as principais obras propostas pelo setor dominante: foi homem público, advogado, docente, autoridade universitária, jurista internacionalmente reconhecido, autor, editor e gestor de empreendimentos tão variados que nos torna difícil a compreensão, fatores que lhe conferiram uma profunda significação histórica. Portanto, não é possível dissociar sua personalidade política e intelectual daquilo que entendemos como seu maior projeto: a *Revista de Derecho, Historia y Letras* ou, simplesmente, a *revista de Zeballos*, como era conhecida nos meios intelectuais da época.

Fruto da produção intelectual da segunda metade do século XIX, as revistas expressaram as inquietudes e propósitos daqueles que se empenharam na construção da nação, pois funcionaram como um importante instrumento de intervenção política e cultural, que contribuiu para a circulação de ideias e configuração de redes de sociabilidade. Além disso, eram uma zona de discursos polifônicos: em seu interior, atuaram como geradoras e sustentadoras de diversas posições tomadas por intelectuais e artistas ao longo do século a respeito de problemáticas específicas; ao mesmo tempo, em sua projeção exterior, abriram canais de comunicação com uma sociedade que, em mais de um momento, voltou-se à cultura para encontrar bases identitárias, conteúdos integracionistas e novos fundamentos de valor. Portanto, mais que um lugar fixo e imutável na ordem cultural dada, as revistas têm funções específicas, porém, variáveis.

É possível distinguir entre aquelas que funcionam como instituição, portadora tradicional de uma legitimidade cultural buscada por muitos e renegada por outros, e as que não contém o peso dessa tradição e por seu caráter conjuntural e inovador se permitem um grau de intervenção mais agudo e definitivo sobre as problemáticas da cultura.

Na *Revista de Derecho, Historia y Letras* foram expressos os ideais propagados pelo reformismo liberal, o que contribuiu para que se transformasse num instrumento utilizado por seu diretor para intervir nas discussões políticas da época. À frente da publicação, Zeballos representou um amálgama do escritor com o homem público. Em grande medida, sua legitimidade simbólica e sua atuação nas estruturas políticas argentinas contribuíram para que a *Revista* adquirisse projeção internacional.

Denunciou, em suas páginas os arranjos que permitiam a manutenção da oligarquia no poder; valeu-se da perspectiva aberta pelas interpretações científicas com vistas a defender uma imigração selecionada que pudesse promover o desenvolvimento do país. Além disso, usou de seu conhecimento no campo do direito para promover importantes discussões acerca da legislação argentina em face do elemento estrangeiro, manifestado a partir de duas frentes: pela negativa dos imigrantes à nacionalização, assim como pelos outros países que representavam uma ameaça, de forma direta ou indireta à soberania da nação que ele buscava construir. Ademais, o afã de propagar a produção dos “espíritos seletos”, foi um meio eficaz de difusão de seus próprios trabalhos e opiniões, imbuídos da ideia de “escrita como ação”, marca indelével de sua intervenção política e social.

A *Revista de Derecho, Historia y Letras* constituiu-se, portanto, num projeto *sui generis*. Tanto seu surgimento quanto sua manutenção estiveram a cargo da obstinação de Zeballos na promoção do nacionalismo; não apresentou nenhuma vinculação institucional direta e foi, durante os 25 anos de sua existência, associada à imagem de seu fundador. Enquanto uma iniciativa de ação política e intelectual, cumpriu seu papel e se tornou referência para os estudos sobre o período. Nesse sentido, entendemos que o falecimento de Zeballos marcou, também, o fim da *Revista de Derecho Historia y Letras*, mas não sua morte.

Finalmente, devemos reconhecer a grande importância de Estanislao Severo

Zeballos nos campos político e intelectual, dada a vigência de suas ideias, comprovada a partir da reedição de obras, tanto no âmbito militar quanto civil, mas, especialmente no acadêmico. A Academia Nacional de História, no final do século XX, promoveu várias conferências, e fomentou a publicação de artigos e livros com o intuito de discutir a perenidade das ideias diplomáticas de Zeballos. Outras entidades também têm demonstrado interesse por seus escritos, como o Círculo Militar que reeditou vários de seus livros¹⁷⁸ e a Universidade de Buenos Aires que lembrou os 50 anos de seu falecimento com a publicação de *Diplomacia Desarmada*.

À guisa de conclusão reiteramos a tese que procuramos justificar. A questão nacional foi o eixo condutor das discussões realizadas na *Revista* com o intuito de afirmar o Estado argentino, tanto interna quanto externamente, e, ao mesmo tempo, definir uma identidade para o país. Como uma resposta ao fenômeno imigratório foi atribuída grande importância à escola enquanto difusora dos valores e princípios pátrios. A atuação da *RDHL* deve ser reconhecida, portanto, não apenas como incentivadora de mudanças no Estado, mas, principalmente, na construção da nação argentina, por ter apresentado uma proposta identitária que buscava representar e abarcar tanto os nascidos no país quanto os recém-chegados, e que afirmava a importância das instituições argentinas diante não apenas do contingente imigratório, mas, também, dos demais países latino-americanos.

¹⁷⁸ As obras reeditadas foram: *Painé y la dinastía de los toldos*, *Relmu, reina de los Pinares*, *Calvulcurá y la dinastía de los piedra* e *La conquista de 15.000 leguas*.

Dr. ESTANISLAO S. ZEBALLOS



† EL 4 DE OCTUBRE DE 1923

REFERÊNCIAS

FONTE:

Revista de Derecho, Historia y Letras (1898 – 1916). Consultada e digitalizada no *Museo Roca*, em Buenos Aires.

Artigos citados:

CORTÉS, A. Ferreira. “La crisis del sistema federal y las tendencias unitarias”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo II, 1899.

DECOUD, Ovidio. “La Revista de Derecho, Historia y Letras en su 25 aniversario”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo LXXV, 1923, p. 505.

GANCEDO, A. “Sufragio libre y partidos de principios”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XVI, 1903.

GARRO, Juan M. “Por las instituciones (a proposito de la crisis de la federación argentina)”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo II, 1899.

MALBRÁN, M. E. “Los italianos em la república Argentina”. In: *Revista de Derecho, História y Letras*, tomo V, 1900, p. 408.

MELO, Carlos F., “De la Dirección Interina”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*,

XXVI, 1907.

OLIVER, Francisco J. “Reforma institucional de la provincia de Buenos Aires”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

PINTOS, Guillermo. “Gastos públicos enormes”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VII, 1900.

PIZARRO, Manuel D. “Vae victis. Carta sobre la muerte de la federación argentina”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo II, 1898.

Rivarola, Rodolfo. “Dr. Estanislao S. Zeballos. Ha muerto el prócer”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo LXXV, 1923.

SISSON, Fr Enrique. “El problema de la inmigración”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XII, 1902.

ZEBALLOS, E. “La crisis política de La Plata”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

_____. “La política del acuerdo y la desorganización de los partidos argentinos”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

_____, E. “La crisis internacional”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

_____, E. “Anti-diplomática”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

_____. “Roca”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo I, 1889.

_____. “Apuntaciones sobre la crisis económica”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo II, 1889.

_____. “La crisis política de La Plata”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo II, 1889.

_____. “El escudo y los colores nacionales”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VII, 1900.

_____. “Bolivia y Chile”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo VIII, 1900.

_____. “Campos Sales”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1900, tomo VIII.

_____, “La palabra de los presidentes”. In: *Revista de Derecho, Historia y*

Letras, 1900, tomo VIII.

_____. “La política exterior de Chile y las Repúblicas Argentina, del Perú y Bolivia”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)*, año II, tomo VI, abril de 1900.

_____. “Discursos escolares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, 1901.

_____. “Escuelas populares”, In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo IX, 1901.

_____. “Escuelas populares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo IX, 1901.

_____, E. Política internacional suramericana. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1901, Tomo VIII.

_____. “La política exterior de Chile”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1901, Tomo VIII.

_____. “El laudo humanitario del fuerte”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1902, Tomo XIV.

_____. “Conferencia inaugural del Curso de Derecho Privado”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XIII, 1902.

_____, “Vicios electorales y sociales”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VIII, 1904.

_____. “Presidencia de transición. La cuestión política argentina examinada en alta mar”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VIII, 1904.

_____. “Analecta”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VIII, 1904.

_____. “Los armamentos navales del Brasil”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1904, Tomo XX.

_____. “Mitre”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXIV, 1906.

_____. “La nacionalidad de los hijos de extranjeros. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1906, tomo XXV.

_____. “Resurgimiento cívico. El alma argentina”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1908, tomo XXXI.

_____. “Diplomacia desarmada”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1908, tomo XXXI.

_____. “En la niñez y en la muerte (1866-1909)”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*: Buenos Aires, tomo XXIII, 1909.

_____. “La nacionalidad”, discurso inaugural del curso intensivo sobre la materia en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 5 de abril de 1912, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXXIX, 1912.

_____. “Río Branco”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, 1912, tomo XLI.

_____. “Gobierno Radical”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo LV, 1916.

BIBLIOGRAFIA:

AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (orgs). *Pensar o século XX. Problemas políticos e história na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003.

AGOSTI, Héctor P. *Nación y Cultura*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 2ª. ed., 1982.

ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz, 2010.

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Literatura y sociedad*. Buenos Aires: Hachett, 1983.

_____. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

ANDERLE, Adam. “El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina.” In: *Anuario de estudios americanos*, XLV, p.419 – 484, Sevilla, 1988.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARTUNDO, Patrícia M. “Reflexiones en torno a un nuevo objeto de estudio: las revistas”. In: *IX Congreso argentino de hispanistas: el hispanismo ante el bicentenario*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010, p. 09.

BANDEIRA, Luiz A Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BAILEY, John P.; SEIBERT, S. “Inmigración y relaciones étnicas. Los ingleses em la Argentina”. In: *Desarrollo Económico*, vol 18, n. 72, p. 539-578.

BARBERO, Maria Inés e DEVOTO, Fernando. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

BEIRED, J. L. B. *O movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BEIRED, José L. B.; CAPELATO, Maria H. R.; PRADO, Maria L. C. (orgs). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. FCL – Assis – UNESP, LEHA – FFLCH – USP, 2010.

BERNASCONI, Alicia. “Imigrantes italianos na Argentina (1880-1930): uma aproximação”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 61-92.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998

BERTONI, Lilia A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2001.

BOTANA, Natalio R. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 e 1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 2ª edição, 1985, p. 71.

BRUNO, Paula. *Pioneros culturales de la Argentina: biografías de una época*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa na Primeira República. Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003

CAMPANELLA, Hebe N. *La generación del 80. Su influencia en la vida cultural argentina*. Buenos Aires: Tekné, 1983.

CANTON, Dario; JORRAT, Jorge R. “Buenos Aires em tiempos del voto venal: electores y partidos entre 1904 y 1910”. In: *Desarrollo Económico*. Vol. 39, n 155 (outubro-dezembro), 1999, p. 438.

CAPELATO, Maria Helena R. *Os intérpretes das Luzes: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945)*. Tese de doutorado – FFLCH/ USP, São Paulo, 1986.

_____. “Imprensa, uma mercadoria política”. In: *História e perspectivas*. Uberlândia, n. 4, p. 131-139, jan/ jul. 1991

_____. “Cuadernos Hispanoamericanos – Ideias políticas numa revista de cultura”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2005, p. 344-370.

CHARTIER, Roger. *A História cultural. Entre praticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CIBOTTI, Ema. “Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante”. In: *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

CLEMENTI, Hebe. *Juventud y política en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XX, 1982.

COGGIOLA, O. “Buenos Aires: cidade, política, cultura”. In: *Revista Brasileira de História*, 1997, vol.17, no.34, p.101-118.

CONI, Emilio A. “Dos aspectos de E. S. Zeballos. El historiador y el economista”. *Boletín de La Academia Nacional de La Historia*, IV, 1927, p. 201-211.

CORNBLIT, O.; GALLO, E.; A. O’CONNELL. ”La generación del 80 y su proyecto: antecedente y consecuencias”. In: *Desarrollo Económico*, Vol 1, n 4, 1962.

CORNBLIT, Oscar. “Inmigrantes y empresarios em la política argentina”. In: *Desarrollo Económico*, Vol 6, n 24, 1967, p. 641-691.

CRESPO, Regina (org.). *Revistas em América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México, UNAM, 2010.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DEVOTO, Fernando J. “Acerca de la construcción de la identidad nacional en un país de inmigrantes. El caso argentino (1852 – 1930)”. In: *VVAA – Historia y presente en América Latina*, p. 95 – 126. Valencia Fundació, Bancaixa, 1996.

_____. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

_____. “Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p.33-60.

DOMÍNGUEZ, Gregoria C., GIACALONE, Rita. “Revista de Derecho, Historia y Letras (1898 – 1923). Estudio e índice general”. In: *IUSHISTORIA*. Buenos Aires: USAL, número 4, outubro de 2007.

DULCI, Tereza Maria S. *As Conferências Pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*. São Paulo, Dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2008.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Zeballos y la política exterior argentina*. Buenos Aires: Pleamar, 1982.

_____. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000.

FRANCO, Stella M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868 – 1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FUNES, Patrícia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GALLO, Ezequiel. *La pampa gringa*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.

GELLNER, Ernest. *Cultura, Identidad y Política. El Nacionalismo y los nuevos cambios sociales*. Barcelona: Editorial Gediva, 1989, trad: Alberto L. Bixio.

GONÇALVES, Paulo Cesar. “Um imperialismo possível. Fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870 – 1914)”. In: *História* (São Paulo) v.30, n.2, p. 335-358, ago/dez 2011.

GORI, Gastón. *Inmigración y Colonización en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 6ª. ed., 1988.

GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERNANDÉZ, Sandra; MÜLLER, Martín. “Vitae plena. Breve recorrido por una vida multifacética”. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 55-68.

FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. “La pampa transformada. La región del trigo: de libro de viaje a catálogo de mudanzas”. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 255-274.

FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. “Zeballos, la parábola de la narración. El estudio de 'La región del trigo' como libro de viajes”. In: *I Encuentro Las metáforas del viaje y sus imágenes. La literatura de viajeros como problema*. Facultad Humanidades y Artes, UNR, 2002.

FERRARI, Gustavo. “Prólogo”. In: ZEBALLOS, E. S. *Diplomacia desarmada*. Buenos Aires: Eudeba, 1974.

GALASI, G.; LÓPEZ, J. “No hay día sin palabras. Estanislao Zeballos y la Revista de Derecho, Historia y Letras”. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*.

Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 179 – 202.

HALPERÍN-DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Biblioteca del pensamiento argentino, 2000.

HELG, Aline. “Race in Argentina and Cuba, 1880 – 1930: Theory, Policies and Popular Reaction”. In: *The Idea of Race in Latin America. 1870 – 1940*. Austin: University of Texas Press, 1994.

INGENIEROS, José. *Sociología argentina*. Buenos Aires: Editorial Tor, 1956.

JITRIK, Noé. *El mundo del Ochenta*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1982.

KING, John. *Sur. Estudio de la revista argentina y de su papel en el desarrollo de una cultura 1931-1970*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

KLEIN, Herbert. “Migração internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

LACOSTE, Pablo. “Estanislao Zeballos y la política exterior com Brasil y Chile”. In: *Confluencia*. Santiago, 2003, p. 107-128.

LEGRAS, Horacio. “Lectura y pasagen en el fin de siglo”. In: *Revista Iberoamericana*, V. LXXII, N. 214, Janeiro-março, 2006.

LOBATO, Mirta Z. *La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo (1890-1958)*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

LOSADA, Leandro. *Historia de las elites en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

LUCA, Tania R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.*, São Paulo: 1998.

_____. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MALAMUD, Carlos. “Liberales y conservadores: los partidos políticos argentinos

(1880-1916)". In: *Cuadernos Americanos*. UNAM: México, ano XI, número 66, 1997.

MAN, Ronen. "Raza, herencia y tradición en los escritos de Estanislao Zeballos. Una revalorización hispánica en clave de autoctonia". In: In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos em la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 203 – 229.

MC GANN, Thomas F. *Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano (1880-1914)*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

MEDRANO, L. I. Z. "A lei de imigração e colonização de 1876 e os debates parlamentares sobre a imigração argentina (1876-1910)". In: *Estudos de História*. Franca, v.12, n.2, 2005.

MENGO, Carina. "Positivismo, ciencia y cultura em el escenario argentino a fines del siglo XIX". In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos em la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 39-54.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. *A política externa de Rio Branco e a Argentina: aproximação no subsistema sul-americano e afastamento no sistema sul-americano e afastamento no sistema internacional (1902-1912)*. Brasília, 2010. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Relações Internacionais – Universidade de Brasília.

NAVARRO, Fernando. "Introducción. En busca de Zeballos". In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos em la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 11-38.

ORTIGUEIRA, Roberto. *Zeballos y la política exterior de Chile*. Buenos Aires: Librería Clasica, 1993.

ORTIZ, Tulio; SCOTTI, Luciana. *Las Reformas antes de la Reforma. Primeros movimientos estudiantiles en la Universidad de Buenos Aires*. Faculdade de Direito, UBA.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo. A Argentina e a busca de identidade*

internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAREDES, Rogelio. “Estanislao Zeballos canceller: entre la diplomacia colonial y la guerra moderna (1878-1908)”. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando. (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 105-122.

PAYÁ, Carlos; CÁRDENAS, Eduardo. *El primer nacionalismo argentino en Manuel Gálvez y Ricardo Rojas*. Buenos Aires: Peña Lilo, 1978.

PELOSI, Hebe C. “A perspectiva americana nas revistas históricas argentinas da segunda metade do século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n 31-32, 1996.

PERSELLO, Virginia. *Historia del radicalismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

PRADO, M. Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.

_____. “Leituras políticas e circulação de ideias entre França e as Américas: Francisco Bilbao e a Revue des Deux Monde”. In: BEIRED, José L. B.; CAPELATO, Maria H. R.; PRADO, Maria L. C. (orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. FCL – Assis – UNESP, LEHA – FFLCH – USP, 2010, p. 193-206.

PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sulamericana, 1988.

RAMOS, Paula da Silva. *Vozes do Império: Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira (1875-1889)*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROCK, David. *Argentina 1516 -1987. Desde la colonización española hasta Raúl Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994, 4a edição.

_____. *La construcción del Estado y los movimientos políticos en la Argentina, 1860-1916*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

ROGERS, Geraldine. *Caras y Caretas. Cultura, política y espectáculo en los inicios del*

siglo XX argentino. La Plata: EDULP, 2008

ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*, Buenos Aires, Eudeba, 1965.

ROMERO, José L. “El pensamiento conservador latinoamericano em el siglo XIX”. In: Romero, José L e Luis A. (orgs.). *Pensamiento consrvador (1815-1898)*. Caracas: Ayacucho, 1978, p. 12.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *História*, São Paulo: Unesp, v.15, p.27 – 39,1996.

SANCHÉZ, Santiago J. “Nacionalidad y inmigración em el pensamiento de Estanislao Zeballos (1883-1912)”. In: *Temas de historia argentina y americana*, n 15, 2009, p. 223-258.

SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una practica”. In: *América. Cahiers du CRICCAL. Les discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970*, Paris, n. 9-10, p. 9-16, 1992.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

SCHWARTZ, Jorge e PATIÑO, Roxana. “Introducción”. In: *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v.1,n. 208-209, p. 647-650, jul./dez. 2004.

SENKMAN, Leonardo. “Las preocupaciones étnicas de las elites intelectuales argentinas, 1880-1940” In: *Revista História*, São Paulo, n. 129-131, p. 101-120, ago.-dez./93 a ago.-dez./94.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SHUMWAY, Nicolas. *La invención de la Argentina. Historia de una idea*. Buenos Aires: Emecé, 2008.

SILBERSTEIN, Carina F. “A imigração espanhola na Argentina (1880-1930)”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 93-126.

SOARES, Gabriela P. *Semear Horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 31.

SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880 – 1910). Derivas de la “cultura científica”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009, p. 113-114.

TOLCACHIER, F. ; KLICH, I. “Panorama da imigração judia para a Argentina”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 153-175.

VALDÉS, Eduardo Deves. *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900 – 1950)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000.

VIÑAS, David. *Indios, Ejército y frontera*. Buenos Aires, Santiago Arcos Editor, 2003.

_____. *Literatura argentina y realidad política*. Buenos Aires: CEAL, 1964.

WINOCK, Michel. “As ideias políticas”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 271-294.

ZEBALLOS, E. “La región del trigo”. In: Descripción amena de la República Argentina. Buenos Aires: Peuser, 1883.

ZIMMERMANN, Eduardo A. “Racial ideas and social reform: Argentina, 1890-1916”. In: *Hispanic American Historical Review*, p. 23 – 46, Duke University Press, 1992.

_____. “Los intelectuales, las ciencias sociales y el reformismo liberal: Argentina, 1890-1916”. In: *Desarrollo Económico*, v. 31, n 124 (janeiro-março), 1992.